



Universidade Federal de Goiás  
Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas  
Programa de Pós-Graduação em Administração

Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: Avaliação dos  
Resultados do Programa Reuni sob a Perspectiva de Políticas Públicas para a  
Educação Superior

Edriene Cristine da Silva Santos Sales

Goiânia  
2018

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR  
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES  
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC n.º 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei n.º 9.610/1998, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico:       Dissertação       Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Nome completo do autor: Edriene Cristine da Silva Santos Sales

Título do trabalho: Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: Avaliação dos Resultados do Programa Reuni sob a Perspectiva de Políticas Públicas para a Educação Superior

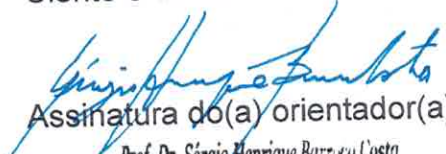
3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento  SIM       NÃO<sup>1</sup>

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

*Edriene Cristine da S.S. Sales*  
Assinatura do(a) autor(a)<sup>2</sup>

Ciente e de acordo:

  
Assinatura do(a) orientador(a)<sup>2</sup>

Prof. Dr. Sérgio Henrique Barroca Costa  
Classe: Professor Adjunto  
FACE/UFG - SIAPE 1545613

Data: 31/12/2018.

<sup>1</sup> Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

<sup>2</sup> A assinatura deve ser escaneada.

Edriene Cristine da Silva Santos Sales

Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: Avaliação dos Resultados do Programa Reuni sob a Perspectiva de Políticas Públicas para a Educação Superior

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas da Universidade Federal de Goiás, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Administração.

**Área de concentração:** Administração de Organizações. **Linha de pesquisa:** Administração Pública e Políticas Públicas.

**Orientador:** Prof. Dr. Sérgio Henrique Barroca Costa.

Goiânia  
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Sales, Edriene Cristine da Silva Santos  
Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: Avaliação dos Resultados do Programa Reuni sob a Perspectiva de Políticas Públicas para a Educação Superior [manuscrito] / Edriene Cristine da Silva Santos Sales. - 2018.  
140 f.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Henrique Barroca Costa.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (FACE), Programa de Pós-Graduação em Administração, Goiânia, 2018.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.  
Inclui siglas, fotografias, abreviaturas, gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Avaliação de políticas públicas. 2. Reuni. 3. Políticas públicas educacionais. 4. Educação superior. 5. Expansão da educação superior.  
I. Costa, Sérgio Henrique Barroca, orient. II. Título.

CDU 005



### ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO

Aos 17 dias do mês de setembro de 2018, no horário de 15 horas e 00 minutos às 16 horas e 45 minutos, foi realizada, em sessão pública, nas dependências da FACE, a defesa de dissertação *Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: Avaliação dos Resultados do Programa Reuni sob a Perspectiva de Políticas Públicas para a Educação Superior*, de autoria da discente Edriene Cristine da Silva Santos Sales, do Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGADM da Universidade Federal de Goiás.

A Comissão Examinadora, constituída pelo Professor Sérgio Henrique Barroca Costa, da Universidade Federal de Goiás (UFG)/PPGADM/(Membro Interno/Orientador), Professor Thiago Alves, da Universidade Federal de Goiás (UFG)/PPGADM/(Membro Interno/Examinador) e Professora Nathália Cordeiro Laurias, do Instituto Federal de Goiás/Campus Aparecida de Goiânia (IFG) (Membro Externo/Examinadora) emitiu o seguinte parecer:

Resultado Final:

- Aprovada  
 Reprovada

Recomendações:

Aceitar recomendações da banca realizando uma revisão gramatical e da ABNT.

Eu, Sérgio Henrique Barroca Costa, orientador da discente, lavrei a presente Ata que segue por mim assinada e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

Sérgio Henrique Barroca Costa  
Prof. Dr. Sérgio Henrique Barroca Costa (Orientador/Presidente/PPGADM/UFG)

Thiago Alves  
Prof. Dr. Thiago Alves (Examinador/Membro Interno/PPGADM/UFG)

Nathália Cordeiro Laurias  
Profa. Dra. Nathália Cordeiro Laurias (Examinadora/Membro Externo/IFG)

*Dedico este trabalho a: Helena Diolina,  
Maria Rosa, Pedro Roque, Ronaldo Mustafá,  
Rodrigo Sales, Roberto Sales, Ana Sarah,  
Rodrigo Filho e Ana Luiza, por quem são e  
por quem fazem que eu seja.*

## AGRADECIMENTOS

Gratidão é um sentimento importante. Reflete o fato de que recebemos auxílio no momento em que enfrentamos algum tipo de desafio, em determinado nível, em qualquer etapa de nosso crescimento, em nossa vida. Crescimento também é algo curioso. Crescer dói. Fisicamente, emocionalmente, espiritualmente. Mas penso que a dor de não crescer seja maior...

Neste momento, sinto profunda gratidão a Deus, meu Pai querido, cuja presença e afago tanto me fortaleceram em momentos em que a angústia estava forte e a sensação de incapacidade me assombrava por demais. A Ele agradeço pelo colo, por ter me carregado por muitas noites e dias, e noites e dias, durante esta luta por esta conquista, tão importante pra mim.

Tenho muita gratidão à minha família, meu precioso núcleo primário de (con)vivência, amores da minha vida, que, nos últimos tempos, têm sentido mais a minha ausência do que o contrário, em função de minha (total) dedicação ao meu mais recente desafio. Ronaldo, meu esposo, Roberto, meu filho caçulinha, Rodrigo, meu filho primogênito, e minhas três pedrinhas preciosas, Ana Sarah, Rodrigo Filho e Ana Luiza, a eles quero agradecer o amor demonstrado, o companheirismo, o apoio, o auxílio, a força, a paciência da espera, a compreensão na ausência, o carinho resignado. Agradecimentos especiais à minha família!

Mesmo que eu não possa dizer a eles, pois não estão mais nesta terra, mas digo com meu coração, tenho profunda gratidão à minha mãe que me gerou, Helena, à minha mãe que me criou, Maria Rosa, ao meu pai que me adotou, Pedro Roque, por terem me ensinado tantas lições de vida, tantas experiências, despertaram-me virtudes, princípios... Ajudaram a construir o que hoje sou. Fizeram-me sentir amada, capaz, inteligente, lutadora, confiante, persistente. Minha mãezinha, minha mãe e meu pai são presentes de Deus em minha vida, são minhas fontes, e eu quero honrá-los nesta oportunidade, mais uma vez.

Agradeço aos meus familiares, que entenderam meus planos e desejaram a minha vitória. Obrigada, ainda, aos amigos chegados, a quem digo que em breve voltarei a ter convívio social.

Ao rememorar as etapas que me levaram à defesa da dissertação, sou especialmente grata ao Prof. Eriberto Marin, meu primeiro incentivador, que não permitiu que eu retrocedesse, motivou-me e me auxiliou nos primeiros passos para a elaboração do pré-projeto para a inscrição à seleção do Mestrado em Administração da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas da UFG. Uau! Quem imaginaria? Eu não! Mas o Prof.

Eriberto fez-me acreditar e plantou em meu coração uma semente de esperança, que germinou, cresceu e frutificou. E aqui estou eu. Agradeço-lhe muito.

Agradeço aos gestores do meu local de trabalho. Tenho satisfação em trabalhar com gestores que compreendem e incentivam a busca pelo crescimento profissional e pessoal. Nesta oportunidade, agradeço aos meus colegas de trabalho a fraternidade e a torcida por mim.

Sou grata ao meu orientador, Prof. Sérgio Barroca, pelas direções dadas, pelos esclarecimentos, sugestões e discussões na construção de meu estudo. Também por enxergar não somente a mestrandia, mas a pessoa do outro lado da mesa, com todas as suas características individuais, suas angústias, seus medos, suas fraquezas, suas lágrimas... e suas alegrias, suas conquistas, seu crescimento... Os momentos de “psicólogo” foram igualmente importantes. A ele o meu muito obrigada!

Agradeço aos nossos Professores do Programa de Pós-Graduação em Administração os ensinamentos compartilhados, as discussões em sala, o aprendizado diário, a boa convivência. Alguém que me lê escrevendo assim talvez pergunte: “mas tudo são flores?” “Não”, respondo. Mas tudo tem o seu propósito e sua parcela de contribuição. Gratidão aos nossos mestres.

Tenho muito carinho pela terceira turma do Mestrado em Administração da UFG! Foi muito bom ter conhecido cada pessoa. Cada colega tem a sua peculiaridade e vou levar na memória o rostinho de cada um, um gesto e uma expressão de cada um. Vou lembrar-me, por exemplo, da aula de Métodos Qualitativos em Administração, em que, ao abordar “histórico de vida”, todos falaram um pouco de si e a experiência foi ótima, muito rica, porque pudemos nos ver por outros ângulos, com outros olhos. Agradeço aos meus colegas do mestrado, porque foram, e são, especiais!

É normal que uns se achem mais que outros, faz parte das relações humanas e a natureza das pessoas incumbe-se disso, além da própria linha de pesquisa. E naturalmente nos aproximamos mais num primeiro momento – Métodos Quantitativos em Administração que o diga – Cecília, Marizélia e eu. Agradeço por termos nos ajudado (“três estudantes demais”) e superado as dificuldades (pra mim enormes) da disciplina. Foi o “C” mais feliz da minha vida! Da mesma forma, chegaram-se Daiane e Lucélia, meninas cativantes! Obrigada a essas pessoinhas queridas que trouxeram mais leveza à minha jornada no Mestrado!

Minha gratidão, ainda, aos professores Estela Najberg e Thiago Alves, que compuseram minha banca de qualificação. As contribuições ali apresentadas foram muito importantes e apontaram novos caminhos para a pesquisa, a qual, indubitavelmente, foi enriquecida pelas sugestões e comentários. Agradeço-lhes muito.

Agradeço aos servidores da Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Administração, Gilson e Jackelline, e às colaboradoras Beatriz e Thayná toda a ajuda, informações e cuidado com nossas questões acadêmicas. Sou-lhes grata pelo auxílio oferecido.

No levantamento de material para a realização da pesquisa, contei com a ajuda de muitas pessoas, que foram muito atenciosas e prestaram importante auxílio. Começo meus agradecimentos à Venelúcia, da Secretaria de Órgãos Colegiados, que tão prontamente disponibilizou-me os documentos produzidos no Consuni sobre o meu tema. Sou grata à Prof.<sup>a</sup> Gisele Gusmão, da PROGRAD, pelo acolhimento com que me forneceu material de grande valia. Ainda da PROGRAD, agradeço à Edyr a disponibilidade e paciência em ficar horas comigo, auxiliando-me na obtenção de dados, por mais de uma vez, sempre com tanta simpatia. Reconheço também a especial ajuda de Norma, da PROCOM, pela suavidade com que me recebeu nas visitas que lhe fiz e pela presteza e paciência em me auxiliar na reunião de informações de interesse de meu estudo. Sou-lhe grata. Foi muito importante ainda o auxílio recebido do Pedro Cruz e do Rogério, da PRODIRH, no levantamento de dados via sistemas, os quais foram muito importantes no desenvolvimento desta pesquisa. Agradeço também ao Marco Antônio e à Márcia, do CEGEF, a disponibilização das informações necessárias para a composição de tópico desta pesquisa. A ajuda de vocês foi muito construtiva. Como não conseguiria nominar todos que me auxiliaram, deixo minha gratidão às demais pessoas que de forma direta ou indireta contribuíram comigo na realização deste trabalho.

Gostaria, ainda, de agradecer aos gestores que concordaram em me conceder as entrevistas. A contribuição do material coletado foi de fundamental importância para o desenvolvimento desta pesquisa. Apresento aqui meus profundos agradecimentos.

Apresento meus agradecimentos à Prof.<sup>a</sup> Nathalia Cordeiro Laurias e ao Prof. Thiago Alves por, gentilmente, aceitarem compor a banca examinadora de defesa de minha dissertação e contribuírem para o aprimoramento deste estudo.

Por fim, agradeço à UFG a abertura para o desenvolvimento desta pesquisa, oportunidade de grande crescimento e enriquecimento acadêmicos.

Gratidão!

## RESUMO

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o Reuni, foi uma ação integrante de uma política pública educacional do governo federal que visou à criação de condições para se ampliar o acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, dado o baixo índice de estudantes em idade compatível. Ele foi considerado uma oportunidade histórica de as universidades federais planejarem sua própria expansão. Pela dimensão que atingiu, é natural o interesse em conhecer o impacto do programa nas instituições, com o objetivo de analisar os resultados da expansão proposta pelo Reuni, sob o aspecto de avaliação de políticas públicas. A Universidade Federal de Goiás foi utilizada como objeto de estudo, no recorte temporal de 2007 a 2013. Para tanto, propôs-se avaliar a expansão da Universidade, nos aspectos da oferta de vagas e de cursos, taxas de evasão e ocupação de vagas ociosas; investigar a evolução da situação de pessoal e de infraestrutura; e examinar as mudanças nas diretrizes sociais, quanto a inclusão e assistência e as suas decorrências. Realizou-se, assim, uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório/descritivo, por meio da estratégia de estudo de caso único. Foram utilizadas para a coleta de dados as técnicas de pesquisa de análise documental e entrevistas semiestruturadas com questões abertas a gestores que vivenciaram o processo de adesão e implementação do programa. As fontes de informações foram tanto primárias, no caso das entrevistas, documentos de natureza pública contendo as decisões institucionais e visitas a órgãos da instituição, quanto secundárias, como relatórios, dados estatísticos, notícias e artigos. Foram observadas as orientações do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UFG), depois de sua aprovação. Para o tratamento e interpretação dos dados, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo. Foram obtidos os indicadores para a análise dos dados coletados por meio da pesquisa documental e da revisão da literatura, sendo que, com o material levantado, foi realizada a análise das mudanças advindas com a implementação do programa. Diante disso, verificou-se a ampliação de vagas e de cursos, inclusive no noturno, aumentando as possibilidades de ingresso na graduação de um perfil de alunado antes não alcançado, o que comprovou a inclusão social. Constatou-se que a ampliação de servidores contemplou mais a categoria de docentes do que a de técnico-administrativos, permanecendo a carência destes. Comprovou-se que é necessário buscar medidas mais efetivas para a diminuição da evasão e o aumento da ocupação de vagas ociosas. Identificou-se um crescimento significativo na área de infraestrutura, melhorando as condições de desenvolvimento das atividades acadêmicas. Verificou-se a ampliação expressiva da pós-graduação, como consequência do crescimento da graduação. Constatou-se que, no geral, os resultados advindos do programa foram positivos, possibilitaram crescimento inédito à Universidade e fizeram com que sua classificação fosse melhor do que antes. Dessa forma, o Reuni mostrou-se como uma importante ação governamental, que possibilitou desenvolvimento e aperfeiçoamento à educação superior, o que credenciaria a adoção de futuras medidas semelhantes, em benefício da ampliação desse nível de ensino.

Palavras-chave: Avaliação de políticas públicas. Reuni. Políticas públicas educacionais. Educação superior. Expansão da educação superior.

## ABSTRACT

The Support Program for Restructuring and Expansion Plans of the Federal Universities, the Reuni Program, was an action of an educational public policy of the federal government, whose aim was creating the conditions to increase access and permanence in higher education, given the low rate of students in this teaching level. They considered Reuni a historic opportunity for federal universities to plan their own expansion. Due to the dimension it reached, it is natural to have an interest in knowing the impact of the program in the institutions, with the purpose of analyzing the results of the expansion proposed by Reuni, under the aspect of public policy evaluation. The Federal University of Goiás functioned as a locus study, in the period from 2007 to 2013. In order to do so, it was proposed to evaluate the expansion of the University, in the aspects of the number of places and courses offered, evasion rates and idle places occupation; investigate the evolution of the staff chart and infrastructure situation; and examine changes in social guidelines, concerning inclusion and assistance, and their consequences. In this sense, a qualitative, exploratory / descriptive research was carried out through a single case study strategy. For data collection, the study has used document analysis and semi-structured interviews techniques, and the researcher have invited managers who experienced the accession and implementation process of the program to answer open questions. The sources of information were both primary, in the case of interviews, documents of a public nature containing the institutional decisions and visits to organs of the institution, as well as secondary, such as reports, statistical data, news and articles. The guidelines of the Research Ethics Committee (CEP / UFG) were observed, after its approval. For the treatment and interpretation of the data, they used the technique of content analysis. Documentary research and literature review gave the way for acquisition of the indicators for the analysis of the data collected. From the material collected, it was possible to carry out the analysis of the changes that occurred with the implementation of the program. In view of this, there was an increase in vacancies and courses, even at night, making greater the possibility of joining higher education for those students who did not have this chance before, what confirmed social inclusion. It was found that the expansion of public servants included more the category of teachers than the one of technical-administrative, remaining the lack of these. The research work has pointed a necessity of adopting more effective measures in order to reduce evasion rates and increase the idle places occupation. The study has identified a significant growth in the area of infrastructure, what has improved the conditions for the development of academic activities. There was an expressive increase in post-graduation, resulting from the graduation growth. It was found that, in general, the results of the program were positive, allowed unprecedented growth in the University and made its classification better than it was before. Thus, the Reuni Program proved to be an important governmental action, which allowed development and improvement to higher education, which would accredit the adoption of similar future measures, in order to increase this level of education.

**Keywords:** Public policies evaluation. Reuni. Educational public policies. Higher education. Higher education expansion.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Conceitos de Políticas Públicas. ....	29
Quadro 2 – Modelos de Avaliação da Educação Superior. ....	43
Quadro 3 – Delineamento da coleta de dados. ....	62
Quadro 4 – Análise de dados qualitativos. ....	64
Quadro 5 – Dimensões do Plano de reestruturação e expansão da UFG. ....	69
Quadro 6 – Cursos criados a partir do Reuni. ....	73
Quadro 7 – Cursos alterados para adequação ao Ofício Circular n.º 02/2010- CGOC/DESUP/SESu/MEC.....	74

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Número de publicações de artigos abordando o tema REUNI, conforme o ano. ...	52
Figura 2 – Quantidade de artigos publicados em revistas por regiões. ....	53
Figura 3 – Número de instituições com publicações por região.....	54
Figura 4 – Critérios da Lei n.º 12.711/2012, para a reserva de vagas destinadas ao ingresso nas IFES. ....	85

## **LISTA DE FOTOGRAFIAS**

Fotografia 1 – Imagem do Câmpus Samambaia/UFG em 2008.....	99
Fotografia 2 – Imagem do Câmpus Samambaia/UFG em 2012.....	99

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução de matrículas na educação superior, de 1999 a 2012. ....	25
Tabela 2 – Expansão das matrículas da educação superior, de 1960 a 1984. ....	26
Tabela 3 – Orçamento destinado à UFG. ....	44
Tabela 4 – Consulta de artigos com combinação de palavras-chave. ....	50
Tabela 5 – Consulta publicações ANPAD com variação de palavras-chave no campo <i>título</i> . ....	50
Tabela 6 – Distribuição de artigos por autores. ....	53
Tabela 7 – Publicações científicas das instituições. ....	54
Tabela 8 – Temas abordados nos artigos estudados. ....	56
Tabela 9 – Temas abordados em relação às dimensões segundo Faria (2005). ....	57
Tabela 10 – Total de vagas ofertadas por Câmpus. ....	71
Tabela 11 – Número de cursos/habilitações por Câmpus da UFG. ....	71
Tabela 12 – Índices gerais de evasão na UFG, nos anos de 2011, 2012 e 2013. ....	76
Tabela 13 – Maiores índices de evasão por grau acadêmico e turno nos anos de 2011 a 2013. ....	76
Tabela 14 – Porcentagem de vagas não preenchidas nos cursos de graduação da UFG, de 2006 a 2009. ....	79
Tabela 15 – Ingressantes na UFG em processos seletivos, por ano e no noturno. ....	80
Tabela 16 – Ingressantes pelo Programa UFGInclui, do período da criação, em 2009, a 2012. ....	84
Tabela 17 – Recursos alocados à UFG para assistência estudantil, por meio do PNAES. ....	87
Tabela 18 – Evolução de ações de assistência estudantil na UFG. ....	89
Tabela 19 – Evolução do quantitativo de docentes da UFG. ....	92
Tabela 20 – Evolução do quantitativo de técnico-administrativos, excluindo-se o quadro do HC/UFG. ....	93
Tabela 21 – Taxa de sucesso na graduação/UFG, nos anos de 2007 a 2013. ....	103
Tabela 22 – Número de ingressantes por processos seletivos e concluintes. ....	103
Tabela 23 – Índices da relação aluno tempo integral/professor equivalente, de 2007 a 2013. ....	104
Tabela 24 – IGC (contínuo e faixa) da UFG, nos anos de 2007 e 2013. ....	110
Tabela 25 – Dimensão da ampliação da educação superior pública (UFG). ....	110

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.
ANPAD	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração.
BGA	Bacharelado em Grandes Áreas.
BI	Bacharelado Interdisciplinar.
CAAF	Coordenadoria de Ações Afirmativas.
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
CEGEF	Centro de Gestão do Espaço Físico.
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa.
CEPAE	Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação.
CERCOMP	Centro de Recursos Computacionais.
CFB	Constituição Federal Brasileira.
CGA	Centro de Gestão Acadêmica.
CNRES	Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior.
COGRAD	Colégio de Pró-Reitores de Graduação.
CONSUNI	Conselho Universitário.
ENC	Exame Nacional de Cursos.
EUA	Estados Unidos da América.
FACE	Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas.
FHC	Fernando Henrique Cardoso.
FIES	Programa de Financiamento Estudantil.
GERES	Grupo Executivo para a Reforma da Educação Superior.
HC	Hospital das Clínicas.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IES	Instituições de Ensino Superior.
IF	Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia.
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior.
IGC	Índice Geral de Cursos.
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
LDB	Leis de Diretrizes e Bases da Educação.
MEC	Ministério da Educação.

PAIUB	Programa de Avaliação Institucional da Universidade Brasileira.
PARU	Programa de Avaliação da Reforma Universitária.
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação.
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil.
PNE	Plano Nacional de Educação.
PPA	Plano Plurianual.
PROCOM	Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária.
PRODIRH	Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos.
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação.
PROUNI	Programa Universidade para Todos.
RAP	Relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor ou relação aluno/professor.
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.
SINAce	Sistema Integrado de Núcleos de Acessibilidade da Universidade Federal de Goiás.
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.
SPELL	Scientific Periodicals Electronic Library.
SUS	Sistema Único de Saúde.
TCG	Taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais ou taxa de conclusão dos cursos de graduação.
TCU	Tribunal de Contas da União.
UAB	Universidade Aberta do Brasil.
UFG	Universidade Federal de Goiás.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	18
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	24
2.1 EDUCAÇÃO SUPERIOR – UMA CONTEXTUALIZAÇÃO .....	24
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS .....	28
<b>2.2.1 Avaliação de Políticas Públicas</b> .....	31
<b>2.2.2 Políticas Públicas Educacionais</b> .....	37
<b>2.2.3 Avaliação de Políticas Públicas Educacionais</b> .....	40
<b>2.2.4 O Reuni como programa de uma política pública educacional</b> .....	43
2.2.4.1 Revisão da Literatura sobre o Reuni.....	48
<b>3 ASPECTOS METODOLÓGICOS</b> .....	59
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA .....	59
3.2 CASO: CRITÉRIO DE SELEÇÃO.....	60
3.3 COLETA DOS DADOS.....	61
3.4 TRATAMENTO DOS DADOS .....	63
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	66
4.1 OFERTA DE VAGAS E DE CURSOS .....	70
4.2 TAXA DE EVASÃO E OCUPAÇÃO DE VAGAS OCIOSAS.....	75
4.3 INCLUSÃO E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL .....	82
4.4 SITUAÇÃO DE PESSOAL .....	91
4.5 SITUAÇÃO DE INFRAESTRUTURA .....	97
4.6 META GLOBAL DO PROGRAMA REUNI.....	102
4.7 AVALIAÇÃO DO PROGRAMA REUNI.....	105
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	112
<b>6 REFERÊNCIAS</b> .....	119

<b>APÊNDICE</b> .....	125
APÊNDICE A – Roteiro de entrevista .....	125
<b>ANEXOS</b> .....	126
ANEXO A – Cursos que aumentaram vagas em turmas existentes a partir de 2009.....	126
ANEXO B – Cursos que criaram novas turmas de oferta a partir de 2009.....	128
ANEXO C – Índice de evasão nos cursos da UFG nos anos de 2011 a 2013.....	129
ANEXO D – Relação das obras com recursos advindos do Reuni. ....	134
ANEXO E – Parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa da UFG. ....	136

## 1 INTRODUÇÃO

A educação superior desempenha grande importância para o desenvolvimento e o crescimento pessoal e da sociedade. Ela exerce papel fundamental no desenvolvimento do pensamento e da consciência crítica, na produção intelectual e cultural, bem como na construção e disseminação de saberes. Tem ainda um papel relevante na formação de pessoas com visão de mundo ampla e dialética, formadoras de opiniões, que assumem uma postura de aprendizado contínuo e investigativo no decorrer da experiência acadêmica (DOURADO; CATANI; OLIVEIRA, 2004; ASSIS; OLIVEIRA, 2013).

A educação não passou imune às transformações ocorridas no contexto mundial, quanto aos modos de produção, dado o processo de globalização, as quais influenciaram as sociedades em muitos aspectos, entre eles o cultural e o econômico, o que gerou a necessidade de adequar-se a novas demandas oriundas de um movimento de internacionalização.

A educação superior passou a ser vista de uma forma diferenciada, a partir dos anos 1990, quando foi reconhecida como forte propulsora para o desenvolvimento de um país, no sentido de lhe proporcionar condições de participar de uma economia global e baseada no conhecimento. O ensino superior contribuiria para a formação de profissionais capacitados, o que poderia levar a uma maior chance de ascensão econômica e social. Jovens estudantes, então, passaram a enxergar as instituições de ensino superior como possibilidades de uma melhor capacitação para a obtenção de melhores posições profissionais. A sociedade começou a buscar mais a possibilidade de ingressar nesse nível de ensino e, com isso, motivou-se o crescimento da demanda por acesso à educação superior (RÁMIREZ, 2011).

A ampliação da oferta da educação superior mostrava-se uma necessidade. O Plano Nacional de Educação (PNE – 2001/2010), objeto da Lei n.º 10.172/2001, fixou, dentre seus objetivos e metas, a oferta da educação superior para, pelo menos, trinta por cento (30%) da população da faixa etária de 18 a 24 anos.

Essa meta mostrava-se como um grande desafio a ser superado, uma vez que, segundo o Censo de 2000, a população demográfica era de 169.872.856 habitantes no país e o número de jovens entre 18 e 24 anos totalizava 23.365.185. Deste quantitativo, apenas 1.705.768 estavam cursando graduação, o que correspondia a 7,3%. Ainda, segundo Ristoff (2008), somente 10,4% da população desses jovens estavam matriculados na graduação em 2004. Apesar do crescimento identificado, os índices mostravam-se distantes da meta do PNE. Era preciso buscar meios de atender à demanda da sociedade que reivindicava, cada vez mais,

acesso à educação superior pública de qualidade, dada a baixa parcela na faixa etária correspondente cursando ensino superior no país (VELOSO *et al.*, 2014).

Foram implementadas medidas pelos governos a partir dos anos 1990, envolvendo a educação superior, no que se refere às propostas de ampliação da sua oferta, em resposta a uma forte pressão social que demandava mais oportunidades de matrículas e criação de cursos ajustados às novas exigências da economia. Houve um rápido e significativo crescimento de cursos e instituições de natureza privada, com diversidade de configurações e distintos níveis de qualidade. As instituições públicas, por sua vez, entre 1995 e 2002, receberam pouco apoio oficial, provavelmente em função dos valores neoliberais trazidos pela Nova Gestão Pública, que prioriza o privado ao público, fazendo com que não houvesse expansão significativa (DIAS SOBRINHO, 2010a).

A sociedade ansiava por mais possibilidades de acesso à graduação. A discussão em torno da educação superior vinha ganhando espaço em diversos segmentos sociais – como comunidades acadêmicas e científicas, entidades da sociedade organizada, lideranças sociais, intelectuais e políticas, técnicos e especialistas em educação, entidades empresariais e de trabalhadores e movimentos sociais urbanos e do campo – e fortaleceu uma mobilização em prol do aperfeiçoamento da educação superior do país.

Essa mobilização contribuiu para que o governo federal, nos anos 2000, adotasse ações voltadas para a expansão das Instituições Federais de Ensino Superior. O foco deste estudo concentra-se especialmente em uma dessas ações, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Por meio do Decreto n.º 6.096, de 24 de abril de 2007, foi instituído o Reuni, programa inserido em uma política pública educacional de nível superior, integrante do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE – 2007). Apresentou como objetivo criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais. Teve ainda como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais (TCG) para noventa por cento (90%) e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor (RAP) para dezoito (18), ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano.

Para tanto, foram estabelecidas seis diretrizes com vistas ao alcance dos objetivos do programa: (a) a redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas, especialmente no período noturno; (b) ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários

formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior; (c) revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade; (d) diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada; (e) ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e (f) articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.

A partir destas diretrizes, as universidades que decidissem aderir ao programa elaborariam seus planos de reestruturação e expansão, delineando o diagnóstico, as metas, as estratégias, as etapas e os indicadores para suas instituições, e submeteriam a proposta ao Ministério da Educação (MEC), com vistas à assinatura de termo de compromisso para efetivar a adesão.

Com a publicação do decreto, a proposta do governo federal, por meio do Reuni, foi a de possibilitar a expansão das universidades federais e, conseqüentemente, da educação superior no Brasil, ao propor condições para uma ampliação na oferta de cursos, de pessoal – docentes e técnico-administrativos – e de infraestrutura, abrindo caminhos para a ampliação das políticas de inclusão, bem como de programas de assistência estudantil.

O alcance do objetivo de atingir um significativo aumento de vagas e de cursos, especialmente no período noturno, aliado a ações com foco na diminuição da evasão e na ocupação de eventuais vagas ociosas, constituiria uma resposta às reivindicações e anseios da sociedade civil por maior quantitativo de jovens nas universidades, bem como por maior oferta de profissionais qualificados e capacitados, o que representaria oportunidade real de crescimento individual (pessoas) e coletivo (país).

A adesão das universidades federais ao Programa Reuni à época de sua implementação foi muito alta, segundo relatório do primeiro ano do programa, elaborado pelo MEC em 2009. Quase todas as universidades existentes em 2007 aderiram ao programa. Houve duas chamadas para que as instituições fizessem a adesão, por meio da assinatura de um termo de compromisso com o Ministério, uma em outubro de 2007, para implantação do programa a partir do primeiro semestre de 2008, da qual 42 universidades participaram, e outra chamada em dezembro de 2007, com a participação de onze universidades, para implantação a partir do segundo semestre de 2008. A UFG participou da primeira chamada (BRASIL. MEC, 2009).

O MEC propôs-se a realizar investimentos maiores que em anos anteriores ao programa, para a execução de planos nas universidades federais com foco na reestruturação e expansão da educação superior. O total de investimentos projetados para a execução dos planos por parte

das universidades federais no período de 2008 a 2011 foi da ordem de 2 bilhões de reais. A proposta era de que o valor acrescido ao orçamento de custeio e pessoal de cada universidade aumentaria de forma gradativa, dentro de cinco anos, até atingir o montante correspondente a vinte por cento (20%) do previsto para 2007 (BRASIL. MEC, 2007).

O Estado tem dentre suas funções a de garantir o exercício de direitos sociais, com vistas ao suprimento de necessidades básicas, entre as quais se encontra a educação, e para tanto é necessário identificar demandas e buscar meios de atendê-las. A partir dessa política de expansão do governo federal, com base no investimento realizado pelo Ministério da Educação direcionado ao Reuni, entendeu-se ser relevante a avaliação do programa e necessária uma análise dos resultados obtidos com a implementação do plano de reestruturação e expansão das Universidades Federais, o que pode contribuir para a compreensão e proposição de futuras políticas públicas educacionais. Até porque o Reuni mostrou-se como uma oportunidade inédita de crescimento, em que as universidades federais, ainda que dentro de limites específicos, puderam realizar seu próprio planejamento de expansão.

Assim, o problema a ser esclarecido era como o Reuni poderia ser avaliado, enquanto programa governamental de uma política pública educacional, cujas diretrizes foram definidas pelo Decreto n.º 6.096/2007. Nesse sentido, buscou-se respostas aos questionamentos: Quais foram os resultados educacionais para a população apta a cursar a graduação, proporcionados pela reestruturação e expansão das Universidades? Quais foram as melhorias estruturais para a IFES estudada advindas do Reuni?

Diante disso, esta pesquisa teve como objetivo analisar os resultados da expansão proposta pelo Programa Reuni, tomando como objeto de estudo a Universidade Federal de Goiás (UFG), entre os anos de 2007 e 2013. A vinculação teórica relaciona-se a avaliação de políticas públicas.

Dessa forma, para identificar os impactos do programa, as transformações e a existência de novas oportunidades porventura trazidas para a sociedade, o trabalho propôs, como objetivos específicos:

- (a) avaliar a expansão da Universidade, nos aspectos da oferta de vagas e de cursos, taxas de evasão e ocupação de vagas ociosas;
- (b) investigar a evolução da situação de pessoal e de infraestrutura;
- (c) examinar as mudanças nas diretrizes sociais, quanto a inclusão e assistência e as suas decorrências.

Considerando a relação com tais objetivos específicos, foram analisadas as ações adotadas pela administração da Universidade, geradas, desenvolvidas e implementadas com vistas à ampliação do acesso e da permanência na educação superior, o que tem potencial de promover mudanças significativas na vida dos estudantes, em termos, por exemplo, de geração de melhores possibilidades profissionais, de aumento de renda e de maior empregabilidade. Tais análises auxiliaram a identificar a existência de benefícios que perduraram na instituição de ensino, advindos do programa.

Foram levantadas informações, por meio de análise de documentação produzida pelas unidades acadêmicas, órgãos e Conselhos Superiores da UFG, bem como por meio de entrevistas a gestores da instituição, além de relatórios, séries estatísticas e dados oriundos de bancos de organismos governamentais, que permitissem uma análise do contexto pré e pós Reuni, a fim de identificar como os resultados do programa na UFG repercutiram na vida da comunidade acadêmica e da sociedade. A avaliação, nesse sentido, pode constituir-se em uma ferramenta singular para a efetivação de transformações desejadas, não somente no que se refere ao contexto educacional, mas também ao social.

A partir de pesquisa em artigos que tratam do ensino superior no Brasil e ainda da expansão nas universidades federais brasileiras, dentre eles alguns sugestivos para a realização de pesquisas adicionais nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), voltados para os resultados advindos de seus processos de expansão, bem como de pesquisa em estudos sobre políticas públicas e sua avaliação, acredita-se que o presente trabalho poderá oferecer contribuições complementares acerca da herança advinda da implementação do Programa Reuni e a partir daí auxiliar na busca de novas alternativas e proposições para futuros rumos para a educação superior brasileira, na defesa do ensino superior, um desafio contínuo para os gestores universitários.

O estudo buscou conhecer o alcance dos resultados do programa na UFG, a partir das ações institucionais desenvolvidas nas etapas do Reuni, que acabaram por envolver, direta ou indiretamente, a graduação e a pós-graduação, a pesquisa e a extensão, considerando o aproveitamento da infraestrutura existente e projetos de ampliações, na expectativa de contribuir com uma análise de política pública.

Este trabalho foi estruturado de forma a abranger, no capítulo da fundamentação teórica, as seções que trataram de uma contextualização da educação superior brasileira, bem como de políticas públicas, nos aspectos de avaliação de políticas públicas, de políticas públicas educacionais, de avaliação destas e do Reuni como programa de uma política pública. No capítulo seguinte, foram abordados os aspectos metodológicos de que se lançou mão para a

realização da pesquisa. Outro capítulo foi destinado aos resultados encontrados e discussões sobre eles. E, por fim, o último capítulo tratou dos limites do estudo, abordando as considerações finais do estudo sobre o tema proposto.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Buscando compreender o Programa Reuni, propôs-se uma análise de como tem sido entendida a educação superior no país e como as ações decisórias voltadas para essa fase de ensino têm sido conduzidas. Com isso, pretendeu-se estabelecer uma relação entre educação superior e políticas públicas e voltar-se para a sua avaliação. Essa discussão serve para uma melhor compreensão sobre as decisões governamentais e institucionais acerca de políticas públicas educacionais e de seu processo de avaliação. Nesse sentido, com vistas a analisar os resultados do Reuni, o intuito desta fundamentação foi abordar, a partir de uma visão mais ampla até uma mais específica, os temas: educação superior no Brasil; políticas públicas; avaliação de políticas públicas; políticas públicas educacionais; avaliação de políticas públicas educacionais; e o Reuni, por se entender que era importante situar o objeto deste estudo, o caso da UFG, no contexto da participação no programa de reestruturação e expansão proposto, como ação de uma política pública de educação superior desenvolvida pelo governo federal.

### 2.1 EDUCAÇÃO SUPERIOR – UMA CONTEXTUALIZAÇÃO

Analisando-se o contexto da educação superior em períodos de diferentes governos, para uma melhor compreensão das características do programa de reestruturação e expansão em estudo, buscou-se identificar o retrato da situação educacional desse nível de ensino, pós-1988 – ano da aprovação da nova Constituição Federal Brasileira (CFB) –, em nível nacional, nas esferas pública e privada, e no estado de Goiás, por meio do quantitativo de matrículas. Escolheram-se os anos de 1999, 2003, 2008 e 2012 para o comparativo, com vistas a que representassem, respectivamente, uma amostra do início do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC); uma do início do governo Lula, quatro anos antes da publicação do Programa Reuni; outra de seu segundo mandato, em seu segundo ano, sendo ainda o primeiro ano de implementação do Reuni; e outra amostra do ano de encerramento do programa, já no segundo ano do primeiro mandato de Dilma Rousseff. Dessa forma, elaborou-se a tabela seguinte.

Tabela 1 – Evolução de matrículas na educação superior, de 1999 a 2012.

	Matrículas				
	1999	2003	2008	2012	Δ % (1999 – 2012)
<b>GOIÁS</b>	57.634	137.724	157.975	192.098	233,3%
Públicas	22.628	53.199	52.107	56.518	149,7%
Privadas	35.006	84.525	105.868	135.580	287,3%
<b>BRASIL</b>	2.369.945	3.887.022	5.080.056	5.923.838	149,9%
Públicas	832.022	1.136.370	1.273.965	1.715.752	106,2%
Privadas	1.537.923	2.750.652	3.806.091	4.208.086	173,6%

Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Superior – MEC/INEP.

Observou-se o aumento do número geral de matrículas ofertadas nacionalmente, em que o quantitativo em 2012 foi superior ao dobro do existente em 1999. Todavia, o aumento mais expressivo repousou na esfera privada do ensino superior, a qual deteve a maioria da oferta de matrículas, em todos os anos elencados. Enquanto as matrículas no setor público cresceram cerca de 106%, o setor privado foi muito além, atingindo 173% do total das matrículas nacionais. No Estado de Goiás, de igual modo, apesar de que houve quantitativos ascendentes no geral, percebeu-se que o setor privado manteve maiores índices de crescimento, alcançando um número maior que o dobro do setor público, composto por instituições de ensino federais, estaduais e municipais.

A oferta da educação superior manteve-se concentrada em maior parcela nas instituições privadas desde os anos 1970. De acordo com Amaral (2014), houve uma significativa expansão nas matrículas em educação superior no setor público, no percentual de 279%, nos anos 1950 e 1960. A partir de 1964, no período da ditadura militar, houve uma inversão dos percentuais de matrículas entre o setor público e o privado, devido a uma forte expansão ocorrida neste último. Em 1964, em torno de sessenta por cento (60%) das matrículas estava nas instituições públicas e quarenta por cento (40%), nas privadas; no final do período militar, em 1984, cerca de quarenta por cento (40%) das matrículas eram públicas e aproximadamente sessenta por cento (60%) eram privadas, o que sugere que as ações governamentais ao longo desse período adotaram postura mais privatizante que estatizante, estabelecendo condições para um maior crescimento de matrículas em instituições privadas do que em públicas. Entende-se, todavia, que a democratização do ensino superior, com possibilidades de acesso igualitário, deveria passar pelo fortalecimento da educação superior pública e gratuita.

A tabela 2 a seguir mostra a evolução dos números das matrículas da educação superior, nas esferas pública e privada, em 1960, 1974 e 1984.

Tabela 2 – Expansão das matrículas da educação superior, de 1960 a 1984.

Ano	N.º total de matrículas	Matrículas públicas			Matrículas privadas		
		Quantidade	Percentual em relação ao total	Variação decenal	Quantidade	Percentual em relação ao total	Variação decenal
1960	142.386	87.665	62%	--	54.721	38%	--
1974	937.593	341.028	36%	289%	596.565	64%	990%
1984	1.399.539	571.879	41%	68%	827.660	59%	39%
Δ% (1960-1984)	--	552%	--	--	1.413%	--	--

Fonte: Amaral, 2014; Sinopses Estatísticas da Educação Superior – MEC/INEP.

Entre os anos de 1960 até 1974 houve um crescimento muito significativo, tanto nas matrículas privadas, como nas públicas, ainda que estas em porcentagem menor que aquelas, 990% e 289%, respectivamente, refletindo a postura de maior incentivo ao crescimento do setor privado adotada pelo governo do período, com relação à educação superior. Dos anos 1970 aos 1980, houve uma continuidade de aumento das matrículas, mas sem apresentar os índices elevados da década anterior, com um crescimento percentual um pouco maior então no setor público. Esse período de 1964 a 1984 foi o de maior expansão da educação superior brasileira, tanto no setor privado, com um crescimento de 1.413%, tomando-se o quantitativo de matrículas em 1984 em relação a 1964, quanto no público, com 552%, sendo que, neste último, somente ocorreria outro momento expansionista semelhante com a instituição do Reuni (AMARAL, 2014).

A partir de 1995, percebeu-se, nos governos federais, uma intenção de dotar as universidades públicas de meios para que pudessem contribuir com o desenvolvimento econômico do país, a fim de auxiliar na sua inserção no cenário global produtivo. Seja o foco de ação mais voltado para as instituições privadas, seja para as universidades públicas, as questões de expansão do acesso à educação superior têm permeado a agenda das políticas governamentais a partir das últimas décadas.

O governo FHC seguiu pelo primeiro caminho, em que a expansão da educação superior ocorreu mais fortemente no setor privado. Na esfera pública, o governo optou pela promoção da competitividade entre as Instituições de Ensino Superior (IES) mediante o processo de avaliação adotado; a suspensão de contratação de professores e funcionários e a diminuição significativa do financiamento das universidades federais, ainda que cobrasse maior expansão.

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a opção de destaque foi pela criação de novas universidades federais e expansão de vagas nas existentes, por meio, principalmente, da criação e implantação do Programa Reuni; contratação de professores e técnicos; criação da

Universidade Aberta do Brasil (UAB); criação e expansão de Institutos Federais de Educação, Ciências e Tecnologia (IFs); criação de programas e ações voltadas para as ações afirmativas; sem prejuízo da implementação de bolsas para estudantes em instituições privadas, mediante o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Programa de Financiamento Estudantil (FIES) (FERREIRA; OLIVEIRA, 2010).

Nesse contexto de mudanças na educação, Dias Sobrinho (2007) diz que uma reforma surge da intenção de que determinada situação não mais perdure. Suas motivações e objetivos ligam-se a projetos políticos para sua viabilização e ultrapassam as dimensões das instituições às quais se relacionam. Uma reforma educacional vai além das instituições de ensino, ultrapassa a problemática do sistema educacional e alcança a sociedade, tocando interesses e valores não só da comunidade voltada para a educação, mas a população como um todo.

Uma reforma sempre produz um efeito, de alcance variado, em consonância ou não com o planejado, mais voltado para determinadas ideologias, ou para um ou outro grupo social, ou para os interesses de políticos ou de profissionais da educação, no caso de uma mudança educacional. Reformas surgem de contradições, de desacordos, de insatisfações, de problemas, de desequilíbrios. São criadas nas esferas de poder normalmente como uma resposta frente a disputas econômicas, sociais, religiosas, culturais, étnicas, políticas, quando uma mudança, uma solução se faz necessária (DIAS SOBRINHO, 2007).

No caso da educação superior, esta concentra o potencial para a formação de profissionais capacitados, o que, em países de renda média, poderia levar a uma maior chance de desenvolvimento econômico e social. As universidades, a partir dessa concepção, começaram a ser vistas como oportunidades de ascensão profissional e social (RÁMIREZ, 2011).

Em uma conjuntura de sistema global de produtividade, passaram a ser necessários quesitos como inovação, competitividade, flexibilidade, além de adaptabilidade. Mudanças nos setores produtivos tornaram-se comuns, o que também alterou as exigências de qualificação para o trabalho. Daí, a constante necessidade de se atualizar processos de aprendizagem, de aperfeiçoamentos e de adaptação diante das novidades do conhecimento e das novas exigências sociais e do trabalho (DIAS SOBRINHO, 2007).

As políticas públicas permeiam essa situação. Uma política pública é uma resposta a um problema identificado, que requer alguma medida para sua superação. Assim, as políticas são formuladas, suas ações são implementadas, com vistas ao alcance dos objetivos idealizados. A seção a seguir abordou o tema políticas públicas.

## 2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas voltaram-se a trabalhos baseados em teorias que buscavam explicar as funções do Estado e do governo, sendo este a instituição que produz políticas públicas. A constituição e a consolidação de estudos acerca de políticas públicas seguiram o pressuposto de análise de que as ações que o governo opta por seguir poderiam ser formuladas cientificamente e analisadas por pesquisadores independentes. Assim, uma nova disciplina surgia como subárea da ciência política (SOUZA, 2006).

Como uma área de ação governamental, as políticas públicas foram utilizadas pela primeira vez como ferramenta de decisões do governo nos Estados Unidos da América (EUA), com a criação de uma organização não-governamental que contava com o financiamento de recursos públicos, na época da Guerra Fria, em que um grupo de estudiosos procurava mostrar, com base na teoria dos jogos de Neuman, que uma guerra poderia ser conduzida como um jogo racional. Dessa forma, a utilização de métodos científicos influenciadores de decisões do governo sobre problemas de interesse público se expande para outros setores governamentais e chega também ao campo da política social, segundo a autora.

De acordo com Souza (2006), não há uma única, ou ideal, definição para o que seja política pública. Muitos estudiosos buscaram conceituar a expressão, todavia cada tentativa despertava para um aspecto particular, sendo que seria a junção desses aspectos que expressariam uma ideia mais ampla do que sejam políticas públicas. A partir dos conceitos introduzidos pelos primeiros estudiosos dessa área – H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton – e do desenvolvimento de discussões sobre o assunto, chegou-se à conclusão de que a política pública, sob o aspecto teórico-conceitual, é um campo multidisciplinar, em que indivíduos, instituições, ideologias e interesses são importantes, ainda que haja diferenças entre eles. Uma teoria mais ampla de políticas públicas reúne em si outras teorias advindas do campo da sociologia, da ciência política e da economia, que trabalham as relações entre sociedade, Estado, política, economia, o que tem despertado o interesse de pesquisadores de disciplinas como antropologia, geografia, planejamento, gestão, economia, ciências sociais aplicadas, entre outras.

No quadro a seguir, são reunidos alguns conceitos de políticas públicas.

Autor	Conceito
Laswell (1936)	Decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.
Lynn (1980)	Um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos.
Dye (1984)	O que o governo escolhe fazer ou não fazer.
Peters (1986)	A soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos.
Mead (1995)	Um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas.
Fonseca (2013)	Um processo de decisão política que se materializa em objetivos com resultados esperáveis, normalmente vinculados à transformação de uma dada realidade, com vetores distintos, e que envolvem: a) técnicos estatais e não governamentais, burocratas e políticos (tomadores de decisão); b) atores distintos (com “recursos de poder” assimétricos), cenários e conjunturas (por vezes voláteis); c) capacidade e viabilidade de o Estado disponibilizar recursos orçamentários, humanos, legais e logísticos; d) mecanismos de mensuração dos resultados.
Secchi (2013)	Uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público.
Jannuzzi (2016)	Conjunto de decisões tomadas pelas instituições de Estado em busca da solução de um problema ou da promoção de um objetivo comum desejado pela sociedade.

Quadro 1 – Conceitos de Políticas Públicas.

Fonte: Souza (2006); Fonseca (2013); Secchi (2013); Jannuzzi (2016). Elaboração do autor.

Souza (2006) propõe, como definição para política pública, o campo do conhecimento que busca estimular as ações do governo e analisar tais ações, propondo, se for o caso, mudanças no decorrer dessas ações. A formulação de políticas públicas pode então ser descrita como a materialização dos propósitos e plataformas eleitorais dos governos em programas, planos e ações, com vistas a resultados ou mudanças em prol da sociedade. Após formuladas, as ações governamentais são implementadas, ficando submetidas a futuro acompanhamento e avaliação.

Apresenta-se a seguir uma síntese dos principais elementos presentes em definições e modelos sobre políticas públicas: (a) política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz; (b) ela envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes; (c) é abrangente e não se limita a leis e regras; (d) é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados; (e) embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo; e (f) a política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação (SOUZA, 2006).

Segundo Jannuzzi (2016), as políticas públicas buscam proporcionar mais bem-estar, mais desenvolvimento, bem como mais coesão e justiça social, utilizando-se de leis, regulamentações, enunciados de diretrizes prioritárias da agenda governamental, campanhas de

comunicação social, incentivos fiscais ou ainda de programas públicos, que são instrumentos de operacionalização de políticas públicas. Programas sociais, segundo o autor, são ações programadas e articuladas entre si, elaboradas para atenuar uma problemática social, isto é, atender uma demanda pública, incluída na agenda de prioridades de políticas do Estado ou do governo vigente.

Lima e D'Ascenzi (2013), ao discorrerem sobre políticas públicas e sua análise, apontam para o modelo da abordagem sequencial, ou ciclo de políticas públicas, em que a política pública é separada em fases, a saber: formulação, implementação e avaliação.

Souza (2006) e Secchi (2013), ao abordarem esse modelo, identificam uma divisão um pouco mais detalhada, quanto à formulação. Souza (2006) separa política pública em: definição de agenda; identificação de alternativas; avaliação das opções; seleção das opções; implementação; e avaliação. Secchi (2013) visualiza o ciclo nas fases: identificação do problema; formação da agenda; formulação de alternativas; tomada de decisão; implementação; avaliação; e extinção. Tais fases geralmente se apresentam misturadas, em que as sequências se alternam.

Na etapa da formulação, segundo Lima e D'Ascenzi (2013), há a definição e a escolha dos problemas a receber a atenção e a intervenção do governo, a elaboração de soluções ou alternativas e a tomada de decisão quanto ao problema identificado.

Na fase da implementação, há a execução das decisões que foram tomadas na etapa anterior. São considerados basicamente dois modelos de implementação de políticas públicas: *top-down* (de cima para baixo – separação entre tomadores de decisão e implementadores) e *bottom-up* (de baixo para cima – maior liberdade de burocratas na modelagem e implementação de políticas com posterior legitimação pelos tomadores de decisão das práticas experimentadas).

E, por fim, a avaliação diz respeito à fase de interrogação sobre o impacto da política, o exame de seu desempenho para conhecer melhor o estado em que se encontra e se o nível do problema que gerou a política foi reduzido (SECCHI, 2013).

A seção a seguir abordará a avaliação de políticas públicas, etapa final do modelo da abordagem sequencial.

### 2.2.1 Avaliação de Políticas Públicas

Na fase de avaliação, são confrontados os resultados esperados com os obtidos, sendo uma etapa de verificação dos impactos das ações programáticas, visando a seu julgamento de mérito, continuidade ou descontinuidade. É o momento de investigar sua eficácia (se cumpriu seus objetivos), sua eficiência (se os recursos foram bem empregados) e sua efetividade social (os impactos efetivos gerados nos beneficiários e na sociedade) (JANNUZZI, 2017).

Howlet, Ramesh e Perl (2011) apresentam a avaliação de políticas como sendo “o estágio do processo em que se determina como uma política de fato está funcionando na prática, analisando-se os meios empregados e os objetivos atingidos”. Por meio da avaliação, pode-se determinar a eficácia de uma política pública, considerando-se suas intenções e resultados obtidos, o que permite identificar a necessidade de se repensar o problema e as soluções inicialmente propostas, bem como o ciclo de políticas em si, qual seu movimento, se haverá um retorno para a etapa de formulação de agenda, se para outra etapa no processo ou se para seu término, com o encerramento da política.

Secchi (2013) menciona, como definição de avaliação de políticas públicas, “o processo de julgamentos deliberados sobre a validade de propostas para a ação pública, bem como sobre o sucesso ou a falha de projetos que foram colocados em prática”.

Ainda sobre a avaliação de políticas públicas, ela é tida como um mecanismo de melhoria no processo de tomada de decisão, com o intuito de garantir a obtenção de melhores informações, que possibilitem melhores decisões e prestação de contas sobre as políticas públicas (TREVISAN; BELLEN, 2008).

Os autores citados (Howlett, Ramesh e Perl, 2011; Secchi, 2013; Trevisan e Bellen, 2008) e também Neirotti (2012), ao conceituarem avaliação de políticas públicas, mencionam a palavra “processo”, o que remete à ideia de um conjunto de ações sequenciais, com sentido de continuidade, seja no que se refere à análise do processo de funcionamento da política, seja do processo de julgamento de seus êxitos ou insucessos, seja do de tomada de decisão, ou do de prestação de contas, de forma mais transparente.

Na concepção de Rua (2009), a avaliação constitui-se em procedimentos que julgam os resultados de uma política ou um programa, de acordo com determinados critérios que expressam valores, sendo que se destina a subsidiar decisões dos gestores da política, no que se refere aos ajustes identificados como indispensáveis para o alcance dos resultados esperados.

Ainda, a avaliação de políticas públicas refere-se à avaliação formal, ao exame

sistemático das intervenções planejadas da realidade, seguindo critérios e procedimentos elencados para a coleta e análise de informações acerca do conteúdo, estrutura, processo, resultados, qualidade e impactos relativos à política (RUA, 2009).

Percebe-se uma congruência nos conceitos apresentados pelos autores mencionados, quanto à avaliação de políticas públicas.

Na avaliação de uma política pública, existe uma referência, uma situação ou condição que se quer alcançar e um objeto alvo da avaliação. O desafio a ser superado é minimizar o lapso entre a situação vigente e a posição que se almeja atingir. Uma das características da avaliação é que ela lida com decisões de políticas públicas tomadas em esferas públicas.

Avaliar, segundo Neirotti (2012), implica em formar um julgamento sobre o objeto que se está avaliando, classificando-o em parâmetros, por exemplo bom/mau, adequado/inadequado, perto/longe, alcançado/não alcançado. A avaliação pode ser utilizada como instrumento de melhoria de condição de prestação de contas tanto interna, quanto externa a programas. Ela implica em que agentes de política possam responder por sua produtividade tanto em seus setores de atuação, quanto em contextos sociais e políticos mais amplos. O resultado esperado desse processo é uma maior transparência em planejamento social e inovação, dando suporte ao debate público envolvendo o patrimônio político da sociedade (NEIROTTI, 2012).

A partir da década de 1990, houve uma busca de fortalecimento do quesito avaliação na gestão governamental, o que se refletiu no desenvolvimento de sistemas de avaliação das políticas públicas, em diversas modalidades. Um reflexo oriundo das propostas de reforma do Estado, na busca de uma modernização da gestão pública. A partir de uma demanda crescente para uma profissionalização da avaliação, iniciou-se um processo de busca da sua institucionalização, voltando-se atenção para a formação de avaliadores. O governo, incentivado por organizações internacionais, começou a encorajar o apoio a pesquisas de avaliação, treinamento, atualização e profissionalização da atividade voltada ao tema. Ressalte-se o aspecto político da avaliação, que incentiva uma incidência maior de mapeamento de atores envolvidos e uma análise de suas propostas, bem como uma atenção aos aspectos institucionais, culturais e de identidade dos grupos sociais relacionados com a avaliação. Isso promove o desafio de que sejam criadas abordagens inovadoras de avaliação no contexto de prioridades diferentes em políticas públicas. Todavia, a prática da avaliação ainda se mostra rudimentar em nosso país e se caracteriza basicamente em um instrumento de gestão governamental, com caráter eminentemente tecnicista e político (FARIA, 2005; NEIROTTI, 2012).

Segundo Ramos e Schabbach (2012), a Constituição Federal de 1988, em artigo do título VI, correspondente a Tributação e Orçamento, estabeleceu como lei de iniciativa do Poder Executivo, para submissão à aprovação do Legislativo, o Plano Plurianual (PPA), que abrange quatro anos e contém as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas de capital e para os programas de longa duração. Todos os demais planos e programas nacionais, regionais e setoriais devem ser subordinados ao PPA. Neste plano, a partir de 2004, foi acrescentado o Sistema de Avaliação do Plano Plurianual, que contém um Relatório Anual de Avaliação. Nesse sentido, de acordo com as autoras, o objetivo dessa medida foi o de assegurar que o processo de avaliação passasse a integrar a gestão dos programas, com vistas a subsidiar a tomada de decisão, bem como disseminar a cultura de avaliação e garantir sua utilização nas etapas de formulação e implementação das políticas e programas do governo.

Ceneviva e Farah (2012) apontam para a importância da criação de novos mecanismos de controle das ações do poder público, uma vez que instrumentos de fiscalização e controle democrático exercem papel fundamental na qualidade da gestão pública. Assim, uma das formas de controle democrático ocorre por um dos mecanismos de controle da administração pública, que se dá por meio dos resultados das políticas e dos programas governamentais. Nesta situação, a avaliação das políticas públicas ocorre *ex post*, ou seja, posteriormente, para determinar sua relevância, a realização dos objetivos idealizados e os seus impactos. Nesse sentido, Ceneviva e Farah (2012, p. 995) afirmam que:

(...) a avaliação de políticas e programas governamentais é vista não apenas como um instrumento de gestão, mas sobretudo como um meio para aferir o desempenho das políticas e programas e para estabelecer os parâmetros para a prestação de contas da burocracia e dos governantes.

A avaliação pública precisa ter, como categorias de fundamentação, a participação popular e a politização. Assim, a avaliação segue prioritariamente uma orientação ético-política, em que desconstrói, descreve, critica, reflete e organiza-se com o intuito de melhorar as políticas, ao passo em que transforma as relações entre indivíduos e grupos. A natureza da avaliação pública é de construir coletivamente questionamentos, estudos, reflexões, vivências, valores, juízos de valor que possam ter força transformadora, qualitativa, das políticas e de seus contextos, com o intuito de melhorar seus processos e relações sociais (SOUZA, 2009).

Jannuzzi (2016) entende, como objetivo finalístico da avaliação, que ela constitui instrumento para a aprendizagem organizacional, ao buscar meios de conhecer mais e melhor os problemas, avanços e desafios de políticas e programas sociais, com a finalidade de aprimorar a gestão e o atingimento dos resultados desses programas.

Rua (2009) encontra-se alinhada a essa afirmação, pois entende que a avaliação pode ser tida como um processo de apoio a um aprendizado contínuo, de busca de melhores decisões e de uma gestão madura. Dessa forma, a avaliação mostra-se como um auxílio para o aperfeiçoamento na formulação de políticas e programas e para a identificação da medida em que os governos reagem de forma esperada às necessidades dos cidadãos.

Na análise de Faria (2005), o propósito original da avaliação seria melhorar a qualidade das decisões que são tomadas em âmbito governamental e buscar meios de garantir que os objetivos traçados pelas políticas públicas possam ser amplamente alcançados. Para Trevisan e Bellen (2008), no caso de os objetivos do programa terem sido atingidos, o ciclo político, como modelo de avaliação da política pública, pode ser finalizado ou dar início a um novo ciclo, a uma nova fase de percepção e definição de problemas.

Segundo Faria (2005), a avaliação é utilizada em três dimensões: a instrumental – que se refere ao apoio dado às decisões e à busca de resolução de problemas; a conceitual – que seria a função educativa; e a simbólica – relativa ao uso político da avaliação.

Como usuários potenciais e atores da pesquisa avaliativa, ou da avaliação da política pública, em um contexto amplo, podem ser mencionados os financiadores do programa, os gerentes e encarregados de alto escalão, os técnicos e profissionais mais próximos dos beneficiários da política, além dos próprios beneficiários. Ainda, estão envolvidos no processo avaliativo gerentes de outros níveis governamentais, representantes de fundações, interessados em conhecer projetos bem-sucedidos que podem vir a ser alvo de financiamentos ou na melhoria de projetos já em desenvolvimento; membros representantes do poder legislativo; cientistas sociais e outros avaliadores. Faria (2005) menciona dois outros usuários potenciais dos processos avaliativos: as organizações que administram o programa alvo da política pública e a sociedade civil ou o público em geral.

Trevisan e Bellen (2008), na mesma linha dos estudos de Faria (2005), discorrem que a avaliação tem sido classificada em função: (a) de seu *timing*, ou seja, antes, durante ou depois da implementação da política pública ou do programa; (b) da posição do avaliador em relação ao objeto a ser avaliado (interna, externa ou semi-independente); e (c) da natureza do objeto a ser avaliado, isto é, contexto, insumos, processos e resultados.

Quanto ao *timing*, a avaliação anterior, ou *ex ante*, ocupa-se com análises de custo-benefício, de custo-efetividade, de taxas de retorno dos investimentos previstos. É realizada antes do início de um programa, com vistas a caracterizar o público-alvo e dimensionar a problemática social que será o foco da intervenção. A intermediária, ou formativa, ou ainda *in itinere*, que ocorre durante a implementação, diz respeito ao monitoramento e objetiva dar

suporte e melhorar a gestão, a implementação e o desenvolvimento da política, para fins de ajustes. A avaliação posterior, *ex post* ou somativa, lida com os impactos, estuda a eficácia e o julgamento do valor do programa, em que a credibilidade e a objetividade dos resultados são mais importantes que sua aplicabilidade direta. Analisa comparativamente as mudanças ocorridas no público-alvo e afere os potenciais resultados do programa (JANNUZZI, 2016; SECCHI, 2013; TREVISAN; BELLEN, 2008).

No que se refere à posição do avaliador, Trevisan e Bellen (2008) entendem que as avaliações, cuja destinação é exercer controle sobre as intervenções públicas, ou da sociedade sobre o governo, ou do governo sobre si próprio, necessitam ser conduzidas por órgãos independentes, com vistas a uma busca de neutralidade no processo de avaliação. Segundo os autores, a avaliação deve seguir uma linha de transparência e ser amplamente disponível, com descrição do desenho do estudo e os processos.

De acordo com Secchi (2013, 2017), a avaliação de política pública pode acontecer segundo os momentos acima descritos e geralmente aplica critérios, indicadores e padrões para avaliar as qualidades e deficiências da política pública. Os critérios são mecanismos lógicos que servem como base para escolhas ou julgamentos. Fundamentam-se em entendimentos valorativos da realidade e fornecem ao avaliador parâmetros para julgar o funcionamento de uma política pública, se positiva ou negativa. Como exemplos pode-se citar a eficiência, a eficácia e a efetividade mencionadas por Jannuzzi (2017).

Os critérios são operacionalizados por meio dos indicadores, que são artifícios que podem ser criados para medir *input*, *output* e *outcome*. Os indicadores de *input* – entradas no sistema, são relacionados a gastos financeiros, recursos humanos empregados ou recursos materiais utilizados; indicadores de *output*, referem-se à produtividade de serviços/produtos; e os indicadores de resultado – *outcome*, dizem respeito aos efeitos da política pública sobre seus destinatários e à capacidade de resolução ou mitigação do problema para o qual foi elaborada.

Os padrões ou parâmetros fornecem uma referência de comparação aos indicadores e os principais tipos são: absolutos, históricos e normativos. Padrões absolutos referem-se a metas qualitativas ou quantitativas estabelecidas anteriormente à implementação da política pública. Padrões históricos referem-se a descrições ou valores já alcançados no passado e que facilitam a comparação por períodos temporais e assim produzem informações sobre declínio ou melhora da política pública. Padrões normativos relacionam-se a metas qualitativas ou quantitativas estabelecidas com base em um *standard* ideal ou *benchmark* (SECCHI, 2013).

Há diferentes tipos de avaliadores, os quais produzem diversos modos de análise e avaliação de políticas, que pode ser classificada em três tipos: avaliação administrativa, judicial

e política, cuja distinção ocorre em função da maneira como são conduzidas, dos atores envolvidos e também dos efeitos produzidos (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2011). Segundo os autores, a avaliação de políticas públicas do tipo avaliação administrativa é empreendida no âmbito de um governo, por órgãos especialistas em avaliação, por supervisores financeiros, jurídicos e políticos ligados a departamentos do governo, órgãos executivos especializados, legislativos e judiciários, ou por consultores provados contratados pelo governo. Examina a prestação eficiente de serviços governamentais e tenta determinar se o dinheiro gasto está sendo compensado. Com essa avaliação, pretende-se garantir que as políticas estejam atingindo suas metas esperadas com o menor custo e ao menor sacrifício para os cidadãos individualmente. A avaliação administrativa empreendida por órgãos do governo e por agências não partidárias independentes, normalmente, divide-se em **cinco** espécies:

- a) avaliação de processo – examina métodos organizacionais usados para a execução dos programas;
- b) avaliação de esforço – tenta medir a quantidade de insumos do programa, ou seja, o montante de esforço que os governos investem para o cumprimento de suas metas;
- c) avaliação de desempenho – examina antes os produtos (outputs) do que os insumos (inputs) de um programa; determina o que a política está produzindo;
- d) avaliação de eficiência – tenta determinar os custos de um programa e se o mesmo montante e qualidade do produto poderiam ser alcançados a um custo mais baixo;
- e) avaliação de eficácia – além de computar a soma dos insumos e produtos de um programa, ela visa a descobrir se os objetivos de um programa estão sendo alcançados, isto é, se ele está fazendo o que se espera que ele faça.

Rua (2009) aborda certa ausência de avaliação de políticas públicas e menciona dificuldades recorrentes na avaliação de políticas, programas e projetos, voltando-se a uma falta de consenso conceitual mínimo acerca dos critérios utilizados, em especial os conceitos de eficácia, eficiência e efetividade, que podem desencadear diversas dúvidas e diminuir a intensidade do monitoramento e da avaliação das políticas.

Os instrumentos de avaliação – indicadores e procedimentos – muitas vezes mostram-se inadequados ou precários, com mecanismos de controle social incipientes ou inexistentes. É recente a concepção de que as políticas sociais não se destinam a corrigir deficiências, mas que elas constituem-se em investimento produtivo, além de direito de cidadania. Por isso, é necessário que haja coordenação e equalização entre os objetivos das políticas econômica e social, frente à ênfase que é dada ao capital humano pelos novos paradigmas do processo produtivo (RUA, 2009).

As políticas públicas podem abordar diversos temas de interesse da sociedade e suas demandas. Nesse leque de possibilidades, encontram-se as políticas públicas educacionais, assunto a ser abordado na seção à frente.

## **2.2.2 Políticas Públicas Educacionais**

A Constituição Federal Brasileira de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”, foi um importante marco na criação de sistemas de proteção social. Dentro de um movimento mundial de estruturação de políticas sociais, e na sua evolução, ela possibilitou o estabelecimento de um conjunto mais amplo de direitos (JANNUZZI, 2016, 2017).

A educação foi contemplada na abordagem de políticas sociais presentes no texto constitucional, em que foram elencados os deveres do Estado quanto a essa importante área social.

Nesse aspecto, há estudiosos que levantaram questionamentos sobre a atenção dos governos dos anos 1990 sobre a educação. Embora ela fosse tomada como uma das principais vias de enfrentamento de problemas sociais, como o da inserção ou manutenção dos indivíduos no mercado de trabalho, as políticas públicas educacionais adotadas não demonstraram prioridade a essa área, haja vista a insuficiência de dotação orçamentária a ela destinada, agravada por sucessivos cortes nas verbas correspondentes (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007).

A CFB e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) fundam as estruturas legais matriciais que abordam a educação nacional. Além delas, outras normativas discorrem sobre o tema, constituindo-se em marcos legais nacionais, como o PNE e o PDE, que trazem em si ações, planos, programas voltados à orientação para o campo educacional.

Sobre a expansão da educação superior, houve a atuação do governo federal, no período pós-1988, em duas frentes, que caracterizaram políticas diferentes: uma que dialogou com a rede privada de ensino e a outra, com a rede pública. No caso da primeira, programas como o PROUNI e FIES possibilitaram o financiamento de cursos de graduação em instituições particulares. Já no segundo caso, o investimento governamental foi realizado em instituições de ensino superior públicas e aqui são mencionados programas como o Reuni e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), com o intuito de ampliar o acesso e a permanência dos jovens na educação superior.

Uma das formas de se classificar uma política pública educacional é como política de Estado ou política de governo, a fim de se considerar o modo como ela será conduzida e implementada na esfera pública. As políticas de governo têm sua vigência vinculada ao período de duração do mandato governamental, estando, de modo geral, vinculadas a projetos eleitorais de grupos presentes na arena política. As de Estado, por sua vez, reportam-se a programa educacional com objetivos de longo prazo, elaborado para estender sua vigência além do período de exercício político de determinado mandato, cujas proposições são incorporadas à estrutura do Estado e permanecem apesar das transições de governos (SANTOS, 2014).

Em anos mais recentes, no pós-1988, algumas questões envolvendo a educação superior foram tema de discussões e contribuíram para a adoção de políticas educacionais para ela voltadas nos anos seguintes. O direito à educação superior é uma dessas questões, sendo assunto relevante que consta nos textos da CFB, da LDB e do PNE (2001-2010) e que trata do direito ao acesso de estudantes, basicamente da faixa etária de 18 a 24 anos, à matrícula em cursos de graduação no País. Sobre esse tema, os índices apontam que muito precisa continuar a ser feito para que esse direito seja garantido.

No âmbito dessas questões, as políticas de educação superior contemplaram buscar meios de promover uma maior oferta para esse nível de ensino, sendo que, nos anos que se sucederam, cada governo, consoante sua postura própria, atuou ora para ampliar a oferta em instituições privadas, ora para ampliar a oferta em instituições públicas, em suas correspondentes proporções. O alvo dessas políticas era o de fazer da educação superior um meio para impulsionar o desenvolvimento econômico e poder participar da concorrência do mercado (ROSA, 2014). Entende-se que houve um esforço governamental para se criar meios de ampliação de oferta na educação superior pública nos períodos recentes, o Reuni é um exemplo disso, ainda que as orientações de organismos multilaterais internacionais, como o Banco Mundial, direcionassem para uma lógica de privatização desse ensino.

Outro tema das políticas educacionais pós 1998 referiu-se à inclusão. A observância do direito à educação e da necessidade da expansão apontaram para a necessidade também de inclusão social, o que remetia à ampliação e democratização do acesso, com atenção a mecanismos que garantissem a permanência na educação superior. Segundo Ristoff (2013), o Brasil tem vivenciado um período de expansão da educação superior e também de democratização, ao alcançar avanços na inclusão de grupos historicamente excluídos, mesmo que essa ampliação de oportunidades seja ainda incipiente e que ainda é longo o caminho a ser percorrido para se aproximar da meta traçada pelo PNE para as matrículas na educação superior.

A grande responsabilidade social da educação superior relaciona-se a oportunidades de acesso igualitário a todos.

O Reuni, nesse contexto, trouxe esse aspecto para suas diretrizes, ao elencar a ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil. Esta assistência foi adotada como estratégia para combater as desigualdades sociais e regionais e o PNAES foi instituído no âmbito dessas discussões, com o intuito de contribuir para que se viabilizasse uma igualdade de oportunidades, para a melhoria do desempenho acadêmico e prevenir situações de repetência e evasão oriundas de insuficiência de condições financeiras.

Ainda sobre políticas públicas educacionais pós-1988, a questão do financiamento da educação superior também foi assunto presente nas discussões. A partir da década de 1990, houve a implementação de políticas que buscaram um ajuste nas ações do Estado, mais em linha com a então nova ordem internacional, que se voltou, entre outros aspectos, para um aumento dos valores orçamentários destinados à acumulação de capital, proporcionalmente à redução de gastos com as políticas sociais, entre elas as da educação superior. A partir do que consta no texto constitucional sobre a educação ser um direito de todos e dever do Estado e da família, a ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade (BRASIL, 1988), Chaves e Amaral (2014) abordam a questão de que o financiamento da educação superior não era tida como de responsabilidade exclusiva do Estado, mas também envolveria recursos de fonte privada. A criação de programas como o PROUNI e FIES, por exemplo, estaria diretamente relacionada com um posicionamento mais privatizante dessa interpretação, consoante ações de racionalização de recursos do setor público, por um lado, e de celebração de parcerias público-privadas com o intuito de financiar a educação superior, por outro.

Em meio a discussões sobre financiamento, entende-se que uma das ações que poderiam impulsionar a educação superior em nosso País, segundo as metas do PNE, seja para a expansão da oferta, a democratização do acesso ou a ampliação da permanência, entre outros, seria a aplicação de maior percentual do PIB em educação. Melchior (1983) já defendia nos anos 1980 a necessidade de se conseguir mais recursos financeiros e de aplicá-los, de forma urgente, com maior grau de eficácia. Também já abordava a questão das desigualdades naturais e artificiais do homem e a conseqüente necessidade de se criar condições de igualdade, relacionando ao conceito de gratuidade ativa, para que ao aluno, no caso, fosse permitido receber os recursos auxiliares de que necessita e dessa forma ter minimizadas as condições desiguais em que se vê inserido num processo educacional competitivo, isto é, a importante utilização de ações de assistência estudantil.

O conjunto dessas questões contribuíram para as discussões que permearam a definição e formulação das políticas educacionais mais recentes.

Dando sequência à abordagem da avaliação no ciclo de política pública, de especial interesse deste estudo, a próxima seção estendeu a análise do tema à avaliação de políticas públicas educacionais.

### **2.2.3 Avaliação de Políticas Públicas Educacionais**

As políticas públicas são formuladas com foco em várias áreas, entre elas a educação. A educação superior pública, enquanto objeto de políticas públicas que foram formuladas e implementadas na procura do atendimento de interesses coletivos, também passa pela etapa da avaliação, a qual pode ser uma ferramenta para identificar deficiências e necessidades, bem como para encontrar possíveis soluções para estas. A avaliação tem a possibilidade de oferecer contribuições para aperfeiçoar programas, influenciar transformações e definições de políticas e servir como instrumento de tomada de decisão de políticas públicas e sociais (TENÓRIO; ANDRADE, 2009).

A busca pela continuidade do desenvolvimento de políticas para a educação superior pública, gratuita e de qualidade é certamente um desafio a ser enfrentado na defesa do ensino superior, força motriz para o crescimento econômico, social, político e cultural de nosso país. Desafio este muito significativo, diante do fato de que a maior porcentagem de oferta de vagas para o ensino superior encontra-se sob o domínio da iniciativa privada (MANCEBO; VALE; MARTINS, 2015).

A educação superior tem sido objeto de políticas públicas educacionais e integrou importantes normativas nacionais<sup>1</sup>, desde a Constituição Federal Brasileira (CFB), a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), o Plano Nacional de Educação (PNE), até o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), do qual o Reuni constituiu uma das ações. Há que se destacar a distinção entre o PNE e o PDE, feita por Ivo, Hypolito (2009) e Saviani (2007), como sendo o primeiro um projeto de Estado e o segundo, um plano de Governo. Entendem o PDE como um conjunto de ações que não estariam diretamente relacionadas com as metas

---

<sup>1</sup> O corte temporal aqui refere-se desde 1988, ano da publicação da Constituição Federal, a 2012, ano do término do Reuni.

estabelecidas pelo PNE, plano nacional vigente à época. Antes, o PDE seria um plano de atividades elaborado paralelamente ao PNE.

Assis e Oliveira (2013) avaliam as políticas públicas educacionais promovidas pelo Estado, em que as reformas na educação tiveram lugar, como sendo colaboradoras para o fortalecimento dos objetivos do sistema econômico, que se aproveitavam do processo de privatização e da desregulamentação da educação superior.

Segundo Dourado (2010), as políticas públicas educacionais no Brasil tradicionalmente têm seguido uma lógica da descontinuidade, sendo marcadas por políticas de governo, em que prevalece a carência de planejamento de longo prazo, ao invés de serem construídas políticas de Estado, com a participação da sociedade.

Nessa mesma linha, Rua (2009) traz a reflexão de que a avaliação representa a mais importante ferramenta de controle da efetividade das políticas e dos programas governamentais, porém, essas políticas e programas enfrentam problemas com a interrupção, a descontinuidade administrativa, o abandono a que são entregues ou a substituição das estratégias utilizadas para sua implementação, o que prejudica a continuidade e até mesmo a existência dos processos avaliativos.

Ainda nesse paralelo entre políticas de governo e políticas de Estado, os programas e políticas são alvos de redimensionamentos, alterações, reorientações, suspensões, em virtude de mudanças de seus dirigentes. Nem sempre os mesmos vínculos, a mesma importância, a colaboração, são mantidos entre as agências, uma vez que as relações de cooperação tendem a ser personalizadas (RUA, 2009).

Conforme Calderón e Borges (2013), a pesquisa e o estudo quanto à avaliação das políticas públicas educacionais no país ainda são questões em desenvolvimento, matéria em construção, que está se consolidando na comunidade acadêmico-científica. Essa área de pesquisa e estudo conta com o acompanhamento de instituições relacionadas com a temática de políticas públicas em educação, como a Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior, a Fundação Carlos Chagas e a Fundação Cesgranrio.

Voltando-se para a avaliação educacional no país, os autores discorrem sobre quatro momentos distintos:

(a) a década de 70 direcionou foco às questões de acesso à universidade, nos critérios de processos seletivos, envolvendo análise de testes de aptidão, expressão verbal e escrita; da forma como os jovens viam a si próprios; do acesso de mulheres à educação superior, numa visão mais tecnicista da avaliação;

(b) nos anos 1980, a atenção migrou para questões metodológicas, com estudos sobre avaliação de projetos e programas educacionais, alvos de estudos de casos e pesquisas participantes, numa análise das características não só quantitativas, mas também qualitativas, visto que ambas se equilibram. A visão meramente tecnicista foi dividindo lugar com uma visão da dimensão política da avaliação educacional;

(c) a década de 1990 ficou conhecida como a “década da avaliação”, em que foram criados grandes sistemas e ferramentas de avaliação em larga escala e o tema foi objeto de diversas publicações acadêmicas, com ênfase na defesa da universidade pública, na avaliação em relação à reforma universitária, nas experiências de instituições com a avaliação, bem como na avaliação de programas curriculares e sistemas educacionais; e

(d) a partir dos anos 2000, surgem produções científicas voltadas para a tentativa de compreensão das experiências em avaliação no país, envolvendo, entre outros assuntos, o desempenho de estudantes egressos da rede particular e da rede pública, cotas no ensino superior, educação a distância, avaliação docente e financiamento da educação superior. Duas vertentes são identificadas nos estudos, uma que idealiza a avaliação numa dimensão política, com natureza emancipatória, e outra que se volta para o aprimoramento de políticas públicas, do realizar habitual, da dimensão técnica da avaliação.

Identifica-se, ao longo dos anos, fruto das transformações sociais, políticas e econômicas vivenciadas pela nação, que as instituições foram adotando novas formas de gestão, no intuito de identificar modelos e programas que pudessem dar uma resposta aos desafios oriundos do cenário mundial, inclusive quanto a padrões de mensuração de desempenho. Com isso, a avaliação da educação superior relaciona-se com duas concepções principais, em que tem atuado tanto segundo um princípio básico de regulação/controle do Estado, voltada para o ranqueamento de instituições de ensino, quanto em outro em que se constitui em um instrumento de gestão da qualidade, para a sociedade, numa visão formativa/emancipatória, em um processo de respeito à individualidade das instituições de ensino superior nacionais (BARREYRO; ROTHEN, 2008; POLIDORI *et al.*, 2011; TENÓRIO; ANDRADE, 2009).

Nesse sentido, em se tratando de sistemas de avaliação da educação superior, as últimas décadas têm registrado diversos mecanismos voltados a esse tópico. Os principais modelos de avaliação adotados constam do quadro 2 a seguir.

Ano	Avaliação
1983/1984	Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU)
1985	Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior (CNRES)
1986 a 1992	Grupo Executivo para a Reforma da Educação Superior (GERES)
1993 a 1998	Programa de Avaliação Institucional da Universidade Brasileira (PAIUB)
1996 a 2003	Exame Nacional de Cursos (ENC – Provão)
2004	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)

Quadro 2 – Modelos de Avaliação da Educação Superior.

Fonte: Zainko, 2008; Polidori, 2009; Barreyro e Rothen, 2008; Tenório e Andrade, 2009.  
Elaboração do autor.

Essas propostas de avaliação voltavam-se para a análise da educação superior e não para uma avaliação de políticas públicas relacionadas à educação superior, motivo pelo qual não foram abordadas de modo mais aprofundado.

No intuito de apresentar propostas que apontassem soluções para determinados diagnósticos oriundos de análises da educação superior no país, e como fruto do amadurecimento de discussões e contribuições de diversos setores sociais envolvidos com o ensino superior, que refletiam a pressão social por sua ampliação, tema educacional contemplado nas publicações de leis, decretos, além da própria CFB, foi construída uma política pública educacional que apresentou o Programa Reuni, o qual será abordado na próxima seção.

#### **2.2.4 O Reuni como programa de uma política pública educacional**

Considerando-se alguns estudos realizados com base em informações até 2007 que mencionavam a porcentagem de jovens egressos do ensino médio que iniciavam seu curso de graduação, identifica-se um índice insatisfatório: menos de 12% dos jovens de 18 a 24 anos conseguiam acesso à educação superior (LIMA, 2013; NEVES; RAIZER; FACHINETTO, 2007; RISTOFF, 2008). Um índice baixo, em comparação com números internacionais, mesmo com outros países da América Latina. O PNE em 2001, inclusive, fazia menção a essa baixa porcentagem e à necessidade de expansão das universidades públicas para atender a uma demanda crescente.

Segundo Cabral *et al.* (2011), é um desafio para o Brasil a situação de baixa qualidade do seu sistema educacional, que se caracteriza por não atender às demandas sociais de inclusão e qualificação profissional. Para cada vaga oferecida nas IES públicas, no período de realização do estudo, havia uma média de 6,96 candidatos concorrendo pela vaga, enquanto nas IES

privadas esta média era de apenas 1,16. Estatísticas como estas reforçam e legitimam a decisão do governo federal de fortalecer as IES públicas em todo o país.

A proposta surgida para se contrapor um quadro de baixo índice de acesso ao ensino superior, a qual foi construída a partir das diretrizes presentes nas normativas legais envolvendo a educação superior pós-1988 e depois de uma série de estudos, debates e seminários em várias instâncias das comunidades acadêmicas e segmentos da sociedade, culminou na publicação do Decreto n.º 6.096, de 24/04/2007, o qual instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). O decreto foi uma das medidas de ação integrantes do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do governo federal, por meio do MEC, paralelo a objetivos propostos no Plano Nacional de Educação (PNE).

Para as universidades federais que aderissem ao plano, elaborassem e apresentassem seu plano de reestruturação, o MEC destinaria recursos financeiros para dar suporte às despesas oriundas das propostas, especialmente quanto a: (a) construção e readequação de infraestrutura e equipamentos, necessárias à realização dos objetivos do Programa; (b) compra de bens e serviços necessários ao funcionamento dos novos regimes acadêmicos; e (c) despesas de custeio e pessoal associadas à expansão das atividades decorrentes do plano de reestruturação (BRASIL, 2007).

Tomando como exemplo a UFG, observa-se na tabela 3 a seguir informações sobre o orçamento a ela destinado, no período de 2007 a 2013, sendo que 2007 foi o ano anterior e 2013, o ano posterior à implementação do programa Reuni. Com isso, faz-se uma verificação comparativa a partir do ano em que ainda não haviam sido recebidos recursos do Reuni, passando pelo período de investimentos, concluindo com o ano posterior ao programa.

Tabela 3 – Orçamento destinado à UFG.

Ano	Orçamento – lei orçamentária – R\$ (Valores à época)	Valores atualizados em set./2018 pelo IPCA – R\$
2007	364.606.118,00	683.191.907,01
2008	403.967.286,00	711.495.057,85
2009	393.862.610,00	665.618.909,61
2010	520.276.258,00	832.348.727,27
2011	600.429.956,00	900.761.777,67
2012	718.157.948,00	1.020.880.697,90
2013	760.975.004,00	1.022.692.114,69
Δ % (2007 – 2013)	---	49,7%

Fonte: Elaboração do autor baseado nos Relatórios de Gestão da UFG – anos 2007 a 2013.

Segundo Prestes, Jezine e Scocuglia (2012), o Reuni aproxima-se de propostas educacionais dos países da Europa, citando Bolonha como uma ilustração, enquanto uma

política de expansão, quando propõe reestruturações acadêmicas e curriculares para a mobilidade estudantil, trajetórias de formação flexível, redução da taxa de evasão e um adequado uso de recursos humanos e materiais, com vistas à melhoria do ensino e da aprendizagem, além da qualificação para o trabalho.

A adesão das universidades ao programa seria facultativa, por meio de um *termo de compromisso, um acordo de metas*, e a liberação de financiamento estaria condicionada ao cumprimento das metas estabelecidas no acordo firmado. Os recursos seriam disponibilizados à medida que os planos de reestruturação fossem elaborados e apresentados, conforme cronograma planejado. Na visão de Cabral *et al.* (2011), estaria caracterizado aí o predomínio das finanças sobre a educação, uma característica da administração pública gerencial, devido a uma aparência participativa em nível de discurso, porém centralizadora, em termos de poder decisório.

A preocupação com a implementação e os resultados do Reuni permaneceu e se fez presente nas produções de estudiosos. Podem ser identificadas, nos estudos pesquisados, posições contrárias e favoráveis ao programa.

Existem, conforme Almeida *et al.* (2012), questionamentos quanto ao processo de expansão do ensino superior vivenciado no Brasil, se de fato ela traduziu-se numa efetiva democratização e sucesso acadêmico dos estudantes ingressantes. Na abordagem dos autores, o fenômeno da expansão, democratização e massificação da educação superior é expresso por dados quantitativos, imbricação entre política socioeconômica e educacional, desenhos curriculares, que aproximam o sistema educacional muito mais de atividades empresariais do que acadêmicas.

Na visão de Oliveira *et al.* (2014), as IFES, executoras do programa Reuni, por integrarem o sistema de ensino superior, são atores essenciais para o desenvolvimento econômico do país. Como um ente público, sua gestão deveria ser orientada pelos princípios da eficiência e produtividade no uso dos recursos que lhe foram disponibilizados pelo governo federal. Assim, as IFES precisariam ser avaliadas pela capacidade de atendimento às demandas e exigências dos usuários dos serviços que por elas são prestados e deveriam, portanto, ser capazes de dar uma resposta satisfatória aos anseios da sociedade, contribuindo para a construção de uma sociedade mais democrática, solidária, justa e inclusiva, bem como para uma formação técnico-científica de qualidade dos seus egressos, condizente com as exigências do mundo de trabalho contemporâneo.

Mancebo, Vale e Martins (2015) também fazem observações em relação ao Reuni, quando analisam que a expansão realizada por meio de contratos de gestão, entre IFES e MEC,

possibilitaria uma certificação em massa, mas à custa da flexibilização e rebaixamento dos cursos e da intensificação do trabalho dos professores.

Léda e Mancebo (2009) levantam reflexões problematizadoras sobre a proposta governamental, uma vez que consideram que os efeitos do Reuni poderiam agravar um quadro de precariedade vivenciado por muitas instituições federais de ensino superior, comprometer a qualidade do ensino ministrado, comprometer o desenvolvimento da pesquisa e até mesmo intensificar uma exploração do trabalho docente.

Prestes, Jezine e Scocuglia (2012) chamam a atenção para o fato de que a qualidade na expansão não é alcançada apenas por meio de programas e cursos inovadores ou com a ampliação do acesso, sem que se tenha servidores (docentes e técnico-administrativos) que possam trazer à existência as propostas expansionistas, motivo pelo qual o aumento do número de servidores tem sido uma meta do Reuni. Outro aspecto levantado pelos autores, para o êxito de uma política de expansão institucional que objetiva a democratização, é o que aborda a importância de disponibilidade financeira que dê suporte às ações de ensino, pesquisa e extensão, num processo de intercâmbio com a sociedade, promovendo a possibilidade de agregar grupos diferenciados de estudantes, na produção do conhecimento.

No que se refere ao aspecto da permanência dos ingressantes nas instituições de ensino superior, percebe-se a preocupação com a redução da evasão na educação superior, questão presente na pauta da política educacional do país, traduzida por uma das metas globais do Reuni, que consiste na elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento, utilizando como estratégias principais a redução das taxas de evasão e a ocupação de vagas ociosas. Segundo Aranha, Pena e Ribeiro (2012), a criação de políticas de permanência na universidade mais que a reocupação das vagas é uma necessidade de significativa importância, bem como o acompanhamento das mudanças ocorridas nas universidades, em função da introdução de políticas de ações afirmativas, com vistas à diminuição da evasão do ensino superior.

Dias Sobrinho (2010b), ao discorrer sobre o Reuni, afirma ser justo reconhecer as iniciativas do governo federal, com vistas à expansão do sistema público federal de ensino, pela criação de novas instituições e extensão de câmpus fora de sede, pela implantação de cursos tecnológicos, pela criação de vagas prioritariamente para estudantes de baixa renda, negros e oriundos de rede pública. As universidades federais aderiram ao Reuni, cujo procedimento básico consistia em a universidade elaborar um projeto de desenvolvimento institucional, receber os recursos do MEC e ampliar as vagas de acordo com os critérios aprovados.

Dentre as políticas de inclusão propostas pelo Reuni, encontram-se as modalidades de ações afirmativas, incluindo sistemas de cotas raciais e sociais, bem como acréscimo de bônus no exame de ingresso, com o objetivo de incluir jovens pertencentes a grupos étnicos tradicionalmente menos favorecidos, notadamente afrodescendentes, buscando promover, dessa forma, a inclusão social de alguns grupos marginalizados. Dias Sobrinho (2010b) entende ainda que as políticas públicas de expansão de matrículas e inclusão social são medidas importantes na busca pela superação de desigualdades, mas, isoladamente, são ainda insuficientes para romper hierarquizações e diferenciações de uma sociedade que se divide em excluídos e incluídos.

O programa, segundo Lima e Machado (2016), além de propor o aumento quantitativo de vagas nas IFES, sugeriu também a adoção de medidas para elevar a qualidade da educação superior, preocupando-se em formar com mais qualidade, maior capacidade de crítica e de acompanhamento das atuais inovações de diversas áreas do conhecimento, tornando diversificado o novo alunado ingressante.

No que se refere a recursos, de acordo com as autoras, foram realizados pelo governo federal investimentos financeiros mais altos que em períodos anteriores ao programa Reuni num segmento educacional que é de extrema significância para o desenvolvimento do país, mas que nem sempre contou com os recursos de que precisava. Tais investimentos vieram ao encontro de reivindicações da sociedade brasileira, por desenvolvimento educacional e profissional em nível superior, significando novos desafios às universidades, à inovação, à produção de conhecimentos sobre novas formas criativas de pensar e fazer a educação superior.

Araújo e Santos (2014) entendem que as transformações advindas com o Reuni trouxeram impactos urbanos significativos, envolvendo a questão ambiental, suscitando, por consequência, a sugestão de realização de estudos adicionais, em diferentes instituições, que abordem as alterações físicas e o impacto inclusive no mapeamento da cidade, a partir da percepção de profissionais de diferentes níveis hierárquicos.

Para Barbosa (2015), apesar da existência de estudos pontuais sobre o Reuni, ainda seria escasso o número de estudos sintéticos que façam uma avaliação geral do impacto dessa política pública. Segundo a autora, os estudos de caso disponíveis indicam alguns avanços, principalmente relacionados à criação de cursos e à contratação de mais professores, porém não tratam ainda dos problemas e dificuldades encontrados pelas instituições para que o Reuni se tornasse uma política de democratização do ensino superior. Ou seja, seria interessante destinar atenção não só aos resultados, mas também à compreensão do processo de desenvolvimento do

programa, identificando seus obstáculos, seus conflitos, suas limitações, o que mereceria análises mais aprofundadas.

Nesse sentido, Lima e Machado (2016) entendem que, na avaliação dos resultados alcançados pelo Reuni, será preciso considerar que as dificuldades cotidianas confrontadas pelas IFES não são exclusivamente associadas ao referido programa. Para essa avaliação, faz-se necessário, ainda, levar em conta a história, particularidades de cada região, especificidades, etapas de desenvolvimento, tamanho, cultura organizacional de cada instituição que optou por aderir ao Reuni. Em todas elas, houve uma intensificação do trabalho conjunto de docentes e técnico-administrativos, com relação à oferta do ensino de graduação, bem como às demais metas estabelecidas.

Borges e Aquino (2012) concluem, a partir do relatório do primeiro ano do programa e identificadas algumas limitações, que se faz necessária uma avaliação da qualidade de ensino e da efetivação da função social da universidade, propondo a busca de inovação pedagógica, a partir do diálogo com a sociedade. Nessa linha, os autores entendem que são numerosos os desafios político-sociais que envolvem a realidade da educação superior no país e que a dimensão quantitativa deve caminhar juntamente com a qualitativa, no que se relaciona aos aspectos da vida acadêmica das instituições e aos processos pedagógicos da formação universitária.

A partir da percepção de estudos cujos autores destacavam aspectos positivos, enquanto outros apontavam preocupações quanto à proposta apresentada pelo Reuni, foi realizada uma revisão de literatura com vistas a identificar pesquisas que envolvessem o programa, como demonstrado na seção que segue.

#### 2.2.4.1 Revisão da Literatura sobre o Reuni

Foi realizado levantamento de artigos científicos para estudo bibliométrico nas bases de periódicos Capes e Spell e sítio de publicações da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD).

Os critérios utilizados para a montagem das *strings* de busca dos artigos em cada uma das máquinas de busca foram:

- (a) palavra-chave: REUNI;
- (b) ano de publicação: 2007 a 2016;

(c) campo: *título* ou *resumo* ou *qualquer*, conforme as opções de cada base, dando sempre preferência para o mais amplo.

A palavra-chave ‘REUNI’ foi escolhida por ser o objeto do estudo e, por ela, todos os artigos referentes a esse programa de política pública são filtrados. Os anos de publicação entre 2007 a 2016 foram assim determinados, porque foi o período que cobriu o tempo de atividade do programa em estudo, o ano anterior à sua implementação, os anos seguintes ao seu término e o ano de realização do levantamento dos dados bibliométricos para esta pesquisa. Por fim, quanto ao campo escolhido, deu-se sempre preferência para o mais amplo, para poder filtrar a maior quantidade possível de artigos.

Na base Periódicos Capes, em busca avançada, no campo “título”, utilizou-se a palavra *REUNI*; em “data de publicação”, selecionou-se: *últimos 10 anos*; e em “tipo de material”, assinalou-se a opção *artigos*. Com essas opções, foram encontrados dezessete artigos, sendo que, destes, quatro não tratavam do assunto pesquisado, mas referiam-se a outras palavras, como por exemplo “REUNIão”, e foram, portanto, ignorados.

Na base Spell, opção “pesquisa avançada”, utilizou-se o filtro “tipo do documento” para as consultas pretendidas com a palavra *REUNI*; “período de publicação”: *de 2007 até 2016*; “tipos de documentos”: *artigo*, sendo que foram encontrados dez artigos, porém seis deles não se referiam ao tópico do estudo e foram desprezados.

No sítio de publicações da ANPAD, no campo “sua pesquisa”, foi inserido o termo *REUNI* e, quando houve o direcionamento para a pesquisa “buscar por”, escolheu-se “título” e inseriu-se a palavra-chave *REUNI*. Como resultado, foram encontrados seis artigos. Desse total, somente três reportavam-se ao assunto de interesse desta pesquisa. Nesse sítio, não havia a possibilidade de filtros com mais de uma opção de busca, o que então não possibilitou a combinação das palavras-chave para a consulta. Tentou-se então inserir no campo *título* outras palavras-chave que pudessem trazer alguma relação com o tema proposto, como *reestruturação, expansão e política educacional*, porém o retorno não se mostrou efetivo e os resultados foram nulos.

Nas tabelas 4 e 5 a seguir, estão resumidos os demais termos e palavras-chaves utilizadas, com variação do “campo de busca”, na tentativa de ampliar as possibilidades de retorno da consulta. Ao final, foram encontrados 40 artigos, no entanto, ao excluirmos os artigos repetidos, o total exato ficou em 24 artigos selecionados para análise do presente trabalho.

Tabela 4 – Consulta de artigos com combinação de palavras-chave.

#	REUNI	Avaliação + REUNI	Reestruturação + REUNI	Impacto + REUNI	Análise + REUNI	Estudo + REUNI	Política + REUNI	Educacional + REUNI	Total
Capes	13	0	5	1	2	5	1	1	28
Spell	4	0	2	0	1	1	1	0	9
Total									37

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Tabela 5 – Consulta publicações ANPAD com variação de palavras-chave no campo *título*.

#	REUNI	Reestruturação	Expansão	Política Educacional	Total
Publicações ANPAD	3	0	0	0	3

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

A partir dos critérios adotados, concluídas a escolha e a categorização dos temas, foram selecionados 24 artigos, oriundos das bases dos Periódicos Capes e do Spell e sítio de publicações da ANPAD. Após uma primeira coleta, não foram identificados artigos que tivessem em seu título o tópico *avaliação*. Dessa forma, foi analisado o material encontrado, com o objetivo de identificar se contemplava o tema de avaliação do Reuni enquanto uma política educacional de ensino superior. Com isso, além da temática envolvendo *avaliação*, puderam ser identificados outros temas nos trabalhos estudados, a partir da realização de uma categorização que considerou tanto os títulos, como os objetivos e considerações finais dos artigos. Assim, os estudos abordaram também *gestão institucional*, *inclusão*, *financiamento* e *socialização organizacional*, relacionados ao referido programa.

É importante destacar que no tema *avaliação* foram incluídos estudos que realizaram *análises* não só especificamente da política pública, mas também da percepção dos estudantes ou dos gestores quanto às mudanças trazidas pelo programa, bem como uma análise dos seus impactos ou resultados, além da análise das ações institucionais e da gestão, frente a uma nova postura do Estado com relação às suas políticas educacionais. Optou-se por não fazer distinção entre *avaliação* e *análise de política pública*, dada a proximidade de sentido dos dois conceitos.

Procurou-se identificar, neste estudo, o tipo de abordagem dos artigos, bem como os aspectos metodológicos adotados, optando-se por classificá-los segundo sua finalidade, suas técnicas de pesquisa e seu período de publicação.

Também foram analisadas as revistas em que foram publicados, a quantidade de autores por artigo e as instituições a que se vinculavam os autores. O intuito foi o de conhecer as instituições mais dedicadas ao tema da avaliação do Reuni e identificar se o tema despertava

interesse em pesquisadores em várias instituições, refletindo o modo como é desenvolvido o seu trabalho: se local ou por meio de redes de pesquisa.

Quanto à abordagem, foi verificado se foram utilizados mais tipos quantitativo, qualitativo ou misto, isto é, quantitativo combinado com qualitativo. Nesse sentido, foram identificados dezesseis artigos que usaram uma abordagem qualitativa, ou seja, 66% do total. Dos 24 artigos estudados, 21% (cinco) utilizaram métodos quantitativos e qualitativos simultaneamente e somente um optou pela abordagem quantitativa (4%), reforçando a linha de preferência qualitativa ao se desenvolver o tema de políticas públicas.

No presente estudo, consoante classificação utilizada por Medeiros *et al.* (2011) quanto à finalidade das pesquisas, verificou-se primeiramente que a predominância dos artigos é de natureza empírica, em que somente dois dos 24 artigos estudados seguem a linha teórica, o que está intimamente relacionado com a área de atuação da avaliação, que trabalha com os resultados advindos das experiências desenvolvidas. Identificou-se ainda a ocorrência de maior número de artigos de pesquisa descritiva (46% ou 11 artigos), seguida da exploratória (29% ou 7) e 17% de estudos de casos (4 artigos), em que os autores afirmam ser sua pesquisa tanto de finalidade exploratória quanto descritiva. Podem ser identificados como explicativos dois artigos, 8% do total.

No que se refere às técnicas de pesquisa utilizadas, identificou-se a utilização de pesquisa documental, revisão bibliográfica, estudo de caso, observação, entrevistas, levantamentos, questionários e técnicas estatísticas, havendo a possibilidade de um mesmo artigo utilizar mais de uma técnica.

A pesquisa documental foi a técnica predominante, tendo sido citada por seus autores em dez dos 24 artigos. A revisão bibliográfica foi mencionada em cinco artigos, assim como as entrevistas. O uso de questionários esteve presente em quatro artigos, mesmo número que mencionou o uso de técnicas estatísticas. Estudo de caso foi abordado em duas situações e a observação, em um artigo.

No que se refere ao ano de publicação dos artigos, verificou-se que somente no ano de 2009 estudos a respeito do programa Reuni começaram a ser publicados, mais especificamente, sobre a avaliação da expansão da educação superior brasileira, com a publicação de apenas um artigo. Tal constatação encontra-se em linha com o que discorrem Calderón e Borges (2013), quando abordam que as pesquisas em avaliação de políticas públicas ainda vêm se consolidando na comunidade acadêmico-científica brasileira.

Os resultados demonstram que a atenção ao programa Reuni veio a se intensificar no ano de 2011, com cinco publicações. Tal fato coincide com o término do prazo de

implementação do programa. Os números de publicações repetem os de 2011 nos anos de 2013, 2014 e 2015 e tal fato também coincide com a data de encerramento do programa Reuni no ano de 2012, o que pode ter motivado e explicado o investimento na produção de pesquisas científicas, abordando a avaliação do programa governamental. Em 2012, foram duas publicações e uma em 2016. A figura a seguir traz a ilustração destas informações.

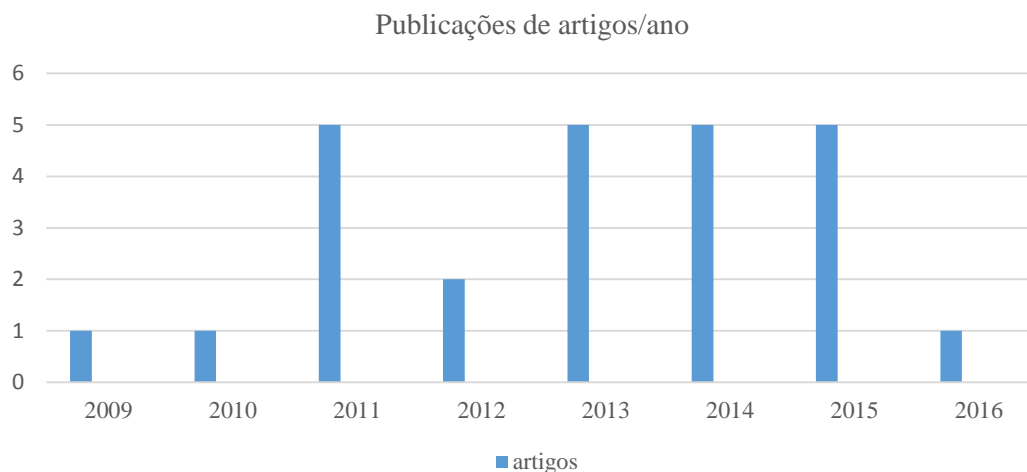


Figura 1 – Número de publicações de artigos abordando o tema REUNI, conforme o ano. Fonte: dados da pesquisa, 2017.

O estudo revela ainda que as revistas que mais se voltaram para o tópico do Reuni foram a *Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL/SC*, com quatro artigos publicados, e as publicações do *Encontro Nacional da ANPAD – EnANPAD*, com dois artigos.

Os outros dezoito artigos que compõem a base de análise deste trabalho foram publicados cada um por periódicos diferentes.

Pela análise da localização dos periódicos, percebeu-se que a abordagem do tema do Reuni, e conseqüentemente sua avaliação, tem sido contemplada por revistas cujas sedes se localizam nas regiões sul, com onze publicações, e sudeste, com nove. A maior concentração de publicações de artigos nessa área repousa sobre as revistas de Santa Catarina, com sete artigos publicados. A figura 2 abaixo ilustra estes dados.



Figura 2 – Quantidade de artigos publicados em revistas por regiões.  
Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Ao analisar o quesito autores dos artigos, percebe-se que a preferência dos pesquisadores está no desenvolvimento de artigos por dois e três autores. Nove artigos foram escritos em coautoria por dois pesquisadores e em oito a escolha foi desenvolvê-los com três autores. Três artigos foram escritos por somente um pesquisador e outros três, por quatro autores. Em somente um artigo houve a cooperação entre seis autores, sendo quatro de uma mesma instituição, o que leva a pensar no desenvolvimento de trabalhos em um núcleo de pesquisa local em parceria com outras instituições de ensino. A tabela 6 demonstra essas informações mais detalhadamente.

Tabela 6 – Distribuição de artigos por autores.

Número de autores	Quantidade de artigos	Porcentagem
1	3	12,5%
2	9	37,5%
3	8	33,4%
4	3	12,5%
5	0	0
6	1	4,1%

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Nos trabalhos publicados com dois autores, foi maior o número de artigos composto por pesquisadores da mesma universidade, 55,6%, o que remete ao entendimento de que as relações são mais comuns no âmbito das próprias instituições. Todavia, foi bem próximo o número de artigos publicados com dois autores que não pertenciam à mesma instituição, 44,4%, porém notou-se que na metade desses casos eles eram do mesmo estado, o que pode sugerir a existência de grupos de pesquisa regionais.

Nos artigos com três autores, a maioria era de uma mesma instituição, 62,5%, remetendo à ideia de que o campo de pesquisa em rede em níveis regionais, nacionais e internacionais ainda pode ser melhor explorado pelos pesquisadores. Identificou-se a existência de duplas em

cada instituição, em dois artigos dos três contendo quatro autores, sendo que em um desses artigos as instituições eram de um mesmo estado, podendo caracterizar uma rede regional de pesquisa.

Quanto à análise de artigos por instituições, buscou-se identificar se alguma sugeriu uma maior dedicação com a área de avaliação de políticas públicas, e em especial a educacional. Como método de identificação, no caso de mais de um autor pertencer a uma mesma instituição, foi computado como uma única publicação, para se evitar a duplicação de contagem de artigos. A instituição foi computada mais de uma vez, quando se referia a artigos diferentes. Dessa forma, as instituições que mais publicaram artigos nessa área de estudos foram a Universidade Federal de Minas Gerais e a Universidade Federal de Santa Catarina, ambas com três artigos publicados. Tal fato leva à conclusão de que as produções que envolvem a avaliação do Reuni como uma política pública educacional concentram-se nas regiões sul e sudeste do país. Essa ideia se reforça, quando se nota que das seis instituições com dois artigos publicados, três são do estado de Minas Gerais.

A figura 3 e a tabela 7 que seguem detalham as instituições com publicações por região e por suas produções científicas.



Figura 3 – Número de instituições com publicações por região.  
Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Tabela 7 – Publicações científicas das instituições.

Instituição	Número de publicações
Universidade Federal de Minas Gerais	3
Universidade Federal de Santa Catarina	3
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais	2
Universidade Federal de Lavras	2
Universidade Estadual do Piauí	2
Universidade Federal de Pelotas	2
Centro Universitário UMA/MG	2

Instituição	Número de publicações
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	2
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais	1
Universidade Federal de Sergipe	1
Universidade Federal de Ouro Preto	1
Universidade do Oeste de Santa Catarina	1
Universidade Federal do Ceará	1
Faculdade FIA de Administração e Negócios/SP	1
Devry Brasil Faculdades	1
Universidade Federal do Paraná	1
Faculdade Salesiana do Espírito Santo	1
Universidade Federal do Espírito Santo	1
Universidade Federal de Viçosa	1
Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais	1
Universidade Federal de Pernambuco	1
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	1
Universidade de Uberaba	1
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	1
Universidade Federal de São João del-Rei	1
Instituto de Pesquisas e Estudos em Administração Universitária (INPEAU)/SC	1
Universidade Federal do Rio de Janeiro	1
Universidad Carlos III de Madrid	1
Universidade Federal de São Carlos	1
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	1

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Destaca-se que não foram identificados estudos realizados por instituições de ensino superior do estado de Goiás, que abordassem o tema Reuni. A região Centro-Oeste, a propósito, não se fez representar na tabela sobre publicações científicas por nenhuma IES, o que suscita o questionamento do porquê algumas instituições voltaram-se a estudos dessa natureza e outras não, tema sugestivo a objeto de investigações futuras.

A maior porcentagem dos artigos concentrou-se no tema *avaliação*, dezesseis dos 24 estudados. Quatro artigos foram classificados como *gestão institucional*, pois estudaram a postura e as características da gestão frente aos desafios do Reuni, buscando conhecer se o programa exerceu influência na eficiência operacional das IFES. Foram identificados dois trabalhos que abordaram o tema da *inclusão* em seus estudos: um aborda a preocupação com estudantes trabalhadores que não têm acesso a cursos de período integral e outro que aborda a instituição de programas específicos para inclusão social, voltados para estudantes oriundos da rede pública de ensino, e inclusão racial, dirigidos a estudantes autodeclarados negros. Os

outros dois temas contemplaram um artigo cada um, discorrendo sobre *financiamento do ensino superior* e sobre *socialização organizacional*. A tabela 8 sumariza a categorização dos temas encontrados.

Tabela 8 – Temas abordados nos artigos estudados.

Tema	Artigos	Porcentagem
Avaliação	16	66,66%
Gestão institucional	4	16,66%
Inclusão	2	8,34%
Financiamento do ensino superior	1	4,17%
Socialização organizacional	1	4,17%
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>100%</b>

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Estes resultados, que apontam para um prevaente uso do tema avaliação nos artigos estudados, reportam-nos à importância deste tópico e também às considerações de Faria (2005), quando aborda o uso da avaliação em seu sentido original, qual seja melhorar a qualidade das decisões e garantir a maximização do alcance dos objetivos definidos pelas políticas públicas.

Resgatando-se, ainda, as considerações de Faria (2005), em que a avaliação de políticas públicas é utilizada em três dimensões: a instrumental, a conceitual e a simbólica, entende-se que os artigos pesquisados podem ser relacionados nesta classificação. Assim, identificou-se que nove artigos podem ser incluídos na dimensão instrumental; onze podem ser considerados de caráter conceitual e quatro, simbólicos.

Ao se catalogar os temas identificados nos estudos pesquisados na perspectiva dessas dimensões, adotou-se a predominância da característica, mesmo para aqueles que se identificaram em mais de uma dimensão. Assim, ao ser classificado em uma dimensão por seus traços predominantes, o artigo seria excluído das outras. Foram utilizados os critérios de predominância, como informado, e exclusividade.

Nesse sentido, constatou-se um certo equilíbrio entre os artigos identificados como de dimensão conceitual, onze, e de instrumental, nove, sendo a dimensão simbólica relacionada a quatro artigos.

Assim, quanto aos temas categorizados em relação às dimensões, a tabela 9 a seguir demonstra a divisão das pesquisas.

Tabela 9 – Temas abordados em relação às dimensões segundo Faria (2005).

Dimensão	Temas	Artigos
Conceitual	Avaliação	9
	Socialização organizacional	1
	Gestão institucional	1
	subtotal	<b>11</b>
Instrumental	Avaliação	6
	Gestão institucional	2
	Inclusão	1
	subtotal	<b>9</b>
Simbólica	Avaliação	2
	Financiamento do ensino superior	1
	Inclusão	1
	subtotal	<b>4</b>
	<b>Total</b>	<b>24</b>

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

A princípio, esperava-se que a dimensão instrumental fosse a mais expressiva, ao se pensar na natureza do Programa Reuni, dadas as diretrizes pré-definidas que sugeriam metas objetivas. Todavia, o certo equilíbrio entre as dimensões conceitual e instrumental leva à reflexão de que, sendo as universidades brasileiras campos propícios para um ambiente de debates e discussões, houve um espaço propício para uma maior reflexão crítica em relação ao modelo gerencialista.

Ao analisar a percepção – se positiva ou negativa – do programa nos artigos, verificou-se que onze apresentavam aspectos positivos resultantes das pesquisas realizadas, destacando dentre eles: a) a inclusão, com oportunidade a pessoas negras, de classes economicamente desfavorecidas e egressas de escola pública; b) a expansão de vagas; c) a criação de cursos; e d) a ampliação da produção científica. Dez dos estudos mencionavam resultados que não concluíam para aspectos nem positivos, nem negativos, mas apontavam preocupações com a qualidade dos serviços apresentados pelas instituições, sob a observação de que ainda deveriam ser aprofundadas as investigações sobre as ações do programa. Por fim, três dos estudos mencionavam aspectos negativos, afirmando que o programa voltava-se prioritariamente para o atendimento das orientações do mercado de capital, que visa essencialmente o lucro, caracterizando-se em uma natureza de quase-mercado, preocupando-se em menor escala com a função acadêmica da educação superior.

A maioria dos artigos elencaram aspectos positivos em relação ao Reuni, ressaltando a contribuição favorável que o programa havia trazido para a educação superior do País nas categorias apontadas, em contraposição a um menor número de artigos que destacou características negativas, porém sem comprovação prática se tais características promoviam prejuízo tangível ao ensino superior.

Os resultados da análise dos artigos mencionados no estudo bibliométrico em referência mostraram-se como incentivadores para a continuidade de pesquisas sobre o tema, a fim de se buscar informações adicionais e se aprofundar a discussão sobre os impactos do programa para a sociedade como um todo e para a educação superior de qualidade no Brasil.

Tomando como ponto de reflexão a manifestação expressa pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) acerca do Reuni, quando afirmou que o programa apresentou-se como uma oportunidade ímpar para que o ensino superior no país pudesse experimentar um desenvolvimento marcante, como há muito não vivenciava, representando uma revolução na Educação Superior (ANDIFES, 2010), o levantamento dos dados acima mencionados serviram como motivação para a continuidade do presente estudo na Universidade Federal de Goiás.

A seção a seguir voltou-se à metodologia adotada para o desenvolvimento desta pesquisa, com o detalhamento das informações concernentes aos métodos e técnicas adotados.

### 3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

#### 3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Este estudo buscou uma conexão com os métodos científicos que se identificam com o objetivo proposto, consoante o tipo qualitativo de pesquisa. Dessa forma, pretendeu-se desenvolver uma pesquisa empírica, com característica exploratório/descritiva, com vistas à avaliação dos resultados do Programa Reuni, como ação de uma política pública, utilizando a UFG como objeto de estudo. O interesse nesta IFES repousou no fato de ela ser, até então, a única universidade federal do Estado de Goiás<sup>2</sup>, portanto uma referência significativa das instituições responsáveis pela oferta da educação superior pública regional. Godoy (1995) entende o estudo de caso como um tipo de pesquisa em que se analisa, de modo profundo, a unidade em estudo, por meio de um exame detalhado, seja de um ambiente, de um sujeito ou de uma situação em especial.

Buscou-se mais familiaridade com o assunto na instituição, com vistas a uma maior compreensão e uma análise mais aprofundada dos resultados esperados pelo programa (COLLIS; HUSSEY, 2005). Seguiu-se, portanto, a abordagem qualitativa, em que os aspectos subjetivos foram considerados no exame das percepções levantadas, no intuito de se entender os resultados do processo de desenvolvimento do Reuni e situá-los no contexto atual.

Para tanto, foram utilizadas técnicas qualitativas para a coleta de dados, que incluíram análise documental e entrevistas, as quais seguiram os trâmites do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UFG).

Segundo Severino (2016), a documentação pode ser utilizada na realização de uma pesquisa como técnica de identificação, levantamento, exploração de documentos que compõem o objeto a ser estudado e registro das informações deles emergentes. Os dados obtidos por meio da documentação levantada foram analisados e interpretados pela técnica de análise de conteúdo, que é uma metodologia de tratamento e interpretação informacional. Nesse sentido, os documentos com informações das unidades acadêmicas, oriundos a partir das discussões internas, análise pelos Conselhos Diretores e decisão quanto à adesão ao Reuni, além

---

<sup>2</sup> Durante o desenvolvimento desta pesquisa, foram criadas a Universidade Federal de Catalão, por meio da Lei n.º 13.634, e a Universidade Federal de Jataí, pela Lei n.º 13.635, ambas de 20 de março de 2018, porém ainda não desvinculadas da UFG até a conclusão do estudo.

das propostas de ações realizadas, foram alvo da pesquisa, no intuito de levantamento e tratamento de dados. De igual forma, foi estudado o Plano de Reestruturação e Expansão da Universidade Federal de Goiás 2008/2012, elaborado a partir dessas contribuições oriundas da comunidade acadêmica. Juntamente com os documentos mencionados, foram também analisados documentos produzidos pelos Conselhos Superiores, bem como por órgãos e pela Administração Superior da UFG sobre a questão, incluindo relatórios e séries estatísticas, além de dados oriundos de organismos governamentais, como Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC).

Para se realizar a análise do Reuni como fruto de uma política pública educacional, foram elencados indicadores, por meio de análise documental, além de uma revisão da literatura. Entende-se que os registros escritos são fontes importantes de informação, em que regulamentos, atas de reunião, relatórios, arquivos podem dizer muito sobre as normas e princípios que regem o comportamento de determinado grupo ou comunidade e suas relações (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2002).

No caso das entrevistas, técnica que permite ao pesquisador apreender a visão, o conceito, a relação dos sujeitos com o assunto da pesquisa (SEVERINO, 2016), o objetivo foi o de extrair informações a partir da vivência dos gestores e entender como se deu o processo de amoldar a realidade então existente na instituição aos objetivos planejados, bem como os resultados obtidos.

Cinco gestores da Instituição envolvidos com a implementação do Reuni na UFG foram convidados a conceder as entrevistas, no intuito de obter informações complementares aos dados oriundos da pesquisa documental, para o enriquecimento da pesquisa.

### 3.2 CASO: CRITÉRIO DE SELEÇÃO

Segundo Yin (2002), o estudo de caso caracteriza-se por uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo em seu contexto real, o que equivale a dizer que o método de estudo de caso é utilizado quando há o interesse de lidar com condições contextuais, tidas como muito pertinentes ao fenômeno que se pretende estudar.

O estudo de caso pode tanto ser de caso único, como de múltiplos casos. No presente trabalho, foi utilizada a estratégia de pesquisa de estudo de caso único, em que o objeto de estudo foi a UFG.

No decorrer da pesquisa, foram analisadas as metas e estratégias planejadas pela Universidade para o período 2008-2012, com vistas à avaliação dos resultados alcançados, na perspectiva dos indicadores elencados nos objetivos específicos. A análise foi realizada a partir dos dados da Instituição de maneira agregada, incluindo a estrutura multicâmpus da UFG, com presença nas cidades<sup>3</sup> de Catalão, Goiás e Jataí. Não foram consideradas as informações concernentes ao Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE), devido a esta unidade acadêmica dedicar-se às questões relacionadas ao ensino fundamental e médio, o que foge do escopo desta pesquisa.

### 3.3 COLETA DOS DADOS

Considerando a realização da pesquisa no âmbito da UFG, uma importante fonte de informações foi a análise de documentos produzidos, para a percepção do contexto e a avaliação dos resultados do plano de reestruturação e expansão objeto deste estudo.

Igualmente importante foi a realização de entrevistas com gestores que vivenciaram o processo de análise e discussões que precederam a decisão de adesão ao Reuni pelo Conselho Universitário da Instituição, bem como o de sua implementação.

As fontes de informações, nesse sentido, foram tanto primárias, no caso das entrevistas e documentos contendo as decisões institucionais, documentos estes de natureza pública, quanto secundárias, como relatórios, dados estatísticos, notícias, artigos, entre outros.

Sobre a entrevista qualitativa, Godoi e Mattos (2010) identificam três modalidades principais:

- (a) a entrevista livre em torno de um tema, caracterizada por perguntas surgidas nos contextos e no curso natural da interação, sem a existência de uma previsão de perguntas nem de reações a elas;
- (b) a entrevista baseada em roteiro já preparado, em que o entrevistador tem flexibilidade para ordenar e formular as perguntas durante a entrevista;

---

<sup>3</sup> Atualmente (2018), a UFG também possui câmpus na cidade de Aparecida de Goiânia, cuja criação ocorreu por meio da Resolução Consuni n.º 22, de 11/11/2011. Os primeiros cursos oferecidos nesse câmpus iniciaram suas atividades em 2014, já no período pós-Reuni.

(c) a entrevista padronizada aberta, em que é empregada uma lista de perguntas ordenadas e redigidas por igual, para todos os entrevistados, porém com resposta aberta.

Foi utilizada nesta pesquisa a segunda modalidade, com aplicação de entrevista semiestruturada.

Ainda sobre a entrevista qualitativa, Bauer e Gaskell (2011) a entendem como instrumento utilizado para mapear e compreender o mundo da vida dos entrevistados e fornece dados básicos para o desenvolvimento e compreensão das relações entre os atores sociais e as situações por eles vivenciadas, por meio de que é possível compreender as crenças, os valores, as motivações, as atitudes, os comportamentos das pessoas em relação aos seus contextos sociais.

Nesse sentido, a entrevista face a face é essencialmente uma situação de interação humana, em que é possível emergir as percepções do outro e de si, as expectativas, sentimentos, preconceitos, interpretações de ambos, entrevistado e entrevistador. É uma situação em que se inclui a subjetividade dos protagonistas e da qual podem surgir momentos de construção de novos conhecimentos (SZYMANSKI; ALMEIDA; BRANDINI, 2004).

Para nortear as entrevistas nesta pesquisa, foi elaborado um roteiro, que compõe o apêndice do presente trabalho.

Com o intento de otimizar as ações de levantamento de dados para atender aos objetivos específicos propostos, foi elaborado o quadro 3 a seguir, que norteou os procedimentos de coleta para posterior tratamento e análise.

<b>Objetivos Específicos</b>	<b>Procedimentos</b>	<b>Fontes de dados</b>
1. Avaliar a expansão da Universidade, nos aspectos da oferta de vagas, taxas de evasão e ocupação de vagas ociosas.	- Verificação das alterações nos índices desses aspectos.	Bases de dados institucionais (UFG); atas; resoluções (forma de ingresso, cotas); editais; relatórios de gestão; relatórios de comissões; anuários; falas.
2. Investigar a evolução da situação de pessoal e de infraestrutura.	- Constatação da posterior situação nesses quesitos.	Bases de dados institucionais (UFG); anuários.
3. Examinar as mudanças nas diretrizes sociais, quanto a inclusão e assistência e as suas decorrências.	Identificação das variações ocorridas.	Bases de dados institucionais (UFG); resoluções (cotas, bolsas, auxílios); editais; relatórios de gestão; anuários; falas.

Quadro 3 – Delineamento da coleta de dados.

Fonte: Elaboração do autor.

### 3.4 TRATAMENTO DOS DADOS

Depois da obtenção de dados por meio de realização de seleção de documentos e entrevistas, a etapa seguinte foi sua análise. As entrevistas foram gravadas, transcritas e preparadas para serem analisadas, já com a previsão do resguardo do sigilo da identidade dos entrevistados. A pesquisa foi desenvolvida observando-se as orientações por parte do CEP/UFG, tendo sido por este aprovada.

Na análise dos dados, contou-se com o auxílio do software Iramuteq, utilizado como apoio em pesquisas qualitativas para a análise de dados textuais. No que se refere aos textos transcritos das entrevistas, eles foram tratados para a formatação de um único texto (*corpus*), o qual serviu de documento base para a análise pelo software. O Iramuteq realiza, entre outros procedimentos, o cálculo de frequência de palavras, além de análises multivariadas, como classificação hierárquica descendente e análises de similitude, sugerindo então eixos temáticos divididos em classes de segmentos de textos, conforme a relação entre elas. O software atuou como apoio ao pesquisador quanto à organização e interpretação dos dados qualitativos, auxiliando na elaboração dos resultados e discussões, por meio do uso das falas dos entrevistados nos tópicos correspondentes.

Reportando-se à análise documental, tal processo envolve extrair sentido dos textos, preparar os dados para a análise, aprofundando-se na compreensão desses dados, representar dados, realizar uma interpretação do significado mais amplo das informações, refletir continuamente sobre os dados (CRESWELL, 2010). Godoy (1995) afirma que o exame de materiais de natureza diversa, os quais não receberam ainda um tratamento analítico, ou que podem vir a ser reexaminados, na busca de novas interpretações e/ou complementares, constitui o que se chama de pesquisa documental.

Vergara (2012) menciona que a análise de conteúdo é uma técnica usada para tratar dados, com o fim de identificar o que está sendo dito acerca de determinado tema. Gil (2016) afirma que a análise e interpretação é um processo que se dá, nos estudos de caso, concomitante à coleta de dados, em que a análise tem início na primeira entrevista, na primeira observação e na primeira leitura de um documento. No processo, são codificadas informações, o que permitirá a categorização de dados, com vistas à busca de significados. Bardin (1977) define a análise de conteúdo como sendo um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que visam a obter indicadores, quantitativos ou não, por procedimentos sistemáticos e objetivos de

descrição do conteúdo das mensagens, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

São sugeridas por Bardin (1977) três fases diferentes no processo de análise de conteúdo: a pré-análise; a exploração do material; e o tratamento dos resultados e a interpretação. Na pré-análise, que é a fase de organização, identificam-se os processos: leitura flutuante, ou o reconhecimento dos documentos a serem analisados; a escolha dos documentos; a formulação das hipóteses e dos objetivos; a referenciação e a elaboração de indicadores; e a preparação do material. A exploração do material consiste em tratar os procedimentos aplicados, seja manualmente ou por meio de uso de software. A fase do tratamento dos dados e interpretação faz com que os resultados brutos sejam tratados de forma a que se tornem significativos e válidos. Nesse sentido, o presente estudo utilizou-se da técnica de análise de conteúdo para a interpretação dos dados coletados.

Creswell (2010) sugere um roteiro a ser observado, no intuito de auxiliar na análise de dados qualitativos, envolvendo níveis múltiplos de análise. O quadro 4 a seguir demonstra as sugestões do autor, que não necessariamente precisam ser visitadas na ordem em que se apresenta.

Etapas	Ações
Passo 1	Organizar e preparar os dados para análise. Transcrever entrevistas, digitar anotações, separar dados por tipo etc.
Passo 2	Ler os dados, obtendo uma percepção geral sobre as informações.
Passo 3	Começar a detalhar a análise com um processo de codificação (organização do material em blocos ou segmentos).
Passo 4	Utilizar processo de codificação para gerar uma descrição (apresentação detalhada de informações) do local, das pessoas, das categorias e/ou temas para análise.
Passo 5	Informar como a descrição e os temas serão representados na narrativa qualitativa.
Passo 6	Realizar uma interpretação ou extrair significado dos dados.

Quadro 4 – Análise de dados qualitativos.

Fonte: Creswell (2010). Elaboração do autor.

A reunião dos dados para a realização do presente trabalho foi sendo construída a partir das pesquisas nos *sites* institucionais e nos materiais e documentos impressos, das visitas aos departamentos da instituição, das solicitações por e-mail e presenciais. Com sua leitura preliminar e concepção mais ampla das informações, foi possível aprofundar a análise, possibilitando a categorização e codificação dos dados.

Após a realização das entrevistas e superada a fase de sua transcrição e acréscimo das anotações correspondentes, houve, similarmente, a análise das informações e sua categorização,

segundo os indicadores elencados para tal finalidade. Ao final, a interpretação das informações possibilitou a avaliação proposta pela pesquisa e a elaboração da narrativa final.

Na próxima seção, serão apresentados os resultados da pesquisa e as discussões a eles concernentes.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao se estabelecer uma relação entre os conceitos mencionados no referencial teórico e os resultados da pesquisa, chegou-se a algumas inferências.

Considerando o conceito proposto por Souza (2006) e os elementos das definições sobre políticas públicas reunidos pela autora, entende-se que o Reuni é um exemplo de programa oriundo de uma política pública educacional implementada sob a perspectiva *top-down*, ou seja de cima para baixo, partindo dos tomadores de decisão para os implementadores.

No que se refere à classificação da avaliação quanto ao *timing* (JANNUZZI, 2016; SECCHI, 2013; TREVISAN; BELLEN, 2008), o tipo *ex post* é o que melhor se alinha aos objetivos do presente estudo, uma vez que buscou estudar os impactos e analisar os resultados do programa e as mudanças ocorridas na instituição, após o seu término.

Entende-se que a dimensão instrumental proposta por Faria (2005) é a predominante na pesquisa aqui realizada, uma vez que a avaliação dos resultados do programa tentou verificar que melhorias foram alcançadas, na procura de resolução de problemas educacionais relativos ao ensino superior, a partir da implementação do Reuni.

A ênfase neste estudo foi dada à avaliação administrativa (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2011), pelas características que a relacionam ao objeto da pesquisa, uma vez que foi empreendida no âmbito de uma instituição vinculada ao governo federal e buscou examinar a eficiência da sua prestação de serviços, procurando verificar, sob a perspectiva teórica, se a política atingiu suas metas esperadas e se o programa fez o que se esperava dele (avaliação de eficácia).

Quanto à avaliação de políticas públicas, foram considerados os critérios de eficiência, eficácia e efetividade, na linha de proposição apresentada por Secchi (2013) e Jannuzzi (2017), bem como os indicadores de resultados (*outcome*), já que foram verificados os efeitos da política pública sobre seus destinatários e a capacidade de resolução ou mitigação do problema para o qual foi elaborada. Quanto aos padrões, que conforme classificação de Secchi (2013) podem ser do tipo absoluto, histórico ou normativo, foi possível identificar um padrão normativo na proposta apresentada pelo decreto que instituiu o Reuni, uma vez que fixou a meta global a ser alcançada pelas instituições, como um *standard* ideal, isto é, a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais (TCG) para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor (RAP) para dezoito, ao final de cinco anos, e definiu as diretrizes a serem adotadas. O padrão histórico não se aplicou,

devido ao ineditismo da política pública, o que não permitiu comparação sobre declínio ou melhora nas ações, por não haver outras semelhantes. De igual modo o padrão absoluto não veio ao caso, uma vez que não havia metas estabelecidas antes da formulação da política.

Como *locus* de pesquisa, utilizou-se a Universidade Federal de Goiás para, dentro do tema de avaliação de políticas públicas, analisar os resultados do programa de reestruturação e expansão. Na UFG, foram feitas discussões, análises, debates por parte da comunidade acadêmica, quanto à proposta de adesão ao Reuni. Foi designada uma Comissão do Conselho Universitário (Consuni) para realizar estudos e apresentar propostas sobre expansão e reestruturação na UFG. Na opinião de gestores da Universidade entrevistados, o processo de discussão para avaliar a adesão ao programa foi dialogado, democrático, participativo, em que a posição das unidades acadêmicas, concordando ou não, porque a participação era voluntária, seria fundamental para a decisão final a ser tomada no Consuni.

No processo de análise da proposta do programa, houve manifestações contrárias por parte dos três segmentos da comunidade universitária, docentes, técnico-administrativos e estudantes, com maior intensidade por parte desses últimos. As razões por que alguns grupos se mostraram contrários à ideia do Reuni foram diversas, achavam que o tempo era insuficiente para discussões mais aprofundadas, e realmente o prazo era exíguo, ou que a proposta não era adequada. Havia, ainda, por parte destes, uma desconfiança de que o que estava sendo proposto em termos de autorização de vagas de docentes e de técnicos-administrativos, assim como de liberação de recursos para equipamentos e obras não seria de fato concedido pelo governo federal. Na opinião de um dos gestores entrevistados, a proposta preliminar apresentada pelo Programa Reuni de se criar cursos com formação básica inicial comum por grandes áreas do conhecimento, em que os alunos já poderiam ter um certificado de conclusão ao final de dois anos e escolher já ir ao mercado ou seguir sua formação numa sequência mais profissionalizante, os chamados Bacharelados em Grandes Áreas (BGA) ou Bacharelados Interdisciplinares (BI), pode ter sido um motivo pelo qual muitos no ambiente universitário, no início, se posicionaram contrários à proposta. No decorrer das discussões, a UFG decidiu optar por uma expansão mais tradicional, no perfil dos cursos existentes, sem uma reestruturação mais profunda em seus cursos.

As resistências que se apresentaram fizeram com que, por duas vezes, a reunião do Consuni que analisaria o relatório elaborado pela comissão e deliberaria sobre a adesão ao programa não pudesse acontecer, tendo em vista a invasão do local por estudantes com apitos, faixas e gritos de palavras de ordem, o que impossibilitou sua continuidade. Devido a isso, foi preciso que a reunião do Consuni para análise, deliberação e votação acerca da adesão ao Reuni

ocorresse, de forma inédita, fora do âmbito da Universidade, no auditório da Justiça Federal, consoante as informações constantes das atas das respectivas reuniões do Consuni.

Assim, após todo o processo de análise das características e das consequências do programa, a partir das contribuições da comunidade universitária, superadas as tensões existentes, o Consuni, ao aprovar o Relatório Final da Comissão de Estudo do Plano de Reestruturação e Expansão da Universidade Federal de Goiás, deliberou, por 46 votos a favor e três contrários, em 25 de outubro de 2007, pela adesão da UFG ao Reuni. Somente uma unidade acadêmica votou contra, a Faculdade de Educação. Outras três, a Faculdade de Medicina, a Faculdade de Enfermagem e a Faculdade de Odontologia, que votaram a favor, optaram por não apresentar propostas de criação de cursos de graduação, nem de aumento de vagas ou de turmas nos existentes; sua participação na expansão foi pela proposição de cursos de pós-graduação.

A UFG seguiu a mesma linha das outras instituições, pois, conforme Lima e Machado (2016), nenhuma universidade federal ficou de fora no momento inicial da implementação do Reuni<sup>4</sup>, o que sinalizou para a concretização das pretendidas inovações e da expansão educacional.

Foi elaborado o Plano de Reestruturação e Expansão da Universidade Federal de Goiás, com previsão de ações de 2008 a 2012, consoante as orientações do MEC, no qual foram explicitados os objetivos da Instituição com a adesão ao programa, mediante a apresentação do diagnóstico, das metas, das estratégias, das etapas e dos indicadores para cada uma das dimensões abordadas. A partir de então, dentro de um cronograma geral de implementação e execução do seu plano, a UFG iniciou as ações necessárias para o alcance dos objetivos propostos em seu plano, contando com a contrapartida de investimentos anuais liberados pelo MEC (UFG, 2007).

Preliminarmente, intentou-se iniciar a análise dos resultados do Reuni na UFG a partir do planejamento elaborado pela Universidade. Assim, as dimensões do plano de reestruturação da UFG puderam ser sintetizadas conforme descrito no quadro 5 que segue.

---

<sup>4</sup>De acordo com o Relatório de acompanhamento do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) elaborado pela Andifes em 2010, duas universidades federais daquela associação não entraram no projeto do Reuni: a Universidade Federal do ABC e a Universidade Federal do Pampa, pois foram criadas em 2005 e 2007, respectivamente, estando, portanto, ainda em processo de implantação, quando o programa foi lançado.

Dimensões	Objetivos
A. Ampliação da oferta de educação superior pública	1. Aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno. 2. Redução das taxas de evasão. 3. Ocupação de vagas ociosas.
B. Reestruturação acadêmico-curricular	4. Revisão da estrutura acadêmica buscando a constante elevação da qualidade. 5. Reorganização dos cursos de graduação. 6. Diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente com superação da profissionalização precoce e especializada. 7. Implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos.
C. Renovação pedagógica da educação superior	8. Articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica. 9. Atualização de metodologia (e tecnologias) de ensino-aprendizagem. 10. Previsão de programas de capacitação pedagógica para implementação do novo modelo.
D. Mobilidade intra e interinstitucional	11. Promoção de ampla mobilidade estudantil mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre cursos e programas de educação superior.
E. Compromisso social da instituição	12. Políticas de inclusão. 13. Programas de assistência estudantil. 14. Políticas de extensão universitária.
F. Suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação	15. Articulação da graduação com a pós-graduação: expansão quantitativa da pós-graduação orientada para a renovação pedagógica da educação superior.

Quadro 5 – Dimensões do Plano de reestruturação e expansão da UFG.

Fonte: Elaboração do autor, baseado em UFG, 2007.

No plano, foi elaborado um cronograma de ações para o período, durante a implementação do Reuni, em cada uma das dimensões previstas. Além da ampliação gradativa da oferta de vagas nos cursos de graduação e de pós-graduação, havia proposta de criação de cursos demandados pela sociedade que ainda não eram oferecidos pela Universidade; de implantação/ampliação de programas acadêmicos voltados para a permanência do estudante na instituição e para uma maior interação entre graduação, pós-graduação e pesquisa; de redimensionamento das instalações físicas; bem como de ampliação do quadro de servidores docentes e técnico-administrativos.

Em um segundo momento, considerando o objetivo proposto para a realização deste trabalho, foram levantados os aspectos elencados em seus objetivos específicos e, dessa forma, para dar sustentação às análises e discussões, foram contemplados os objetivos 1, 2 e 3 da dimensão ‘A’; bem como os objetivos 12 e 13 da dimensão ‘E’ apresentados no plano da

Universidade, tendo em vista a relação existente entre eles e o recorte estabelecido pelos limites deste estudo. As demais dimensões e objetivos citados foram mencionados para dar uma visão ampla do planejamento que foi realizado pela Instituição, considerando sua adesão ao programa. Todavia, considerando que as dimensões ‘B’, ‘C’, ‘D’ e ‘F’ requereriam igualmente um aprofundamento teórico e de pesquisa em seus tópicos para a obtenção de dados comparativos, e sendo escasso o tempo para o encerramento deste estudo, optou-se por não abarcar todas as dimensões e limitar a atenção àquelas que contemplavam mais diretamente os objetivos específicos desta pesquisa, com vistas à construção de um estudo mais aprofundado.

Decidiu-se abordar também a questão de pessoal e de infraestrutura, porque, embora não constem explicitamente dos objetivos propostos no plano da instituição, tais aspectos mostraram-se significativos no que concerne à análise dos resultados alcançados pela Universidade.

Nesse sentido, os tópicos destacados e analisados foram: (a) oferta de vagas e de cursos; (b) taxa de evasão e ocupação de vagas ociosas; (c) inclusão e assistência estudantil; além dos que envolveram: (d) situação de pessoal; e (e) situação de infraestrutura. Acrescidos a estes, foi abordada ainda (f) a meta global do Programa Reuni, enquanto indicador sugerido no decreto que instituiu o programa, e (g) a avaliação do programa, conforme detalhamento a seguir.

#### 4.1 OFERTA DE VAGAS E DE CURSOS

Em um período um pouco anterior ao Reuni, o Convênio de Expansão das Instituições Federais de Ensino Superior, conhecido como Projeto de Expansão Fase I, possibilitou ações visando à expansão das IFES, com ênfase nos campi fora de sede, mas não exclusivo a estes. O lançamento desse projeto pelo governo foi em 2003<sup>5</sup>, ações foram realizadas no intuito de expansão e, por fim, tais ações, em sua continuidade, mesclaram-se às do Programa Reuni, criado em 2007.

Na UFG, o Convênio n.º 261 celebrado com a SESu/MEC foi assinado em 2005 e possibilitou a alocação de recursos adicionais para a aquisição de equipamentos, despesas com custeio, além da criação de novos cursos. O programa governamental, de levar a Universidade

---

<sup>5</sup>Fonte: Reuni 2008 - Relatório de 1º ano (MEC, 2009, p. 14); Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012 (MEC, 2012, p. 9); site MEC, link: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/228-noticias/1251751966/14697-universidades-federais-criam-15-mil-novas-vagas-no-primeiro-ano-do-programa>.

para o interior do país, deu sustentação ao crescimento da UFG no interior de Goiás, mais especificamente nos câmpus de Catalão e Jataí, em que a presença da Universidade, já existente, se fortaleceu (Relatório de Gestão UFG 2007).

Foram criados, tanto na capital, quanto no interior, cursos a distância e presenciais nos câmpus da UFG, a partir de 2005, o que precedeu a expansão vislumbrada pelo programa de reestruturação e expansão das IFES, em 2007.

Considerando o foco deste estudo voltado para os cursos de graduação presenciais, dentro do contexto do Reuni, buscou-se identificar a evolução do número de vagas e de cursos da UFG, incluindo-se habilitações dos cursos de graduação, de 2007 a 2013, o que consta nas tabelas 10 e 11 abaixo.

Tabela 10 – Total de vagas ofertadas por Câmpus.

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Δ % (2007-2013)
Goiânia	2.548	2.523	3.786	4.046	4.065	4.045	4.135	62,3%
Jataí	610	705	880	980	980	1.020	1.020	67,2%
Catalão	590	710	950	970	980	980	990	67,8%
Goiás	60	60	160	160	160	160	210	250%
<b>Total</b>	<b>3.808</b>	<b>3.998</b>	<b>5.776</b>	<b>6.156</b>	<b>6.185</b>	<b>6.205</b>	<b>6.355</b>	<b>66,9%</b>

Fonte: PROGRAD/UFG.

Tabela 11 – Número de cursos/habilitações por Câmpus da UFG.

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Δ % (2007-2013)
Goiânia	66	66	81	85	86	86	89	34,8%
Jataí	18	20	21	23	23	24	24	33,3%
Catalão	16	19	24	25	25	25	25	56,2%
Goiás	1	1	3	3	3	3	5	400%
<b>Total</b>	<b>101</b>	<b>106</b>	<b>129</b>	<b>136</b>	<b>137</b>	<b>138</b>	<b>143</b>	<b>41,6%</b>

Fonte: PROGRAD/UFG.

No planejamento para as ações referentes aos objetivos do Reuni, em observância à diretriz para o aumento de vagas nos cursos de graduação, foi prevista, além da ampliação do número de vagas em cursos existentes, a criação de novos cursos, no decorrer do período de 2008 a 2012. O programa possibilitou, ainda, a criação de uma nova unidade acadêmica, a

Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (FACE)<sup>6</sup>. A partir da adesão da UFG ao Reuni em 2007, a maioria dos cursos propostos foram criados em 2008, com início previsto para 2009; outros, em anos seguintes. O quadro 6 traz a relação dos cursos criados e o ano de previsão de seu início, dentro da perspectiva proposta pelo programa de expansão.

Ano* <sup>1</sup>	Cursos/Habilitações* <sup>2</sup>	Ato de criação: Resolução Consuni n.º	N.º de vagas			
			integral	matutino	vespertino	noturno
2009	1. Arquitetura e Urbanismo – Goiânia	05/2008	35			
2009	2. Ciências Geoambientais Bach.* <sup>3</sup> – Goiânia (Ciências Ambientais)	06/2008; alterada pela 08/2012	50			
2009	3. Educação Física Bach. – Goiânia	08/2008			40	
2009	4. Engenharia Ambiental – Goiânia (Engenharia Ambiental e Sanitária/2013)	09/2008; alterada pela 27/2013	45			
2009	5. Engenharia de Software Bach. – Goiânia	10/2008				60
2009	6. Engenharia Florestal – Goiânia	11/2008	40			
2009	7. Engenharia Mecânica – Goiânia	12/2008	40			
2009	8. Engenharia Química – Goiânia	13/2008	20			
2009	9. Estatística Bach. – Goiânia	14/2008				50
2009	10. Habilitação Química Industrial – no curso de Química – Goiânia	17/2008	60			
2009	11. Letras – Libras Lic.* <sup>4</sup> – Goiânia	18/2008				40
2009	12. Sistemas de Informação – Goiânia	22/2008				80
2009	13. Zootecnia – Goiânia	23/2008	40			
2009	14. Gestão Ambiental – Goiânia (Ecologia e Análise Ambiental)	27/2008; alterada pela 41/2008	40			
2009	15. Habilitação Políticas Públicas Bach. – no curso de Ciências Sociais – Goiânia (efeitos retroagindo ao ano letivo de 2009)	14/2012				55
2009	16. Ciências Sociais Lic. e Bach. – Câmpus Catalão	07/2008		50		
2009	17. Enfermagem – Câmpus Catalão	12/2007	40			
2009	18. Letras Lic. Português/Inglês – Câmpus Catalão (efeitos retroagindo ao ano letivo de 2009)	15/2012		50		
2009	19. Matemática Industrial – Câmpus Catalão	19/2008		50		
2009	20. Engenharia Florestal – Câmpus Jataí	28/2008	50			
2009	21. Direito – Câmpus Jataí	30/2008				60
2009	22. Filosofia Lic. – Cidade de Goiás	15/2008				50
2009	23. Serviço Social – Cidade de Goiás	21/2008				50

<sup>6</sup> A FACE foi criada pela Resolução Consuni n.º 17/2009.

Ano <sup>*1</sup>	Cursos/Habilitações <sup>*2</sup>	Ato de criação: Resolução Consuni n.º	N.º de vagas			
			integral	matutino	vespertino	noturno
2010	24. Gestão da Informação – Goiânia	16/2008		40		
2010	25. Museologia Bach. – Goiânia	20/2008; alterada pela 11/2009				50
2010	26. Direção e Produção de Arte – Goiânia	26/2008				30
2010	27. Biotecnologia – Goiânia	01/2009	30			
2010	28. Ciências Biológicas Bach. – Câmpus Catalão	20/2009	20			
2010	29. Educação Física Bach. – Câmpus Jataí	19/2009				40
2010	30. Fisioterapia – Câmpus Jataí	25/2008	40			
2011	31. Dança Lic. – Goiânia	37/2008		40		
2012	32. Química Bach. – Câmpus Jataí	16/2011	40			
-	33. Artes Visuais – Câmpus Jataí	24/2008	*5			
-	34. Humanidades – Goiânia	31/2008	*5			
<b>Total geral</b>		<b>1.425</b>				
<b>Total por turno</b>			<b>590</b>	<b>230</b>	<b>40</b>	<b>565</b>

Quadro 6 – Cursos criados com a proposta do Reuni.

Fonte: Site UFG, no link de Resoluções; página da PROGRAD; e página do Centro de Seleção - Editais (acesso em março/2018).

\*1 Ano de início do curso; o ato de criação foi aprovado anteriormente.

\*2 30 cursos e 2 habilitações.

\*3 Bacharelado.

\*4 Licenciatura.

\*5 Cursos não efetivados.

No período de 2009 a 2012, um curso, oito habilitações e um curso com sua habilitação foram extintos para darem lugar a novos cursos a eles correspondentes, a vigorar no ano seguinte ao da resolução. Essa medida visou a atender ao disposto no Ofício Circular n.º 02/2010-CGOC/DESUP/SESu/MEC, que determinou a readequação de cadastro de curso no Sistema e-MEC (desvinculação dos cursos tipo Bacharelado/Licenciatura), por considerarem a peculiaridade da Licenciatura, quanto à finalidade, terminalidade e integralidade, em relação ao Bacharelado, passando a exigir, portanto, projeto pedagógico específico. Foram alterados os cursos relacionados no próximo quadro.

Ano	Curso	Resolução Consuni n.º
2010	1. Museologia Bach. (extinguiu Museologia)	11/2009
2012	2. Design de Ambientes Bach. (extinguiu habilitação Design de Interiores do curso de Artes Visuais)	17/2011
2012	3. Letras Lic. Português (extinguiu habilitação lic. em Português do curso de Letras)	26/2011
2012	4. Letras Lic. Inglês (extinguiu habilitação lic. em Inglês do curso de Letras)	27/2011
2012	5. Letras Lic. Espanhol (extinguiu habilitação lic. em Espanhol do curso de Letras)	28/2011
2012	6. Letras Lic. Francês (extinguiu habilitação lic. em Francês do curso de Letras)	29/2011
2012	7. Letras Bach. Estudos Linguísticos (extinguiu habilitação bach. em Estudos Linguísticos do curso de Letras)	30/2011
2012	8. Letras Bach. Estudos Literários (extinguiu habilitação bach. em Estudos Literários do curso de Letras)	31/2011
2013	9. Design Gráfico Bach. (extinguiu habilitação Design Gráfico do curso de Artes Visuais)	17/2012
2013	10. Artes Visuais Bach. (extinguiu o curso de Artes Visuais e sua habilitação em Artes Plásticas)	21/2012

Quadro 7 – Cursos alterados para adequação ao Ofício Circular n.º 02/2010-CGOC/DESUP/SESu/MEC.

Fonte: Site UFG, no link de Resoluções (acesso em março/2018).

Além da criação de novos cursos, gerando 1.425 novas vagas, houve a ampliação de vagas em turmas existentes e ainda a criação de turmas novas para cursos já ofertados, com o objetivo de atender aos objetivos do Reuni. Para início no ano de 2009, foram aumentadas 792 vagas às já existentes e no ano seguinte, 90, totalizando 882 vagas. Encontram-se no anexo deste estudo as tabelas que retratam os detalhes das turmas e vagas ampliadas, destinadas ao processo seletivo.

Segundo os gestores entrevistados, o objetivo da ampliação das vagas foi plenamente atingido, já que ao final dos cinco anos do Reuni o número de alunos matriculados praticamente dobrou e correspondentemente quase foi dobrada a oferta de vagas nos cursos de graduação. A expansão foi muito grande e foi ilustrada por um gestor comparando a Universidade a um trem que antes possuía dois vagões e depois eram quatro.

Pelas informações levantadas nesta pesquisa, em que foi identificada a criação de 30 novos cursos de graduação e de 2.307 vagas para o processo seletivo de cursos presenciais, no período do Reuni, entende-se que o objetivo de ampliação de vagas e de cursos foi alcançado.

Considerando-se que uma das diretrizes do Reuni para a ampliação de vagas contemplava especialmente o turno noturno, buscou-se identificar a ampliação proposta para esse turno. Nesse sentido, com os cursos criados a partir do programa, onze no noturno, foram acrescidas 565 vagas nesse turno. Das vagas ampliadas em turmas existentes ou novas turmas,

observou-se a oferta de 314 vagas adicionais no noturno. Assim, com um acréscimo geral de 879 vagas no noturno, percebe-se o esforço institucional para a ampliação da oferta nesse turno, bem como o alcance do objetivo proposto.

#### 4.2 TAXA DE EVASÃO E OCUPAÇÃO DE VAGAS OCIOSAS

A redução da evasão nos cursos de graduação das IFES e a ocupação de vagas ociosas constaram das diretrizes estabelecidas pelo Programa Reuni, o que se mostrou alinhado ao objetivo do programa de ampliar a permanência do estudante da graduação, até o término do seu curso.

O Plano de Reestruturação e Expansão da UFG mencionara, na parte de diagnóstico da situação da evasão no ano de 2007, que esse fenômeno possui múltiplas causas e possibilidades de ocorrência, o que dificulta o acompanhamento dos efeitos da evasão por parte das Instituições em geral (UFG, 2007, p. 20).

A PROGRAD/UFG, por meio da Comissão para levantamento e estudos sobre ingresso, evasão, retenção e reprovação de estudantes de graduação, constituída em 2014, identificou os índices de evasão relativos ao recorte temporal dos anos de 2011, 2012 e 2013, período mais contemporâneo ao da designação da comissão, não tendo sido localizados dados referentes a 2008 a 2010. No estudo realizado pela comissão, foram considerados alunos evadidos aqueles matriculados em um dado semestre letivo, mas que não realizaram sua matrícula no ano seguinte, provocando a inativação de seu registro acadêmico.

Para a realização dos cálculos, a comissão utilizou a fórmula sugerida pelo Colégio de Pró-Reitores de Graduação – COGRAD, da Andifes:

$$E(n) = 1 - [M_1(n+1) - I_1(n+1)] / [M_1(n) + I_2(n) - C_1(n) - C_2(n)],$$

em que  $M_1$  é o número de matriculados no primeiro semestre;  $I_1$  é o número de ingressantes no primeiro semestre;  $I_2$  é o número de ingressantes no segundo semestre;  $C_1$  é o número de concluintes no primeiro semestre;  $C_2$  é o número de concluintes no segundo semestre;  $n$  é o ano em estudo; e  $n+1$  é o ano posterior ao de estudo.

A partir da fórmula utilizada, a comissão chegou aos índices de evasão dos cursos que eram ofertados em 2014, observando-se o período de 2011 a 2013, cuja tabela completa

encontra-se nos anexos desta pesquisa, sendo os números gerais os que constam da tabela 12 a seguir.

Tabela 12 – Índices gerais de evasão na UFG, nos anos de 2011, 2012 e 2013.

Anos	2011	2012	2013
Índice geral de evasão	9,10%	10,52%	8,62%

Fonte: Comissão para levantamento e estudos sobre ingresso, evasão, retenção e reprovação de estudantes de graduação na UFG/PROGRAD, obtido em fev./2018.

Percebe-se um aumento no índice de 2012 em relação a 2011, seguido de uma redução em 2013, menor inclusive que 2011, o que aponta para o alcance, no último ano observado, de uma maior efetividade nas ações realizadas, voltadas para a redução da evasão na Instituição. Há indícios de que as ações adotadas pela UFG, incluindo as voltadas para a permanência, tenham contribuído para a diminuição do índice de evasão em 2013. Todavia, tal índice ainda sinaliza a necessidade de se continuar a investir em medidas orientadas para a sua redução.

No resultado observado pela comissão, se forem considerados os cinco cursos que obtiveram os maiores índices de evasão nos anos de 2011, 2012 e 2013, três em cada ano foram de licenciaturas e pelo menos dois foram do noturno, conforme tabela 13 abaixo.

Tabela 13 – Maiores índices de evasão por grau acadêmico e turno nos anos de 2011 a 2013.

Curso	Regional	Grau	Turno	2011	2012	2013
Letras	Jataí	Licenciatura	Noturno	41,23%	--	--
Geografia (Análise Ambiental)	Jataí	Bacharelado	Noturno	36,57%	--	--
Ciências da Computação	Jataí	Bacharelado	Integral	28,57%	--	--
Educação Intercultural	Goiânia	Licenciatura	Integral	28,22%	--	--
Química	Goiânia	Licenciatura	Integral/Noturno	26,51%	--	--
Letras	Jataí	Licenciatura	Noturno	--	47,42%	--
Matemática Industrial	Catalão	Bacharelado	Matutino	--	41,41%	--
Química	Jataí	Licenciatura	Noturno	--	34,78%	--
Ciências Sociais	Catalão	Licenciatura	Matutino	--	33,56%	--
Ciências Sociais	Catalão	Bacharelado	Matutino	--	33,18%	--
Matemática Industrial	Catalão	Bacharelado	Matutino	--	--	38,71%
História	Jataí	Licenciatura	Noturno	--	--	36,36%
História	Catalão	Bacharelado/Licenciatura	Noturno	--	--	31,82%
Letras	Jataí	Licenciatura	Noturno	--	--	31,17%
Química	Jataí	Bacharelado	Integral	--	--	27,27%

Fonte: Comissão para levantamento e estudos sobre ingresso, evasão, retenção e reprovação de estudantes de graduação na UFG/PROGRAD, obtido em fev./2018.

De acordo com o estudo realizado por Souza (2017), a evasão nos cursos de graduação é assunto preocupante, dados os números estatísticos, especialmente quanto aos cursos de

licenciatura, que usualmente apresentam altos índices. Alta evasão em cursos de licenciatura pode levar a uma situação ainda mais delicada, qual seja a escassez de professores em níveis de ensino fundamental e médio.

A autora menciona ainda em sua pesquisa que as causas elencadas com maior frequência para a evasão de estudantes na UFG de 2014 a 2016 foram: mudança para outro curso; dificuldades financeiras; dificuldades de conciliar estudo e trabalho; dificuldade de transporte para a instituição de ensino; dificuldade de acompanhar o curso, oriunda da deficiência nos ensinamentos fundamental e médio; falta de didática de professores e defasagem na metodologia de ensino aplicada; problemas familiares, dentre outros. Destacou ainda ser importante identificar a percepção do estudante recém ingresso sobre o curso escolhido, a fim de que possam ser identificadas possíveis causas que poderiam levar a uma evasão futura e assim medidas possam ser tomadas para diminuir os índices relacionados à evasão na educação superior.

Nessa linha sugerida, o estudo realizado por Guimarães e Monsueto (2017) envolvendo o tema da evasão acadêmica buscou captar o fenômeno antes que ele ocorresse, por meio da identificação do perfil dos estudantes mais propensos a abandonar seu curso, na Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas/UFG. Foram observados fatores diferentes de impacto na probabilidade de o aluno evadir em cada um dos três cursos da unidade acadêmica em estudo. Todavia, em que pese essas diferenças, o estudo apontou fatores comuns, relacionados à escolha da formação, ao desempenho acadêmico, às expectativas sobre o mercado de trabalho e a questões envolvendo relacionamentos, com professores e colegas, dentre outros, como importantes para explicar o abandono acadêmico.

Como ações futuras sugeridas, a fim de contribuir para o alcance de resultados exitosos no intuito de mitigar índices de evasão, elencaram-se a ampliação de programa de orientação vocacional que proporcione maior integração entre instituição de ensino superior, escolas, empresas, a fim de proporcionar aos estudantes mais elementos que o auxiliem a escolher sua profissão; a intensificação de oferta de monitoria e tutoria a estudantes com maior dificuldade de aprendizado; ministração de aulas extras por parte de estudantes de pós-graduação em estágio docência; realização periódica de estudos acerca da situação dos discentes, suas expectativas, seu desempenho, sua satisfação, seus resultados, sua saúde mental, a fim de identificar possíveis situações de dificuldades e desenvolver ações que possam evitar situações de evasão.

Relacionado ao tema da evasão, há a questão da ocupação de vagas ociosas e, quanto a esse tema, identificou-se que foi objeto de estudo realizado por servidoras docentes e técnico-administrativas da PROGRAD e do CGA/UFG, com o título de “Ocupação de Vagas

Disponíveis nos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Goiás de 2006 a 2013”, de autoria de Veloso *et al.* (2014).

Os índices levantados dizem respeito aos números da Universidade de forma agregada, por câmpus, não tendo sido especificados cursos. A tabela 14 a seguir ilustra o quantitativo de vagas ociosas, mesmo com as medidas adotadas visando ao preenchimento dessa oferta.

Tabela 14 – Porcentagem de vagas não preenchidas nos cursos de graduação da UFG, de 2006 a 2009.

	2006			2007			2008			2009			2010			2011			2012			2013		
	Vagas ociosas	Preenchidas	% ociosas	Vagas ociosas	Preenchidas	% ociosas	Vagas ociosas	Preenchidas	% ociosas	Vagas ociosas	Preenchidas	% ociosas	Vagas ociosas	Preenchidas	% ociosas	Vagas ociosas	Preenchidas	% ociosas	Vagas ociosas	Preenchidas	% ociosas	Vagas ociosas	Preenchidas	% ociosas
<b>Goiânia</b>	383	177	53,8%	706	283	60%	587	371	36,8%	1.145	322	71,9%	1.267	388	69,4%	1.126	205	81,8%	1.035	449	56,6%	1.092	589	46%
<b>Catalão</b>	125	26	79,2%	331	44	86,7%	270	106	60,8%	774	51	93,5%	815	50	93,8%	342	21	93,9%	397	227	42,8%	444	75	83,1%
<b>Jataí</b>	206	25	87,9%	470	33	93%	381	132	65,4%	1.100	47	95,7%	813	48	94%	453	23	94,9%	441	72	83,7%	522	66	87,3%
<b>Goiás</b>	06	02	66,6%	28	28	0%	1	1	0%	46	14	69,6%	58	15	74,2%	41	7	82,9%	51	13	74,5%	73	12	83,5%
<b>Totais</b>	<b>720</b>	<b>230</b>	<b>68%</b>	<b>1.535</b>	<b>388</b>	<b>74,8%</b>	<b>1.239</b>	<b>610</b>	<b>50,8%</b>	<b>3.065</b>	<b>434</b>	<b>85,9%</b>	<b>2.953</b>	<b>501</b>	<b>83%</b>	<b>1.962</b>	<b>256</b>	<b>87%</b>	<b>1.924</b>	<b>761</b>	<b>60,4%</b>	<b>2.131</b>	<b>742</b>	<b>65,2%</b>

Fonte: Veloso *et al.*, 2014.

Cabe aqui esclarecer que vagas ociosas é o mesmo que vagas disponíveis e dizem respeito àquelas remanescentes do número de vagas existentes para a matrícula inicial em cada curso de graduação, as quais são resultantes de inexistência de candidato classificado no processo seletivo e de inativação do registro acadêmico. As vagas disponíveis por inativação do registro acadêmico resultam de exclusão, desistência de curso, transferência para outra IES ou falecimento.

Os dados obtidos apontaram para o quanto é complexo o assunto da evasão, fenômeno de difícil acompanhamento, devido às suas causas diversas e várias possibilidades de ocorrência, bem como o assunto do preenchimento de vagas ociosas. O CGA é o órgão que elabora um relatório geral de vagas disponíveis, com base nas informações encaminhadas pelas Unidades Acadêmicas, o qual é deliberado pela Câmara de Graduação.

Para o preenchimento dessas vagas disponíveis, foram elaborados editais próprios, um em cada semestre, observado o Calendário Acadêmico, para atender às seguintes categorias de seleção: mudança de curso, mudança de turno, mudança de habilitação, mudança de modalidade, mudança de polo, mudança de turma, reingresso, transferência facultativa e ingresso como portador de diploma.

Consoante o estudo mencionado, considerando o período de 2006 a 2013, a porcentagem média de vagas ociosas foi de 71,8%. Tal índice é considerado alto e aponta para a conclusão de que as ações adotadas pela universidade no período não foram eficientes para minimizar o fenômeno da evasão, de forma a promover o alcance de um melhor aproveitamento das vagas disponíveis.

De uma outra perspectiva, dados obtidos na PROGRAD informaram a evolução dos ingressantes na UFG em processos seletivos, nos anos de 2008 a 2012, no total, e também no noturno, considerando a diretriz do Reuni de ampliação de vagas nesse turno, conforme tabela 15 abaixo.

Tabela 15 – Ingressantes na UFG em processos seletivos, por ano e no noturno.

	2008	2009	2010	2011	2012	Δ% (2008- 2012)
Total ingressantes	3.919	5.397	6.035	5.583	5.686	45,1%
Total de ingressantes – noturno	1.201	1.784	1.964	1.795	1.845	53,6%
Percentual de ingressantes noturno em relação ao total	30,7%	33,2%	32,6%	32,2%	32,5%	--

Fonte: Coordenação de Apoio Técnico de Graduação – CATG/PROGRAD/UFG. Dados extraídos do sistema em jan./2018.

A partir de 2011, iniciou-se a utilização do Sistema de Seleção Unificada (SISU), parcialmente, para o ingresso na UFG. Com isso, parte das vagas oferecidas foi destinada aos aprovados pelo SISU. As características dessa nova forma de seleção, inicialmente, podem não ter sido imediatamente absorvidas pelos candidatos ao processo seletivo e podem ter contribuído para a alteração dos números de ingresso, que foram menores que o ano anterior, sendo que, mesmo voltando a crescer em 2012, não atingiram o número de 2010.

Houve uma ampliação significativa no ano de 2009 do número de vagas, conforme a proposta do Reuni, que continuou em 2010. Entretanto, o número de ingressos foi menor que a oferta e também o noturno refletiu a mesma redução que o número geral de ingressos no ano seguinte.

A preocupação com a permanência dos estudantes na instituição foi fala comum entre os gestores entrevistados. Segundo eles, a Universidade buscou meios de ampliar o acesso, desenvolvendo programas de inclusão (como se verá na seção seguinte), com o objetivo de que estudantes com condições socioeconômicas mais baixas do que os que a Universidade já tinha naturalmente pudessem ter possibilidades de cursar a educação superior e, com a ampliação do acesso, veio também o desafio de criar condições para que esses estudantes permanecessem em seus cursos de graduação até que se formassem.

O Gestor 3 assim se expressou sobre a permanência na Universidade:

Agora, eu penso que, assim, a ampliação do acesso contou com toda essa logística e com toda essa participação, não é, agora eu acredito que o nosso grande desafio continua sendo a permanência, porque a gente ampliou, a gente cresceu, a gente criou novos cursos, a gente criou novas vagas, mas nós temos um grande desafio, porque, aliada a essa expansão, a essa reestruturação e a essa ampliação, nós tivemos a implantação das cotas na UFG, depois nós tivemos a Lei de Cotas e junto com esse crescimento, nós tivemos também o acesso, por meio do programa UFGInclui, depois por meio da Lei de Cotas, nós tivemos o acesso à Universidade de pessoas que historicamente estavam excluídas dessa possibilidade ou que tinham uma possibilidade muito pequena de ter acesso a uma universidade federal, então tanto a expansão, quanto a ampliação, quanto o programa UFGInclui, quanto a Lei de Cotas, trouxeram novas demandas pra Universidade e um grande desafio, que é o desafio de promover a permanência, e esse, eu acredito que continua sendo um grande desafio, porque eu sempre disse que não basta a gente promover o acesso, a gente precisa criar mecanismos cada vez mais efetivos que possibilitem efetivamente que esse estudante que entra, ele possa fazer o seu curso e concluir sua formação na UFG, então, eu acho que essa é uma das nossas dificuldades [...].

Pelos números levantados, observa-se que a ampliação das vagas não foi seguida de sua desejada total ocupação, permanecendo número significativo de vagas não preenchidas.

Dessa forma, identificou-se neste quesito que, apesar dos esforços envidados pela UFG para reduzir a evasão e ampliar a ocupação de vagas disponíveis, oriundas de seus cursos de graduação, por meio de sucessivas chamadas públicas e de publicação de editais de preenchimento de vagas, por diferentes modalidades, associados a ações de assistência estudantil, tal objetivo não logrou êxito no período em estudo. Permanece a necessidade de continuar a busca pelo desenvolvimento de políticas públicas que suscitem ações colaborativas, visando à redução da evasão, à diminuição de vagas disponíveis e à ocupação de vagas ociosas, de forma mais efetiva.

#### 4.3 INCLUSÃO E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A Pró-Reitoria de Graduação da UFG é o órgão que cuida da política de inclusão e de permanência na Instituição, esta última em conjunto com a Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária. Dentre as ações da Universidade voltadas para uma política de inclusão, foi identificada a oferta de cursos de graduação voltados para segmentos sociais específicos, como o Curso de Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena; o Curso de Graduação em Direito para Beneficiários da Reforma Agrária; e o Curso de Graduação em Pedagogia-Licenciatura para Educadores do Campo. Tais ações, já vigentes na Instituição, encontravam-se em linha com uma das diretrizes do Programa Reuni, baseada em seu objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, que determinou a ampliação da política de inclusão e assistência estudantil por parte das IFES.

No que se refere à permanência dos estudantes, pôde-se observar o desenvolvimento pela Universidade de ações voltadas para a assistência de estudantes, como a oferta de Programas de Bolsas (Alimentação, de Monitoria, de Licenciatura, de Estágio, Permanência, de Extensão e Cultura); de Iniciação Científica; e de concessão de passagens para alunos de graduação participarem de atividades científicas, culturais e políticas em âmbito nacional. Ainda, identificou-se que a Instituição oferece a possibilidade de Moradia Estudantil, Restaurante Universitário, Serviço Odontológico, Creche e o Programa Saudavelmente (que desenvolve ações de assistência e prevenção na área de saúde mental, incluindo dependência química, dirigido tanto a estudantes, quanto a docentes e técnico-administrativos).

Como parte da política de inclusão, foi criado o Programa UFGInclui, aprovado pela Resolução Consuni n.º 29, de 1º/08/2008, no intuito de contribuir com a democratização da educação superior e ampliar o seu acesso a grupos da sociedade historicamente desprestigiados, em função das desigualdades sociais presentes no contexto social brasileiro.

O UFGInclui trouxe em seus fundamentos o resultado de pesquisas que evidenciaram índices menores de acesso aos cursos de graduação por determinados segmentos sociais. O programa apresentou a proposta de realizar ações afirmativas para ampliar as possibilidades de acesso e de permanência de estudantes egressos de escolas públicas, de negros egressos de escola pública e de indígenas e negros quilombolas.

O Programa UFGInclui propôs as ações a seguir, a partir do processo seletivo de 2009:

1) do total de vagas oferecidas em cada curso da UFG, 10% (dez por cento) seriam ocupadas por estudantes oriundos de escolas públicas (últimos 2 anos do ensino fundamental e os 3 anos do ensino médio), independentemente de cor/raça;

2) do total de vagas oferecidas em cada curso da UFG, 10% (dez por cento) seriam ocupadas por estudantes autodeclarados negros passíveis de sofrerem discriminação racial, oriundos de escolas públicas (últimos 2 anos do ensino fundamental e os 3 anos do ensino médio);

3) acrescer, quando houvesse demanda, **uma** vaga em cada curso da UFG para serem disputadas por indígenas que se inscrevessem para estas vagas especiais (o indígena deveria apresentar documento que comprovasse esta condição, emitido por comunidade indígena reconhecida oficialmente);

4) acrescer, quando houvesse demanda, **uma** vaga em cada curso da UFG para serem disputadas por negros quilombolas que se inscrevessem para estas vagas especiais (o negro quilombola deveria apresentar documento que comprovasse esta condição, emitido por comunidade quilombola reconhecida oficialmente).

A Resolução Consuni n.º 29/2008 foi alterada posteriormente, em 13/11/2010, pela de n.º 20/2010, com o objetivo de que fosse acrescentada a reserva de vagas do Curso de Letras – Libras para candidatos surdos. Assim, foi acrescido o item 5 a seguir nas ações do programa.

5) do total de vagas oferecidas no curso de Letras: Libras, **quinze** seriam destinadas a candidatos surdos, os quais seriam submetidos a processo seletivo especial, a partir do Processo Seletivo 2011-1.

O Programa UFGInclui compreendia, também, o aproveitamento das notas do ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio, no cálculo da nota final de todos os candidatos convocados

para a 2ª etapa, com o objetivo de que fosse ampliada a participação de alunos egressos de escolas públicas.

As posteriores Resoluções Consuni n.ºs 18/2011 e 31/2012 trouxeram pequenas alterações, dispondo sobre o retorno ao sistema universal das vagas reservadas porventura não utilizadas e sobre o critério de estudantes oriundos de escolas públicas, em que a exigência passou a recair somente nos três anos do ensino médio.

Em levantamento quanto ao quantitativo anual de estudantes ingressantes pelo Programa UFGInclui, no período do Reuni, obteve-se os dados a seguir.

Tabela 16 – Ingressantes pelo Programa UFGInclui, do período da criação, em 2009, a 2012.

	2009	2010	2011	2012	Δ% (2009- 2012)
Total de ingressantes pelo UFGInclui	1.432	1.450	1.530	823	-42,5%

Fonte: Coordenação de Apoio Técnico de Graduação – CATG/PROGRAD/UFG. Dados extraídos do sistema em jan./2018.

A diminuição no número de ingressos pelo Programa UFGInclui no ano de 2012 pode ter sido fortemente motivada pela destinação de vagas de ingresso para o SISU, em porcentagem maior que no ano anterior. Ressalte-se que esse sistema ainda não observava critérios para reserva de vagas, o que acabou por prejudicar o alcance de estudantes por essa via de inclusão, no ano em questão. Nesse ano, 2012, foi publicada uma lei destinada à reserva de vagas, que passou a ser adotada na UFG a partir de 2013, como será abordado a seguir.

Em 28/08/2012, foi publicada a Lei n.º 12.711, conhecida como Lei de Cotas, que dispôs sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, determinando que no mínimo cinquenta por cento (50%) das vagas dos cursos de graduação das IFES vinculadas ao MEC fossem reservadas para estudantes que tivessem cursado o ensino médio em escola pública, sendo que cinquenta por cento (50%) dessas vagas reservadas fossem destinadas aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a um salário mínimo e meio *per capita*.

De acordo com essa lei, o quantitativo de vagas reservadas deveria ser preenchido, por curso e turno, por estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde a instituição tivesse sua sede, de acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para o estado de Goiás, o censo de 2010 identificou a porcentagem da população de pretos, pardos e indígenas em 56,68%. Embora não esteja incluída no recorte

temporal deste estudo, informa-se que a Lei n.º 13.409/2016 deu nova redação à Lei de Cotas, para incluir as pessoas com deficiência no quantitativo de vagas já reservadas para estudantes pretos, pardos e indígenas. As vagas não ocupadas por esses critérios deveriam ser preenchidas por estudantes oriundos de escola pública. A figura 4 a seguir exemplifica os critérios definidos pela Lei n.º 12.711/2012, para a reserva de vagas.

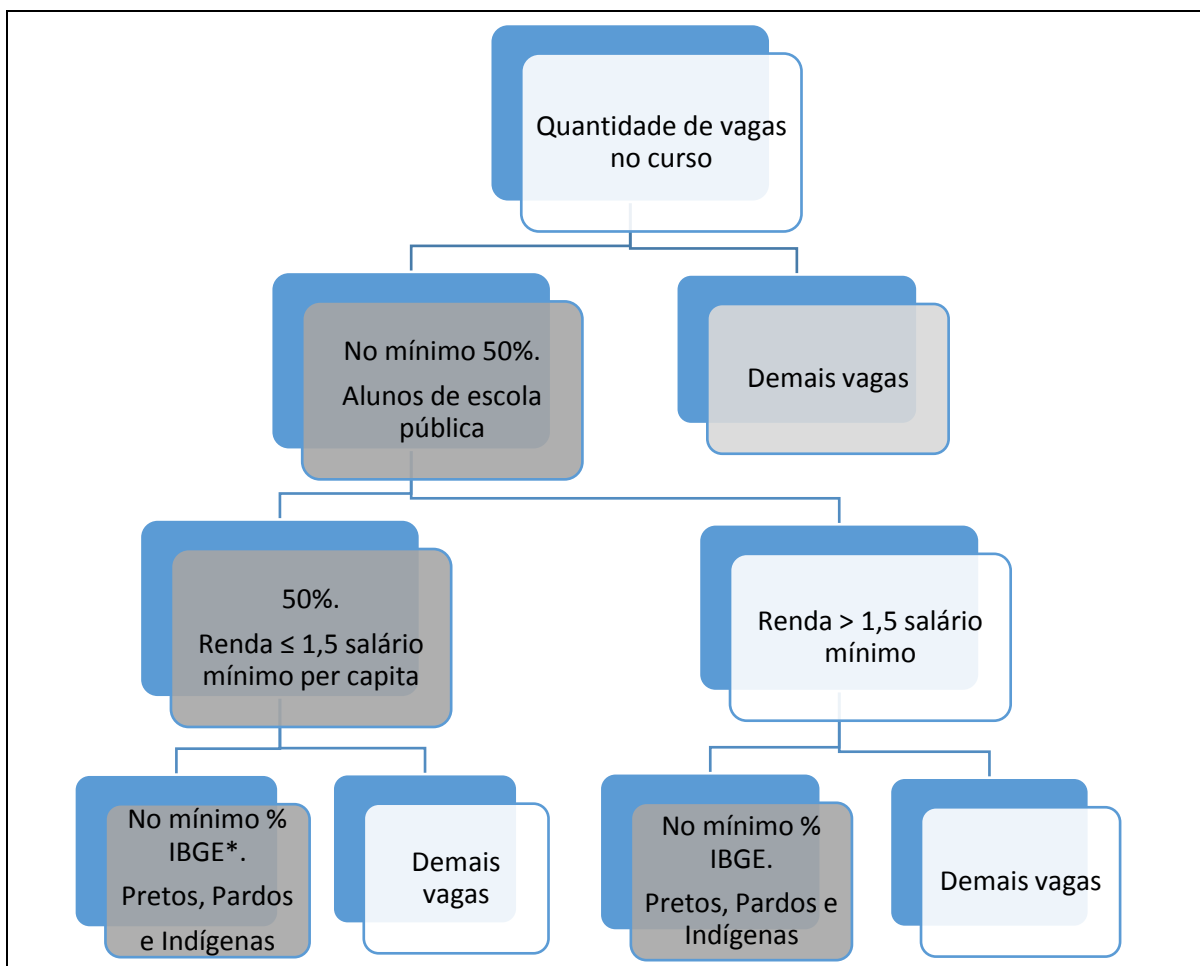


Figura 4 – Critérios da Lei n.º 12.711/2012, para a reserva de vagas destinadas ao ingresso nas IFES. Fonte: MEC; em 21/03/2018.

\* A porcentagem identificada pelo IBGE (2010) para o estado de Goiás foi de 56,68%.

Com a publicação da lei mencionada, que passou a vigorar no processo seletivo de 2013, o Programa UFGInclui encontrou-se parcialmente contemplado em suas ações e começou a observar, então, especificamente, a destinação das vagas reservadas para estudantes surdos, bem como o acréscimo de vaga para indígena e para negro quilombola em cada um dos cursos da UFG, no caso da existência de demanda.

Percebeu-se que a UFG mostrou-se alinhada ao entendimento de que a inclusão por si só não se mostraria suficiente para que o estudante ingresso pelo sistema de cotas conseguisse

cursar sua graduação até o final e buscou criar mecanismos de apoio à permanência dos estudantes.

A Universidade elaborou ações tanto em relação a aspectos econômico-financeiros, como já mencionado anteriormente (programas de bolsas e outros serviços), quanto no referente ao desempenho acadêmico, por meio do acompanhamento desses estudantes por uma coordenação de inclusão e permanência, vinculada à PROGRAD, a fim de que fosse assegurado um bom desempenho no decorrer do curso. As atividades dessa coordenação posteriormente foram ampliadas, culminando na criação da Coordenadoria de Ações Afirmativas (CAAF), vinculada ao Gabinete do Reitor, objeto da Resolução Consuni n.º 15/2014.

As ações da UFG voltadas para a criação de condições para a permanência do estudante na instituição alinham-se ao pensamento de Aranha, Pena e Ribeiro (2012), quando discorrem sobre a necessidade de se elaborarem políticas de permanência nas universidades, até como uma prevenção da necessidade de reocupação de vagas, aliadas ao acompanhamento das mudanças ocorridas nas universidades, oriundas das medidas de ações afirmativas adotadas.

Dando continuidade ao aspecto da assistência estudantil, cuja ampliação também foi uma das diretrizes do Programa Reuni, ela foi objeto ainda da Portaria MEC n.º 39, de 12/12/2007, que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), com o intuito de possibilitar ações que viabilizassem a igualdade de oportunidades, contribuíssem para a melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes contemplados e agissem na prevenção de situações de repetência e evasão oriundas de condições financeiras insuficientes.

A referida portaria foi regulamentada pelo Decreto n.º 7.234, de 19/07/2010, que definiu as seguintes áreas a serem contempladas pelas ações de assistência estudantil: (a) moradia estudantil; (b) alimentação; (c) transporte; (d) atenção à saúde; (e) inclusão digital; (f) cultura; (g) esporte; (h) creche; (i) apoio pedagógico; e (j) acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, ficando a cargo das IFES a responsabilidade pela execução das ações.

Com a instituição do PNAES, recursos passaram a ser alocados nas IFES, destinados para as ações de assistência estudantil mencionadas. Na UFG, esse programa permitiu a alocação de recursos, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 17 – Recursos alocados à UFG para assistência estudantil, por meio do PNAES (comparados ao orçamento da Instituição).

Anos	Valores (R\$) (à época)	Valores atualizados em set./2018 pelo IPCA (R\$)	Orçamento destinado à UFG – valores atualizados em set./2018 pelo IPCA (R\$)	Percentual dos recursos PNAES para a UFG em relação ao seu orçamento
2008	3.865.913,67	6.808.913,90	711.495.057,85	0,96%
2009	6.230.718,00	10.529.772,61	665.618.909,61	1,59%
2010	8.728.163,00	13.963.495,84	832.348.727,27	1,68%
2011	9.622.279,00	14.435.291,00	900.761.777,67	1,61%
2012	11.047.329,00	15.704.073,14	1.020.880.697,90	1,54%
2013	13.327.041,00	17.910.522,25	1.022.692.114,69	1,76%
Δ % (2008 – 2013)	---	163,1%	43,7%	---

Fonte: Relatórios de Gestão UFG 2008 a 2013.

No período estudado, percebe-se um aumento gradativo da alocação de recursos destinados aos objetivos do Programa PNAES, que chegou a um índice de aumento de 163% no ano de 2013, em relação ao ano de 2008. Esse percentual retrata um investimento crescente, em números inclusive superiores ao percentual de aumento do orçamento da instituição, que chegou a 43,7%, considerando-se o mesmo período.

Tais números demonstraram a disposição do governo federal em dar condições às IFES de realizar ações voltadas para a promoção da permanência de estudantes, por meio do programa de assistência estudantil, em linha com as diretrizes estabelecidas pelo Reuni.

Ainda assim, consoante a fala do Gestor 4, os recursos do PNAES não acompanham as necessidades estudantis trazidas pelo alunado ingressante na UFG:

Então foi uma luta muito grande, essa questão do acesso e da permanência, uma luta que perdura até hoje, porque ato contínuo como desdobramento do Reuni e da política de cotas foi a criação do PNAES, que, como a gente sabe, o PNAES, o recurso, apesar de ser um recurso numericamente alto, ele é insuficiente pra o tamanho da inclusão que tem sido feita nas instituições.

Antes do PNAES, a UFG, assim como as outras universidades públicas brasileiras, desenvolvia atividades voltadas para a assistência estudantil, segundo seus programas sociais, voltados para o atendimento de estudantes filhos de famílias com maior vulnerabilidade social e econômica, com recursos próprios, oriundos das taxas então cobradas dos estudantes (matrícula, colação de grau, registro de diplomas, além da arrecadação do restaurante universitário). A partir de março de 2009, foi suspensa a cobrança das taxas de matrícula, colação de grau e registro de diplomas.

Depois do PNAES, em que passou a haver um recurso específico para a assistência estudantil, as ações voltadas para a permanência dos estudantes na graduação foram ampliadas.

Desde 2007, investiu-se em manutenção, aquisição de mobiliários e eletrodomésticos para as Casas de Estudantes Universitários (CEU), no intuito de proporcionar melhores condições de permanência para os estudantes moradores. A construção de mais uma CEU, no Câmpus Samambaia em Goiânia, entregue em junho de 2010, proporcionou o acréscimo de 150 vagas de moradores. De igual modo, foram iniciadas reformas e manutenções nos Restaurantes Universitários, a partir de 2008, bem como iniciados os processos de licitação para as obras de construção dos restaurantes em Catalão e em Jataí, em 2010, com entrega dos prédios em outubro de 2012 e agosto de 2013, respectivamente.

O Programa de Permanência desenvolvido pela UFG, voltado para a assistência estudantil, incluía, ainda, o projeto Apoio Pedagógico, que, a partir de 2009, providenciou o empréstimo de conjuntos de instrumental odontológico para os estudantes de Odontologia de baixa renda; o material didático para estudantes na mesma condição socioeconômica dos cursos de artes; a concessão de bolsas de língua estrangeira; e a disponibilização de notebooks, a partir de 2013, visando à inclusão digital, por meio do Núcleo de Acessibilidade. Esse núcleo foi criado pela Resolução Consuni n.º 32/2011, revogada posteriormente pela Resolução Consuni n.º 43/2014, que ampliou as ações do núcleo ao criar o Sistema Integrado de Núcleos de Acessibilidade da Universidade Federal de Goiás (SINAce), órgão suplementar vinculado à PROGRAD/UFG.

A tabela 18 a seguir informa as ações contempladas e os quantitativos alcançados para a assistência estudantil na UFG, de 2007 a 2013, que abarca o período antes, durante e após o programa Reuni.

Tabela 18 – Evolução de ações de assistência estudantil na UFG.

<b>Ações de assistência estudantil</b>	<b>2007*<sup>1</sup></b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011*<sup>1</sup></b>	<b>2012*<sup>1</sup></b>	<b>2013</b>
Apoio à participação em eventos (por estudante)	462	480	650	610	466	370	250
Bolsa alimentação (Catalão, Jataí e Goiás)	249	350	1.116* <sup>2</sup>	1.552	1.371	1.318	1.366
Restaurante Universitário (Goiânia)	848	1.116	1.245	2.000	2.300	2.644	2.027
Bolsa permanência (Goiânia, Catalão, Jataí e Goiás)	71	380	464* <sup>2</sup>	627	678	780	774 300* <sup>3</sup>
Moradia Estudantil (Goiânia)	180	167	180	285* <sup>4</sup>	292	292	314
Bolsa Moradia (Catalão, Jataí e Goiás)	---	110	177* <sup>2</sup>	210	210	255	266
Programa Saudavelmente (acolhimentos - 'a' e consultas - 'c')	180 a 403 c	103 a* <sup>5</sup> 493 c	175 a 217 c	160 a 422 c	141 a 362 c	141 a 362 c	* <sup>6</sup>
Creche (filhos de estudantes)	46	46	25	37	27	70* <sup>7</sup>	90* <sup>7</sup>
Serviço odontológico (atendimento)	331	862* <sup>8</sup>	469	433	375	* <sup>9</sup>	1.273
Isenção de taxas acadêmicas	1.301	1.270* <sup>10</sup>	---	---	---	---	---
Total de apoio a eventos, bolsas em geral, alimentação e moradia	1.810	2.603	3.832	5.284	5.317	5.659	5.297
Total geral (com exceção das isenções de taxas acadêmicas)	2.770	4.107	4.718	6.336	6.222	6.232	6.660

Fonte: Relatórios de Gestão UFG – 2007 a 2013; PROCOM/UFG.

\*<sup>1</sup> Houve greve em 2007, 2011 e 2012, o que pode ter motivado a não realização de algumas atividades.

\*<sup>2</sup> O Câmpus Cidade de Goiás foi incluído neste ano.

\*<sup>3</sup> Com a assinatura do Termo de Adesão ao programa do MEC “Bolsa Permanência”, tendo como responsável o FNDE, foram assistidos adicionalmente 300 estudantes.

\*<sup>4</sup> A conclusão da CEU Samambaia possibilitou moradores adicionais a partir de junho/2010.

\*<sup>5</sup> Houve a transferência de 130 acolhimentos de estudantes de Medicina para outro projeto, não constante desse total.

\*<sup>6</sup> Reestruturação do espaço físico. Número de atendimentos não especificado.

\*<sup>7</sup> Número total; não foi especificado o quantitativo de filhos de estudantes.

\*<sup>8</sup> Quantitativo total para estudantes, técnico-administrativos e docentes.

\*<sup>9</sup> Número não especificado. Atendimento apenas de urgência, devido à greve.

\*<sup>10</sup> A cobrança de taxas foi suspensa em 07/03/2009.

Considerando as informações obtidas nos documentos examinados que compuseram a tabela acima, percebeu-se, na maioria das situações, uma melhoria nos resultados das ações voltadas para a ampliação da inclusão e da permanência dos estudantes dos cursos de graduação da UFG. Tiveram declínio o apoio a participação de estudantes em eventos, que consiste na concessão de passagens terrestres, mediante demanda, bem como os atendimentos do Programa Saudavelmente, que podem ter sido afetados pelo movimento de paralisação ocorrido nos anos de 2011 e 2012. A bolsa alimentação para os câmpus também sofreu uma alteração entre os anos de 2010 a 2012, com uma recuperação em 2013 não suficiente para igualar 2010.

Identificou-se, a partir dos números crescentes e de informações obtidas na Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária, uma mudança no perfil do estudante que chegava à

Universidade por meio das ações de inclusão, que buscaram ampliar o acesso e a permanência na educação superior.

Sobre esse assunto, a fala do Gestor 2 reflete as mudanças contextuais trazidas pelo Reuni: “[...] misturado com o Reuni, veio também a Lei de Cotas e o programa UFGInclui. Isso tudo contribuiu para diversificar as pessoas que entraram aqui como estudantes, e necessidades de bolsa permanência e casa do estudante e alimentação e tudo o mais.”

Novos alunos, muitos deles jovens de diferentes representações sociais, provenientes de estratos da sociedade tradicionalmente desprestigiados, alguns de cidades diferentes daquela em que iriam estudar, passaram a chegar em números maiores à Universidade, a exemplo das demais Instituições Federais de Ensino Superior. Tal fato requereu das instituições medidas inovadoras para oferecer um atendimento adequado a esse novo perfil de alunado, com acolhimento e auxílio, visando a minimizar as dificuldades educacionais, econômicas e sociais enfrentadas e trazidas por muitos desses estudantes.

Esse novo contexto foi ao encontro do que Dias Sobrinho (2010) identificou em seus estudos, quando mencionou que as instituições superiores passaram a enfrentar graves problemas no atendimento, com qualidade e quantidade, dessa nova população que em número mais elevado apresentava déficits de formação acadêmica, dificuldades econômicas e expectativas profissionais limitadas. Segundo o autor, os sistemas não estavam preparados para a eclosão de demandas, quanto à infraestrutura física, financiamentos, qualificação docente, conteúdos disciplinares que se multiplicavam e se superavam rapidamente e transformações no mundo do trabalho e na sociedade.

Apesar disso, de um modo geral, pelo que foi levantado, os esforços da Instituição para o alcance das metas de inclusão e assistência estudantil mostraram-se bem-sucedidos ao proporcionar importantes avanços nesse quesito. Todavia, as necessidades emergentes com a ampliação realizada trazem a constatação de que as ofertas ainda são menores que as demandas, o que reflete a realidade de carência econômico-social de uma parcela significativa da população, e requerem a continuidade de medidas governamentais voltadas para a inclusão e assistência estudantil.

#### 4.4 SITUAÇÃO DE PESSOAL

A proposta do Reuni incluía também a liberação de recursos para contratação de pessoal, limitados a vinte por cento (20%) das despesas de custeio da universidade correspondente a 2007, destinada à expansão das IFES que assinassem o Termo de Adesão. O aumento de vagas a serem ofertadas nos cursos de graduação promoveria um aumento nas vagas de docentes e de técnico-administrativos.

Esse limitador influenciou na definição dos quantitativos de vagas de servidores propostos, tanto para docentes, quanto para técnico-administrativos. As diretrizes gerais para a instituição do Reuni apresentaram regras para o cálculo de docentes a serem acrescidos, que, além de observância de carga horária, passava pela relação aluno-professor (RAP) e era orientado pelo conceito de matrícula projetada, a qual se referia às matrículas que seriam acrescentadas na universidade ao longo dos anos, por exemplo, se um determinado curso iria oferecer 40 vagas no processo seletivo, ao longo dos anos seguintes ele iria sempre oferecer essas 40 vagas (GESTOR 5).

Já para os técnico-administrativos, não havia uma definição objetiva como para os docentes, então o cálculo destes foi realizado muito mais com base no limite de recursos, cujo teto foi estabelecido, como mencionado, em vinte por cento do valor de custeio da instituição em 2007.

A fala do Gestor 2 ilustra a questão da ampliação de servidores docentes e técnico-administrativos na UFG:

O Reuni, a expressão que a gente cunhava na época é que ele foi estabelecido numa caixa, pra gente colocar dentro dessa caixa, e dentro da caixa a gente tinha liberdade para trabalhar. Então veio especificado lá qual o volume de recursos que a gente poderia utilizar para a expansão. [...] Parece que a referência era 2007 e tinha lá a especificação do recurso. [...] A necessidade de docentes, a gente, ao elaborar o projeto, seguiu fielmente o que a unidade solicitou quando foi curso novo; quando foi nova turma ou expansão de alunos numa turma, houve negociação sobre o número de docentes, porque, quando vieram todos os pedidos, tinha uma conta pra fechar, que quando a gente somava os recursos necessários ultrapassava a quantidade de recursos que o projeto podia ter. [...] E os técnicos, no final, foi feita uma conta, pra ver assim quantos técnicos haveria necessidade, por conta da expansão, dos cursos novos onde foram previstos a necessidade dos técnicos e não houve espaço no volume de dinheiro, porque tinham outros parâmetros lá que a gente tinha que obedecer, aquilo que eu falei antes, a caixa que a gente foi colocado dentro, tinha que obedecer as paredes daquela caixa. [...] pra abrir um curso, se fala que se precisa de 10 professores, tinha que ter os 10 professores, porque senão como é que vai fazer? [...] o setor dos técnicos é sempre mais complicado, você não sabe direito, por exemplo, quando se abre um curso, quantos técnicos

you precisa, quais s3o os laborat3rios, quantos s3o os laborat3rios, que tipo de profissional de laborat3rio, ou seja, fazer essa programaa3o toda pra um curso novo 3 um neg3cio complicad3ssimo. Ent3o, naquela correria da elaboraa3o, o que foi poss3vel fazer assim com mais cuidado um pouquinho foi quantos professores s3o necess3rios, porque tem carga hor3ria, voc3 pensa logo, sei l3, s3o 12 aulas por professor, a3 voc3 faz a conta, voc3 encontra quantos professores. Agora, quantos t3cnicos? Voc3 n3o tem noaa3o...

No caso da UFG, a Institu3o apresentou um plano de reestrutura3o e expans3o que previu um aumento gradativo do n3mero de cursos e de vagas, ao longo dos anos de 2008 a 2012, e tamb3m a contrata3o de 482 docentes e 300 t3cnico-administrativos, cujas vagas seriam liberadas pelo MEC/MPOG para a realiza3o de concursos p3blicos, segundo o termo de ades3o celebrado.

As pr3ximas tabelas 19 e 20 trazem as informa33es levantadas concernentes 3 gradativa amplia3o do quadro de pessoal da UFG, nas unidades acad3micas e nos 3rg3os administrativos.

Ressalte-se que n3o foram considerados os quantitativos referentes ao Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada 3 Educa3o (CEPAE), uma vez que 3 uma unidade acad3mica voltada para a educa3o b3sica, ensino fundamental e m3dio, o que foge do foco deste estudo.

Outra observa3o que se faz diz respeito aos servidores do Hospital das Cl3nicas (HC), visto que este 3rg3o possui uma natureza peculiar, com papel estrat3gico de hospital-escola e de centro m3dico de atendimento 3 popula3o em geral, em especial a mais vulner3vel social e economicamente, por meio do Sistema 3nico de Sa3de (SUS). Ele 3 campo de atividades curriculares e extracurriculares dos cursos de gradua3o e de p3s-gradua3o da 3rea da sa3de da UFG e de outras institu33es. Desse modo, os dados relativos ao seu quadro de pessoal n3o foram somados aos n3meros informados, uma vez que as a33es do Reuni n3o foram relacionadas diretamente ao HC. Os docentes que atuam no hospital t3m lotaa3o em unidades acad3micas da UFG voltadas para a 3rea da sa3de, dado o v3nculo acad3mico entre o 3rg3o e as unidades. No HC s3o lotados servidores t3cnico-administrativos.

Tabela 19 – Evolu3o do quantitativo de docentes da UFG.

LOTA3O	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	$\Delta$ % (2007-2013)
Unidades Acad3micas	1.237	1.365	1.733	1.933	1.994	2.056	2.150	-
3rg3os Administrativos	0	0	2	51	53	58	57	-
Total	1.237	1.365	1.735	1.984	2.047	2.114	2.207	78,4%

Fonte: PRODIRH/UFG, em mar3o/2018.

Tabela 20 – Evolução do quantitativo de técnico-administrativos, excluindo-se o quadro do HC/UFG.

LOTAÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	$\Delta$ % (2007-2013)
Unidades Acadêmicas	527	575	588	683	703	736	781	-
Órgãos Administrativos	576	622	609	630	653	672	694	-
Total	1.103	1.197	1.197	1.313	1.356	1.408	1.475	33,7%

Fonte: PRODIRH/UFG, em março/2018.

A evolução do quantitativo de servidores docentes registrou um aumento no período, em especial devido às contratações previstas no plano de expansão elaborado pela Instituição em função do programa Reuni. Pelos números levantados, a meta de ampliação de 482 docentes a partir de 2008 até 2012 foi superada, tendo sido alcançado em 2012 o quantitativo de ampliação de 877 em relação a 2007 e em 2013 o número de novos docentes chegou a 970.

Um fato interessante foi mencionado pelo Gestor 4, quando abordou a expansão de vagas realizada pela UFG e a correspondente necessidade de expansão também do número de docentes e disse que a instituição teve dificuldades para preencher o quadro de professores, devido à falta de oferta de profissionais:

[...] considerando todas as regionais, todos os municípios em que a gente atua, a gente praticamente dobrou, de aproximadamente 3.500 para aproximadamente 7.000 vagas, isso em números redondos, os números exatos não são esses, mas é dessa ordem de grandeza aquilo que a gente fez. É claro que ao abrir a Universidade nesse nível nós tivemos uma série de dificuldades; primeiro, não é trivial você, acoplado ao aumento do número de vagas e à necessária expansão do quadro docente, um grande problema que a gente enfrentou foi justamente conseguir esse quantitativo de docentes para a Universidade. Mesmo sendo uma carreira da educação superior, uma carreira federal, nós não tínhamos uma oferta em todas as áreas de conhecimento, uma oferta em termos quantitativos e qualitativos de pessoas pra ocupar todo esse espaço. Então a gente sofreu muito com a questão da falta de professores em determinados momentos [...].

Sobre a contratação de docentes, Brito (2013) afirma que associações de servidores dessa categoria fizeram censuras ao programa de expansão, dizendo que o governo federal havia proposto a expansão de vagas e matrículas nas IFES sem o devido financiamento, sobrecarregando o sistema e ocasionando precarização do trabalho docente e do ensino, o que promoveria rebaixamento da qualidade acadêmica.

Já nas falas de gestores da UFG entrevistados para esta pesquisa, foi afirmado que tudo o que foi pactuado, no sentido de destinação de recursos para a ampliação de vagas de docentes e de técnico-administrativos, para investimentos, equipamentos e para obras, recursos estes

proporcionais à expansão planejada e definidos conforme esse planejamento, foi liberado pelo governo.

No que se refere aos servidores técnico-administrativos na UFG, a situação de contratação foi diferente à dos docentes. O aumento das contratações até o ano de 2012 limitou-se bem próximo ao quantitativo previsto (300), alcançando o número adicional de 305 servidores, e em 2013 esse quantitativo chegou a 372. O número de contratação não acompanhou a crescente demanda por pessoal especializado. Segundo o Relatório de Gestão da UFG 2009, ilustravam bem essa situação a área de arquitetura e engenharia, com quadro muito reduzido, com demanda grande e crescente, bem como a área de tecnologia da informação, em que a Universidade não possuía servidores em número suficiente para responder à demanda quanto ao desenvolvimento de sistemas, cada vez mais em uso nas áreas acadêmicas e administrativas da Instituição. Adicionalmente, o nível salarial praticado pelo mercado para áreas especializadas mostrava-se muito mais atrativo que o praticado pelo serviço público federal, poder executivo, tornando difícil manter, nos quadros da Universidade, os servidores concursados dessas áreas, em especial os mais qualificados, devido à concorrência.

Tanto a esfera administrativa, quanto a acadêmica foram, de certa forma, atingidas no período, tiveram suas atividades afetadas pelo número insuficiente de pessoal e as demandas tenderam a crescer também no pós-Reuni, dado o novo contexto da Universidade, com mais cursos, tanto na graduação, quanto na pós-graduação, no noturno em maior número que antes, mais estudantes, mais procedimentos administrativos e maiores desafios, já que a Instituição seguiu crescendo, com o impulso trazido pelo programa.

De acordo com a pesquisa desenvolvida por Castro (2017), a previsão para as necessidades de quantitativos de servidores técnico-administrativos na UFG poderia ter sido melhor dimensionada, uma vez que a demanda de trabalho técnico e administrativo, que envolve atividades não só de graduação, mas de pesquisa e de extensão, além de inovação, cultura entre outros, enfrentou uma escassez de pessoal durante o processo de expansão, que se projetou ainda no pós-Reuni, já que a Universidade continuou a crescer após 2012. A quantificação teria sido infiel à necessidade, fazendo com que a maior parte dos setores administrativos da Universidade não fosse contemplada com servidores técnico-administrativos na proporção de sua necessidade. Com isso, a terceirização foi um dos recursos de que se lançou mão, para dar operacionalidade às atividades técnico-administrativas no período.

A UFG já vinha com um déficit histórico de servidores técnico-administrativos antes do Reuni e, até porque o programa não tinha a finalidade de suprir essa demanda reprimida, com sua implementação, o dimensionamento à época não foi suficiente para atender as necessidades

do tamanho da expansão e os impactos que causaria em vários setores da Universidade.

Segundo o Gestor 3:

[...] quando você cria um curso de graduação ou de pós-graduação, quando você amplia estrutura física ou quando você amplia vagas, isso vai ter repercussão, vai ter impactos em vários locais da Universidade, no DMP, no CEGEF, no CGA, na PROGRAD, na PROAD, no próprio Gabinete da Reitoria, então, assim, é um efeito cascata, vamos dizer assim, de crescer e ampliar e de onde esse crescimento e essa ampliação teriam repercussões. Então o projeto, ele não deu conta de suprir todas as necessidades até, como eu disse, até porque ele não tinha também essa finalidade, mas eu acho que essa foi uma grande e continua sendo uma grande dificuldade, um número pequeno de servidores técnico-administrativos pra dar conta do que se tornou a UFG após o programa Reuni.

Na opinião do Gestor 1, o Reuni foi a grande oportunidade de expansão do ensino, de inclusão social, de acesso à educação superior, de crescimento em todos os sentidos. Porém, apontou como defeito a questão da não previsão adequada, por parte do MEC, do crescimento na criação dos cargos de técnicos-administrativos, semelhante à que havia sido estabelecida para docentes, e também do não aumento de gratificações para as novas funções.

Acerca do quantitativo de servidores, ainda, o Gestor 4 delimitou dois acontecimentos-chave para uma análise a esse respeito: a normativa que instituiu o banco de professor equivalente nas universidades federais<sup>7</sup> em 2007, a qual possibilitou a recuperação de vagas não ocupadas de docentes nas universidades, e o decreto que estabeleceu, em 2010, o Quadro de Referência de Servidores Técnico-Administrativos da Educação – QRSTA<sup>8</sup>, que guarda uma certa similaridade com o banco de professor equivalente. A diferença crucial entre as duas medidas repousou no fato de que o citado quadro de referência não resgatou o quantitativo de servidores técnico-administrativos que não havia sido repostos, ou repostos de maneira menos intensa do que a saída desses servidores, o que deixou de contribuir para uma melhoria quanto ao déficit existente com relação a essa categoria funcional. O banco de professor equivalente e o quadro de referência dos técnicos-administrativos fixaram quantitativos de lotação dos cargos de docentes e de técnico-administrativos, em diferentes níveis, e permitiram às universidades realizarem concursos públicos para provimento dos cargos vagos, observados os limites do quantitativo fixado, independentemente de autorização prévia dos Ministérios da Educação (MEC) e do Planejamento, Orçamento em Gestão (MPOG), o que conferia às universidades o exercício da autonomia de gestão administrativa para planejarem o preenchimento de suas vagas.

---

<sup>7</sup> Portaria Interministerial n.º 22/MEC/MPOG, de 30 de abril de 2007, regulamentada pelo Decreto n.º 7.485, de 18 de maio de 2011.

<sup>8</sup> Decreto n.º 7.232, de 19 de julho de 2010, alterado pelo Decreto n.º 7.311, de 22 setembro de 2010.

O Gestor 2 relatou que houve um momento durante esse período em que o MEC tinha um determinado volume de códigos de vagas de docentes, que possibilitou a realização de troca de vagas de professores substitutos por vagas de professores efetivos. As universidades que foram ao MEC e apresentaram sua necessidade de troca, até mesmo para evitar que houvesse ilegalidade no número de professores substitutos existentes na instituição, foram conseguindo efetivar a substituição. Todavia, essa possibilidade não foi pensada para atender a todas as universidades, então as que chegaram primeiro, conseguiram, até que o quantitativo do MEC acabou e muitas instituições não foram atendidas. A UFG protocolou logo seu pedido e conseguiu efetivar a troca de vagas.

Nesse sentido, observou-se que foi possível uma melhor recomposição do quadro de docentes, devido a esse resgate de vagas, o que não ocorreu com o de técnico-administrativos, o qual ainda, atualmente, sinaliza para uma carência em seu quantitativo. A situação teria sido ainda mais difícil nos setores administrativos da Universidade, segundo a fala comum dos gestores entrevistados, se não houvesse ocorrido uma gestão muito dialogada e participativa que permitiu a negociação entre a administração superior e as unidades acadêmicas, no sentido de que fossem alocados técnico-administrativos nos órgãos. Quando foram propostos novos cursos pelas unidades acadêmicas, havia uma previsão de novos professores e de novos técnico-administrativos, como em um pacote, o que não aconteceu no caso dos órgãos administrativos, gerando a necessidade de um rearranjo ao longo do período do programa que contemplasse esses setores.

Na análise dos Gestores 2 e 4, o número de docentes da UFG, numa média geral, é atualmente suficiente para o desenvolvimento das atividades acadêmicas da Universidade, mas a situação não possui o mesmo conforto no caso dos técnico-administrativos. De acordo com o Gestor 2, caso houvesse, no futuro, uma ação por parte do governo federal que permitisse acertar o quadro de técnico-administrativos das universidades federais, a UFG estaria apta a receber mais técnicos em seu quadro, dado o desequilíbrio existente.

Resgatando as considerações de Prestes, Jezine e Scocuglia (2012), em que afirmam a necessidade de que se tenha servidores docentes e técnico-administrativos que possam fazer acontecer as propostas de expansão, ou seja em número adequado, para que se alcance uma expansão com qualidade, pode-se dizer que a UFG teve que se esforçar muito mais para efetivar a implementação do programa de expansão de forma exitosa, quanto aos servidores técnico-administrativos, que tiveram nos setores-chave sobrecarga em suas atividades, dado o nível de exigência e de dificuldade das ações voltadas para o crescimento vivenciado pela instituição.

Voltando-se a 2013, ano posterior ao período previsto para a duração do Reuni, percebeu-se a continuidade de um acréscimo no número de servidores, com a contratação de 93 docentes e de 67 técnico-administrativos. Todavia, tal fato não supriu a realidade de insuficiência vivenciada na Universidade.

Por fim, identificou-se que o aumento do número de técnico-administrativos mostrou-se inferior ao necessário e apresentou-se como um grande desafio para a implementação e a gestão do programa Reuni na UFG, com reflexos ainda nos dias atuais. Pode-se dizer que a expansão foi realizada, alcançando a maioria dos resultados planejados, porém mediante a sobrecarga de alguns setores da Universidade mais diretamente envolvidos com os procedimentos da expansão, cujos servidores técnico-administrativos precisaram desdobrar-se em seu empenho para a consecução dos objetivos institucionais expansionistas. A UFG pós-Reuni, expandida e reestruturada, necessita, também, ter atualizado seu quadro técnico-administrativo, por meio de sua correspondente ampliação.

#### 4.5 SITUAÇÃO DE INFRAESTRUTURA

Pensar em expansão e aumento de vagas para ampliação do acesso e permanência requereu também a importante projeção dos impactos do almejado crescimento, sob o aspecto da infraestrutura necessária para dar suporte às atividades acadêmicas e administrativas dentro da perspectiva da ampliação.

Sob esse prisma, buscou-se reunir informações acerca das ações adotadas pela Universidade relacionadas ao melhor aproveitamento da infraestrutura já existente, bem como da sua ampliação, visando a abarcar as atividades a serem acrescentadas, a partir da criação dos novos cursos, novas turmas ou aumento de vagas das já existentes, em todos os câmpus da Universidade.

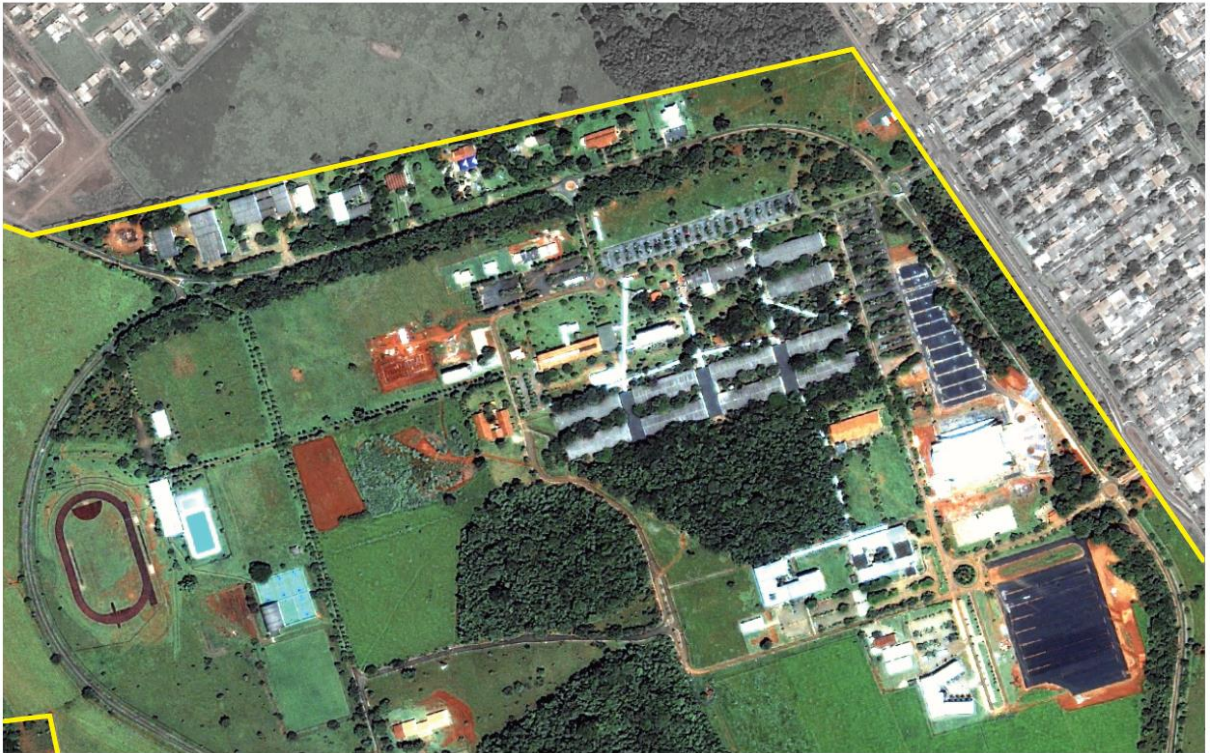
É fato que foram necessárias providências quanto à reforma, recuperação e construção de laboratórios, salas de aula, bibliotecas, outros espaços acadêmicos e administrativos, juntamente à aquisição de equipamentos, mobiliários, acervo bibliográfico.

Nesse sentido, foram levantados os dados acerca das obras realizadas com os recursos oriundos da descentralização orçamentária destinada a esse fim, com o Reuni, fruto do acordo firmado entre MEC e Universidade, para atender ao planejamento referente à expansão advinda do programa. Os dados específicos sobre as obras encontram-se em tabela constante dos anexos

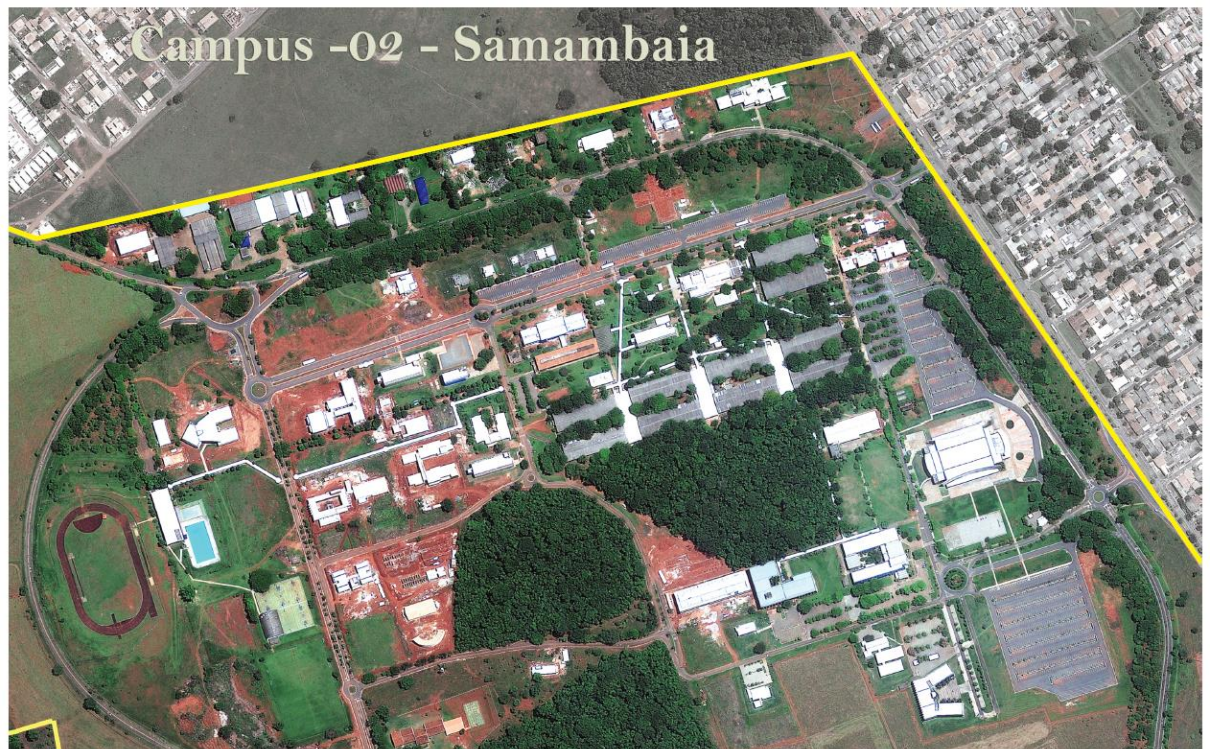
deste estudo. No total, a metragem acrescida ao patrimônio da UFG advinda das construções dos prédios adicionais com recursos do Reuni somaram mais de 120.000 m<sup>2</sup>. Segundo informações do CEGEF, considerando-se que a área prevista para construção era de 58.414 m<sup>2</sup> e que foram finalizados 120.023,02 m<sup>2</sup>, chegou-se a um índice de mais que o dobro do que foi inicialmente planejado. A quantidade inicial de obras era de 31, sendo que ao final chegou-se a 60 obras. Somente uma obra ainda não foi finalizada, a construção do prédio da Engenharia Mecânica, que sofreu sucessivos entraves licitatórios.

Esclarece-se, neste ponto, que as obras realizadas nos anos em estudo não foram financiadas somente com recursos oriundos da descentralização possibilitada pelo Reuni. Diversas edificações foram realizadas nos câmpus da Universidade, incluídas as diferentes cidades em que a UFG se faz presente, com recursos originados também do orçamento da Instituição, de emendas apresentadas pelos parlamentares goianos, do Programa CT-Infra, entre outros. O total de obras, mesclando origem de recursos do Reuni e de outras fontes, modificou amplamente a estrutura física da UFG, que teve um aumento de cerca de noventa por cento (90%) em sua área construída, isto é, a Instituição praticamente dobrou seu tamanho, passando da metragem de área construída de cerca de duzentos mil m<sup>2</sup> em 2008, para cerca de 380 mil m<sup>2</sup>, o que tornou sua infraestrutura bem mais robusta (UFG, 2013).

Para ilustrar o impacto desse crescimento vivenciado pela Instituição, buscaram-se imagens obtidas por satélite do Câmpus Samambaia da UFG, área onde a maioria das obras previstas foram realizadas, nos anos de 2008 e de 2012. A mudança vivenciada é de grande impacto, como se pode verificar nas imagens a seguir.

**CAMPUS SAMAMBAIA - 2008**

Fotografia 1 – Imagem do Câmpus Samambaia/UFV em 2008.  
Fonte: CEGEF/UFV, em julho/2018.

**CAMPUS SAMAMBAIA - 2012**

Fotografia 2 – Imagem do Câmpus Samambaia/UFV em 2012.  
Fonte: CEGEF/UFV, em julho/2018.

As obras concluídas refletiram o investimento realizado na construção de novos espaços voltados para salas de aula, salas para professores, laboratórios, bibliotecas, atividades administrativas e atividades práticas de suporte aos cursos. Também foram realizadas obras de reforma e/ou de ampliação de espaços existentes, além de construções voltadas para serviços, como subestações de rede elétrica, galerias de águas pluviais, sistemas de água e esgoto e sistema viário.

Muitas das reformas foram realizadas para melhorar e/ou possibilitar condições de acessibilidade a pessoas com deficiência, também voltadas para a inclusão destes membros da comunidade universitária e da sociedade em geral. Construção de rampas, adaptações de sanitários, instalação de elevadores foram algumas das adequações realizadas nas edificações já existentes, que ainda não ofereciam condições ajustadas para atender a esse tipo de necessidade.

Naturalmente, o processo de execução das obras no período não ficou isento de alguns contratemplos, tanto administrativos como acadêmicos. Algumas edificações sofreram atrasos em sua entrega, devido ao fato de que houve um aumento do número de empresas vencedoras de processos de licitação que, na prática, mostraram-se despreparadas tanto técnica, quanto financeiramente para cumprir as obrigações firmadas nos contratos com a Universidade, acarretando transtornos financeiros e legais, além de prejuízos acadêmicos pela impossibilidade da entrega de espaços que seriam essenciais para o atendimento das necessidades advindas da criação de novos cursos e a contratação de novos servidores. Fatores como entraves nos processos licitatórios, contratos cancelados, atraso na emissão de licenças ambientais, entre outros contribuíram para os mencionados transtornos e exigiram um esforço extra para que fossem contornados. Em sua fala, o Gestor 4 aborda esse descompasso, até certo ponto natural e esperado, entre a velocidade da criação dos cursos e a velocidade da construção dos prédios, o que trouxe uma certa turbulência na rotina da Universidade, no período de implantação do programa. O Gestor 5 assim aborda essa questão:

E claro, ao longo do processo, tivemos muito problema com empreiteiras, começava a obra e não concluía, tinha que relícitar, quando você relicita, você tem um custo por isso, então, assim, são intercorrências naturais num processo de expansão tão grande.

Um fator positivo que colaborou significativamente para a finalização das obras dentro do que estava pactuado foi a continuidade do recebimento de recursos para investimento, ainda nos anos de 2013, 2014 e, em menor montante, em 2015, mesmo com a finalização do programa Reuni em 2012. O Gestor 5 assim abordou esse fato:

No caso da UFG, nós, em função do tamanho do nosso projeto, da nossa expansão, nós teríamos direito a, fariamos jus a recursos da ordem de 80 milhões de reais pra obras e equipamentos. Nós recebemos até 2013 aproximadamente 120 milhões, 50% a mais do que estava previsto no Reuni. Então, o governo poderia dizer em 2012, ‘olha, parou aqui, o recurso pactuado foi esse e vocês fizeram ou não fizeram, ponto final’. Na verdade, o governo manteve, até 2014 pelo menos, recursos no orçamento pra que a Universidade pudesse dar conta de finalizar suas obras. Então, em 2013, 14, mesmo 15 com valores menores, a gente continuou recebendo recursos para capital, recursos de investimento, que foi uma herança do Reuni que ficou. Então isso, na verdade, nesse aspecto, o governo deu um suporte além daquilo que estava pactuado, essa é a verdade, e felizmente, foi por conta disso que nós conseguimos concluir o nosso projeto de obras, porque quando você faz uma estimativa de preço em 2007, lá em 2011, 12, essa estimativa pode estar defasada, tem inflação, então aquilo que nós estabelecemos lá como parâmetro pra executar as obras, isso a realidade, alguns anos depois, mostrou que era insuficiente. [...] nesses anos mais recentes, de 2016 pra cá, é que esses recursos que estavam sendo mantidos no orçamento, eles têm diminuído drasticamente e hoje os recursos para investimento são muito baixos.

Ao discorrer sobre as transformações ocorridas nas instituições a partir do crescimento na infraestrutura, Araújo e Santos (2014) entendem que os impactos vivenciados não se limitam somente à comunidade interna, mas atingem também a cidade à sua volta. No estudo das pesquisadoras, foi identificado que a dinâmica da cidade foi modificada, em especial no tocante ao crescimento no campo econômico, com mais oportunidades para a população. Em linha com esse pensamento, na UFG também se observou uma modificação nas regiões próximas aos seus câmpus, especialmente os que se localizam em zonas mais afastadas das regiões centrais das cidades, em que surgiram mais estabelecimentos, aquecendo o comércio local, bem como o setor de serviços, com aumento das ofertas de emprego e mais imóveis disponíveis nas imediações, com muitas obras voltadas para construções de apartamentos pequenos para alugar, no estilo de quitinetes (sala-quarto, cozinha-área de serviço e banheiro). Por outro lado, houve a percepção, de igual modo, de fatores de desvantagem, como inflação do mercado imobiliário nas imediações e transporte público mais precário, com superlotações, os quais, ao final, não superaram as vantagens obtidas pela população em geral advindas do crescimento da Universidade.

Assim, identificou-se que a expansão física vivenciada pela Universidade foi essencial para a conquista de uma infraestrutura favorável ao atendimento das necessidades dos novos cursos e à acolhida dos novos estudantes e servidores. Essas obras, de construções ou reformas, que foram idealizadas para oferecer sustentação aos planos de expansão do ensino superior, constituíram-se em uma importante conquista patrimonial, uma vez que não se esgotam com o

término do programa, mas permanecem para dar suporte aos futuros desafios da Universidade, em prol de melhorias para a sociedade como um todo.

#### 4.6 META GLOBAL DO PROGRAMA REUNI

O Programa Reuni apresentou como objetivo criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, e como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais (TCG) para noventa por cento (90%) e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor (RAP) para dezoito (18), ao final de cinco anos.

Ao se buscar os índices relativos à TCG na Universidade, não foi possível obtê-los na PROGRAD, nem em outro órgão da UFG, uma vez que não foi realizado pela instituição o registro contendo o cálculo correspondente a este indicador, segundo a fórmula proposta no documento que definiu as diretrizes gerais do Reuni (BRASIL. MEC, 2007), nos anos subsequentes. Dessa forma, optou-se por utilizar os índices denominados de *Taxa de sucesso*, presentes nos Relatórios de Gestão UFG, os quais seguem os conceitos adotados pelo Tribunal de Contas da União (TCU), para as análises dos resultados alcançados pela Universidade envolvendo esse indicador da meta global do Reuni, por ser o mais próximo do conceito utilizado pelo decreto. Assim, quando é mencionado TCG nesta pesquisa, os valores são os encontrados em relação à Taxa de sucesso.

De igual modo, foram utilizados os índices denominados *Relação Aluno Tempo Integral/Professor Equivalente* presentes nos citados relatórios de gestão, quando se intencionou analisar o conceito RAP também presente no decreto do Reuni, pela semelhança existente entre os significados desses índices e por não terem sido obtidos valores da RAP nos órgãos da Universidade.

O índice de 90% para a TCG é tido como muito elevado, já que países considerados desenvolvidos, com maior tradição educacional, apresentavam índices inferiores, sendo que somente um país, o Japão, tinha conseguido alcançá-lo (TONEGUTTI; MARTINEZ, 2008). O Plano de Reestruturação e Expansão da UFG também havia mencionado que tal meta era um grande desafio. Em 2012, segundo o Relatório de Gestão UFG desse ano, a média nacional do índice foi de 57%, o que confirmava ser a meta algo ambicioso para os padrões nacionais.

De fato, não obstante as ações realizadas pela UFG com vistas a essa meta, a TCG não atingiu o que havia sido estabelecido pelo Reuni, ao final de seu período. Houve oscilação nos anos iniciais do programa e diminuição nos finais, com o registro do índice de 80% em 2008 e o de 62% em 2012, como se observa na tabela 21 a seguir.

Tabela 21 – Taxa de sucesso na graduação/UFG, nos anos de 2007 a 2013.

UFG	Anos						
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Taxa de sucesso (%)	76	80	79	73	62	62	51

Fonte: Relatórios de Gestão UFG 2011, 2012 e 2013.

As explicações podem estar em fatores diversos e interligados. Uma das hipóteses pode repousar na mudança no perfil do alunado ingressante na Universidade, com maiores dificuldades de aproveitamento educacional, o que poderia sugerir uma possível necessidade de um maior período de permanência na instituição até a conclusão do curso de graduação. De fato, os números de concluintes de cursos de graduação presenciais no período em estudo mostraram um aumento em 2009, seguido de diminuições nos anos posteriores até 2012, como se vê na tabela 22 abaixo. Tal ocorrência estaria exercendo consequências na TCG e poderia ser uma possível explicação para a redução dos índices desta, identificados na presente pesquisa.

Tabela 22 – Número de ingressantes por processos seletivos e concluintes.

Ano	2008	2009	2010	2011	2012	$\Delta\%$ (2008-2012)
Ingressantes	3.919	5.397	6.035	5.583	5.686	45,1%
Concluintes	2.485	3.394	3.221	2.699	2.243	-9,7%

Fonte: Coordenação de Apoio Técnico de Graduação - CATG/PROGRAD/UFG. Dados coletados em abril/2018.

Quanto à RAP estabelecida em 18, a UFG, na média dos cursos, não atingiu essa meta. Segundo o Relatório de Gestão UFG 2013, a média nacional desse índice alcançou 11,06 em 2010 e 11,08 em 2012, ou seja, a meta do Programa Reuni encontrou dificuldades para ser alcançada pelas universidades federais em nível nacional. Os números constantes da tabela 23 abaixo informam os índices da UFG nos anos de 2007 a 2013.

Tabela 23 – Índices da relação aluno tempo integral/professor equivalente, de 2007 a 2013.

UFG	Anos						
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
RAP	12,85	12,00	11,23	10,69	11,47	10,97	10,96

Fonte: Relatórios de Gestão UFG 2011, 2012 e 2013.

Essa variação nos índices pode ser justificada pelas grandes mudanças advindas da implementação do Reuni na UFG, em que o número de estudantes e de professores sofreu alterações.

A questão da evasão e da existência de vagas ociosas é muito complexa e pode trazer consequências também nos números da RAP, dada a correlação com o quantitativo de estudantes da Instituição. Daí a necessidade de se continuar a fortalecer políticas na Universidade, visando à ocupação de vagas ociosas, no intuito de adotarem-se medidas adicionais para a melhoria da eficiência no processo de formação de seus estudantes.

O Gestor 5 manifestou-se a respeito dessas duas metas, elevação da TCG para 90% e da RAP para 18, mencionando que eram bem audaciosas, muito difíceis, diria até que impossíveis de serem alcançadas nas universidades federais. Em alguns cursos mais concorridos, essa meta de TCG é alcançada, porém, quando se fala na média dos cursos das universidades, não é possível manter o índice de 90%, muito em função da movimentação existente, da evasão que ainda é grande e afeta alguns cursos, em especial os de licenciaturas. Ele abordou assim a questão:

[...] eu diria que nenhuma das duas metas foi alcançada, em geral, pode ser que em alguma universidade a relação aluno/professor tenha sido alcançada ou muito próximo disso, mas eu tenho absoluta certeza que a meta de taxa de sucesso de 90% não foi alcançada e nem seria alcançada na média de cada universidade. [...] Então, fazendo uma média de toda a universidade, pegando os cursos onde ela [a meta] é atendida e os cursos onde ela definitivamente não é, a média hoje tá muito longe de 90%, muito longe, acho que a taxa de sucesso na média das universidades deve ser da ordem de 50 a 60%, então está muito longe dos 90%. [...] Mas internamente pra aquilo que a gente se propôs a fazer, nós acompanhamos e acompanhamos muito bem e atendemos aquilo que estava programado no nosso projeto. É claro que nós também deveríamos cumprir essas duas metas, que são macro metas, né, essas, nós não alcançamos, como de resto as outras universidades também não alcançaram.

Faz-se necessário atentar ainda que determinados cursos trazem em sua natureza características muito próprias e incompatíveis com uma RAP de dezoito, por exemplo os cursos da área da saúde, em que é muito importante o acompanhamento bem próximo do desempenho acadêmico, no exercício da prática de atendimento, o que requer uma RAP menor que a

estipulada, dada a relação a ser estabelecida entre o futuro profissional (no momento estudante) e o paciente.

Falas dessa natureza, associadas a artigos da literatura, levam a crer que os índices apresentados pelo Programa Reuni foram estabelecidos sem a realização de um estudo prévio eficiente em que fosse identificado um quantitativo plausível para tais índices.

Tomando como base os índices firmados no decreto do Reuni, identificou-se que as ações planejadas e desenvolvidas pela UFG não foram suficientes para que a meta global do Reuni quanto à TCG e à RAP fosse alcançada. Isso pode ter ocorrido também muito em função de que os números definidos teriam sido superestimados, não condizentes com a realidade educacional das universidades federais no país.

#### 4.7 AVALIAÇÃO DO PROGRAMA REUNI

Nas entrevistas realizadas com os gestores da UFG, buscou-se verificar a existência de ações de avaliação local do Programa Reuni, com a experiência vivenciada pela UFG, a partir do estímulo de Jannuzzi (2016), ao afirmar que a avaliação tem o objetivo finalístico de ser instrumento de aprendizagem organizacional, ao buscar meios de conhecer melhor os problemas, avanços e desafios de políticas e programas sociais, visando a aprimorar a gestão e alcançar resultados esperados.

Os gestores informaram que houve um monitoramento interno criterioso de tudo o que foi planejado para a expansão, a partir das propostas encaminhadas pelas unidades acadêmicas, por parte da comissão designada pelo Consuni, que continuou a acompanhar as ações acerca da expansão e reestruturação na UFG. A avaliação foi contínua no decorrer do desenvolvimento da implementação, em que os ajustes que se mostraram necessários foram sendo realizados durante o processo. Aqui, como exemplo desses ajustes, foram citados cursos que cresceram mais que o inicialmente proposto, o que veio a demandar mais docentes, além da mudança de planos quanto à criação de cursos nos moldes dos Bacharelados Interdisciplinares. Num primeiro momento, foi discutida a possibilidade de a UFG inovar em seus roteiros formativos, na reestruturação de cursos, e ofertar alguns deles na linha dos bacharelados em grandes áreas, com formação básica inicial comum por áreas do conhecimento e com possibilidade de certificado de conclusão ao final de dois anos. Todavia, após muito diálogo e avaliações do

contexto a esse respeito, a proposta não vingou, não foi bem aceita na comunidade universitária, e a decisão final da Universidade foi pela expansão de cursos nos moldes mais tradicionais.

O fato de que ajustes surgiram e foram realizados ao longo do processo está em linha com o que foi visto na literatura, em que autores estudados, ao conceituarem avaliação de políticas públicas, abordam o sentido de “processo” e remetem à ideia de ações contínuas, com análises durante o processo de funcionamento de uma política ou programa, quando é possível repensar o problema, bem como as soluções sugeridas no início (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2011; NEIROTTI, 2012; SECCHI, 2013; TREVISAN; BELLEN, 2008).

Como mencionado pelos entrevistados, houve uma avaliação continuada e um acompanhamento de perto durante o processo de execução do Reuni, da implementação da expansão, com relatórios ao MEC via sistema e monitoramento das etapas previstas nos planejamentos, por parte da comissão em conjunto com as diretorias das unidades acadêmicas e por parte dos Conselhos. Na opinião do Gestor 4, a avaliação é contínua, um processo não concluído que acontece ainda nos dias atuais, pois a UFG vive hoje as repercussões do Reuni. Citou como exemplo a questão do dimensionamento da oferta de disciplinas, de horários, de projetos curriculares que está em discussão na Universidade atualmente e que é fruto do programa que demanda uma reorganização interna.

Entretanto, não obstante esse acompanhamento contínuo, não foi realizada uma avaliação sistemática ao final da implementação do programa na Universidade, não houve um momento de verificação final, não existiu, ainda, um processo formal de avaliação específica do Reuni na UFG.

Em 2012, o MEC designou uma comissão composta por representantes da Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC), da ANDIFES, da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) e da UNE, para que consolidasse as informações acerca dos programas de expansão das universidades federais. O relatório elaborado por essa comissão reuniu dados referentes aos anos de 2003 a 2012, dizendo respeito, portanto, às diferentes fases do processo de expansão das IFES, em que o Programa Reuni estava incluído (Pré-Expansão ou Pré-Reuni, Expansão Fase I, Reuni, Pós-Reuni), porém não específico a ele (BRASIL. MEC, 2012). A conclusão do relatório afirmou que a expansão das universidades federais foi uma das mais importantes políticas públicas do governo federal para o país, a qual contribuiu para a implantação de novas universidades, novos câmpus universitários, aumento do número de matrículas e interiorização das IFES.

Identificou-se, então, uma consolidação de informações e realização de análise sobre a expansão das IFES, em nível nacional, por iniciativa do MEC, que não se limitou ao Programa Reuni, mas incluiu outras ações governamentais de expansão.

Na UFG, ainda que com a ausência de uma avaliação formal local, pôde-se perceber que há uma concepção de aprovação dos resultados do Reuni na Universidade por parte dos gestores, em que se entendeu uma avaliação positiva sobre a atual situação da Universidade pós-Reuni. As falas dos entrevistados a seguir explicitam essa avaliação:

Então assim eu acho que internamente eu posso dizer que o Reuni foi muito bem aproveitado pela Universidade e a gente pode, em comparação a outras universidades, pode dizer que também isso se confirma em face dos diversos índices e eu acho que o resultado disso tudo é uma Universidade com mais servidores, capacitados, que vão dar uma contribuição extraordinária para o ensino superior, em todos os sentidos, pesquisa, extensão, mais estudantes e obviamente mais, tem que sempre lembrar, a sociedade, quem ganha é a sociedade [...] (GESTOR 1).

No meu entender foi importantíssimo essa experiência [do Reuni]. Acho que ela mostrou várias coisas, o pessoal critica muito o setor público, né, como o setor público funciona, mas por outro lado o setor público funciona o tempo todo numa imprevisibilidade total, ninguém sabe como vai ser o orçamento do ano que vem da UFG, ou seja como é que vai ser o orçamento em 2019, ninguém sabe [...]. O Reuni foi uma primeira oportunidade, no meu entender, na história da Universidade Federal Brasileira, [...] que a gente teve a oportunidade de fazer isso, apesar de estar dentro de uma caixa como eu venho falando pelo menos dentro daquela caixa você pode planejar. E todas as análises que a gente vê sobre o Reuni nacionalmente é que foi um projeto exitoso, o tempo todo, e a UFG e outras são sempre referenciadas como lugares em que isso foi muito bem feito, muito bem organizado, é visível nos câmpus da UFG, por exemplo, essa mudança que ocorreu, basta a pessoa vir aqui no Câmpus Samambaia e ver como ele é hoje e lembrar um pouco como ele era na época anterior. Então, no meu entender, é um êxito grande (GESTOR 2).

[...] [uma avaliação dessa natureza mostraria] o quanto a implantação do programa Reuni na UFG foi positiva do ponto de vista dos objetivos alcançados e o quanto essa implantação trouxe benefícios pra Universidade. A gente sempre diz que tomara a gente tivesse um outro Reuni, que a gente tivesse a oportunidade de crescer novamente, de ampliar, de mais uma vez dobrar de tamanho, pra que a gente pudesse dar mais oportunidades para as pessoas que querem ter acesso a uma universidade pública e pra, eu não diria cumprir as metas do PNE, mas pelo menos caminhar no sentido de nos aproximar mais dessas metas, em relação aos números da educação superior no Brasil (GESTOR 3).

Uma avaliação mais superficial é assim, todos os cursos do Reuni foram muito bem avaliados pelo MEC nos instrumentos de avaliação e com o desdobramento, também já esperado, mas talvez que muitas pessoas colocaram em dúvida, que é justamente a expansão da pós-graduação como um impacto, como um desdobramento natural. [...] Então, isso tem sido

acompanhado pelos nossos relatórios de avaliação, mas avaliando a Universidade como um todo, não especificamente o programa, mas é muito fácil a gente olhar a posição relativa da UFG antes do Reuni e depois do Reuni mostra o sucesso desse projeto. Falar de forma assim muito enfática, sem dúvida nenhuma o Reuni foi o maior programa, a maior política pública da história das Universidades Brasileiras, sem precedentes e que a gente espera ansioso por uma nova oportunidade dessa, porque a educação brasileira precisa de ampliar o atendimento dos jovens de 18 a 24 anos (GESTOR 4).

[...] eu avalio hoje [a expansão], de muito sucesso [...]. Acho que a análise é muito positiva, grande sucesso [...] é patente a melhoria dos indicadores de qualidade, então a Universidade melhorou muito, acho que isso é um consenso, todo mundo que, mesmo os que eram críticos ao Reuni percebem que hoje nós temos uma outra Universidade. A Universidade, a UFG de 2007 é essencialmente diferente da UFG de 2018. Nós somos hoje uma das maiores e melhores universidades do país por qualquer indicador que a gente queira analisar. Do conjunto das 63 universidades federais, a UFG, por esses indicadores de qualidade e quantidade, ela situa entre as 12, 13 melhores universidades do país. Então a avaliação que eu faço é extremamente positiva, foi uma grande oportunidade e uma oportunidade que a UFG soube aproveitar muito bem. Na verdade, nós vivíamos antes do Reuni um certo, eu diria que um certo conformismo com as dificuldades. Nós tínhamos a Universidade relativamente bem estruturada, mas não tinha nenhuma perspectiva de grandes voos, de grandes saltos, de grandes expansões, nada disso, então acho que o Reuni trouxe uma injeção de ânimo pra todo mundo e abriu enormes possibilidades (GESTOR 5).

Nota-se nas falas que o Reuni possibilitou uma aproximação da Universidade com a sociedade, em especial a sua parcela socialmente menos privilegiada, ao oferecer ampliação de oportunidades. As IFES que puderam aproveitar bem a oportunidade trazida pelo programa tiveram condições de planejar uma expansão mais alinhada ao seu perfil institucional, mais próxima das necessidades regionais, dentro de uma previsão real de orçamento e vagas para concursos. Foi um período atípico, uma vez que as instituições historicamente trabalham com incertezas, sem números previamente definidos, principalmente no que se refere a recursos orçamentários.

O Reuni permitiu uma programação antecipada, um planejamento calculado, dentro de um período definido, quanto a servidores, criação de cursos, aumento de vagas, ampliação de infraestrutura, que elevaram a UFG a uma posição melhor entre as universidades nacionais. Os benefícios proporcionados pelo programa possibilitaram à Universidade um significativo crescimento, que trouxe oportunidades inéditas a pessoas que antes não tinham acesso à Universidade pública. Ainda, os avanços que o Reuni possibilitou oportunizaram condições para diminuir a distância existente em relação às metas do PNE e geraram expectativa quanto à aprovação, no futuro, de um programa semelhante, enquanto política pública, que possibilite a continuidade das conquistas advindas com o Reuni.

A partir do que foi levantado pelas falas dos gestores durante as entrevistas, observou-se que a experiência da UFG em seu processo de expansão pelo Reuni está entre as mais bem-sucedidas em nível nacional. Em linha com esta percepção positiva, os resultados levantados por meio deste estudo apontaram para efeitos exitosos ao término do período do programa na Instituição, em comparação ao ano de seu início:

- um importante salto no número de vagas na graduação presencial, de 3.808 em 2007, para 6.355 em 2013<sup>9</sup>;
- um aumento significativo no número de matrículas na graduação presencial, de 14.012 em 2007, para 21.482 em 2013<sup>10</sup>;
- ampliação de quase 50% dos cursos nas cidades em que a Universidade possui câmpus, passando de 101 cursos em 2007, para 143 em 2013<sup>11</sup>, e a consolidação do Câmpus Cidade de Goiás (hoje Regional Goiás), antes somente uma extensão do curso de Direito;
- ampliação da política de inclusão e permanência (conforme abordado nas seções correspondentes) e dos programas de assistência estudantil, com 4.170 ações de assistência estudantil em 2008 e 6.660, em 2013<sup>12</sup>;
- ampliação, como consequência do crescimento da graduação, dos programas de pós-graduação oferecidos, passando da ordem de 1.900 estudantes matriculados nos cursos de mestrado e doutorado em 2008, para 3.755 estudantes em 2012<sup>13</sup>;
- ampliação do número de projetos de pesquisa cadastrados, de 1.563 em 2008, para 3.066 em 2012<sup>14</sup>;
- aumento do número de ações de extensão, de 800 ações em 2008, para 1.600 ações em 2012<sup>15</sup>;
- acréscimo de cerca de 90% de área construída, ampliando de aproximadamente 200.000 m<sup>2</sup> para cerca de 380.000 m<sup>2</sup> em sua infraestrutura<sup>16</sup>.

---

<sup>9</sup> Fonte: PROGRAD/UFG.

<sup>10</sup> Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Superior – MEC/INEP.

<sup>11</sup> Fonte: PROGRAD/UFG.

<sup>12</sup> Fonte: Relatórios de Gestão 2008 a 2013; PROCOM/UFG.

<sup>13</sup> Fonte: Livro UFG 2006-2013.

<sup>14</sup> Fonte: Livro UFG 2006-2013.

<sup>15</sup> Fonte: Livro UFG 2006-2013.

<sup>16</sup> Fonte: Livro UFG 2006-2013; CEGEF/UFG; dados da pesquisa.

Tomando-se o Índice Geral de Cursos (IGC), indicador de qualidade que avalia as Instituições de Educação Superior e é calculado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC), como fator de comparação entre o ano de 2007, um antes da implementação do Reuni, e o de 2013, um ano após, identificou-se que a classificação da UFG foi melhor após o Reuni, passando da 32ª posição entre as instituições públicas, para a 23ª, bem como da 34ª entre as instituições públicas e privadas, para a 24ª posição, consoante os índices informados a seguir.

Tabela 24 – IGC (contínuo e faixa) da UFG, nos anos de 2007 e 2013.

UFG	2007			2013		
	Posição	IGC contínuo	IGC faixa	Posição	IGC contínuo	IGC faixa
Dentre as instituições públicas e privadas	34ª	3,33	4	24ª	3,6217	4
Dentre as instituições públicas	32ª			23ª		

Fonte: Educação Superior; IGC – INEP/MEC. Elaboração do autor com base nas informações do site: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/indice-geral-de-cursos-igc->

Com as informações levantadas na presente pesquisa, a tabela a seguir buscou trazer de forma sintetizada os números correspondentes aos resultados alcançados na Instituição em estudo, em relação às categorias definidas para avaliação.

Tabela 25 – Dimensão da ampliação da educação superior pública (UFG).

Ampliação da oferta de educação superior pública		
	Antes do Reuni	Depois do Reuni
Vagas de ingresso	3.808	6.355
Vagas de ingresso no período noturno	1.201	1.845
Matrículas na graduação – presencial	14.012	21.482
Percentual de taxas de evasão	9,10% (2011)	8,62%
Ocupação de vagas ociosas	25,2%	34,8%
Compromisso social da instituição		
Políticas de inclusão (UFGInclui)	1.432 (2009-início)	1.530 (até 2011 – a partir de 2012: Lei de Cotas)
Número de contemplações de assistência estudantil (apoio a participação em eventos, bolsas em geral, alimentação, moradia)	1.810	5.297
Ações de extensão universitária	800	1.600
Pessoal e Infraestrutura		
Pessoal docente	1.237	2.207
Pessoal técnico-administrativo	1.103	1.475
Infraestrutura (área construída)	200.000m <sup>2</sup>	380.000m <sup>2</sup>
Suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação		
Matrículas na pós-graduação	1.900	3.755

Fonte: dados da pesquisa.

Os dados levantados trazem, em sua maioria, informação de ampliação dos números correspondentes. Tais resultados apontam para uma avaliação positiva acerca da implementação do Programa Reuni nas IFES, o que traz a evidência de que programas dessa natureza produzem bons resultados e podem deixar uma importante parcela de contribuição para o desenvolvimento da educação superior no País. Há que se atentar, no entanto, que a efetividade nas funções da Universidade não se limita a índices numéricos, quantitativos. A contribuição de uma instituição federal de ensino a seus estudantes extrapola tais números, quando consegue atuar como colaboradora para o desenvolvimento humano, do pensamento crítico, de princípios de solidariedade e de percepção do outro, do enxergar coletivamente. O objetivo e a função da Universidade devem considerar a formação do ser, do cidadão que, pelas próprias ações, pode tornar-se capaz de desenvolver meios de cooperar com a sociedade em que está inserido.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação superior exerce importante influência no desenvolvimento de uma nação, ao possibilitar a criação de conhecimentos nas diversas áreas da ciência, capazes de promover novos pensamentos, descobertas inovadoras, formas mais eficazes de produção, tecnologia de ponta, entre outros.

O Programa Reuni foi uma ação governamental em âmbito nacional, que deu impulso a uma nova fase da educação superior brasileira, ao propor ações de expansão, com metas de ampliação de acesso e permanência nas instituições de ensino superior.

Das três fases do ciclo de políticas públicas, sugerido por Souza (2006), Secchi (2013) e Lima e D'Ascenzi (2013) – formulação, implementação e avaliação –, o foco deste estudo repousou na avaliação do Programa Reuni, enquanto uma medida adotada pelo governo federal, integrante de uma política pública de educação superior. Assim, não foram consideradas informações sobre a formulação e a implementação do programa. Sugere-se, inclusive, que estas etapas venham a ser objeto de futuras investigações.

A partir das informações levantadas, com vistas à realização de uma análise do Programa Reuni, apesar do não atingimento da meta global do Reuni, bem como da necessidade de se buscar medidas mais efetivas para a diminuição das taxas de evasão e para a ampliação da ocupação de vagas ociosas como havia sido projetado, e do não crescimento do número de servidores técnico-administrativos correspondente às demandas, foi possível perceber que a avaliação geral do Reuni na UFG foi positiva, observando-se os demais indicadores e resultados.

Esta constatação relaciona-se ao objetivo geral desta pesquisa, o de analisar os resultados do Reuni, a partir da experiência da UFG, no período de 2007 a 2013, sob o aspecto de avaliação de políticas públicas.

Na concepção de Jannuzzi (2016), as políticas públicas buscam promover mais desenvolvimento e bem-estar, utilizando-se de programas públicos para sua operacionalização, visando a mitigar um problema social, atender a uma demanda pública incluída na agenda do governo. Nesse sentido, tomando-se a UFG como caso estudado, pelo que foi verificado a partir dos tópicos analisados e dos resultados alcançados, positivos em sua maioria, pôde-se avaliar o Programa Reuni como uma política pública educacional bem-sucedida.

Os objetivos específicos deste estudo foram traçados para identificar os impactos do programa, bem como a existência de transformações e de novas oportunidades na educação

superior para a sociedade, com base na experiência da UFG. Buscou-se realizar análises a partir dos indicadores elencados, qual seja oferta de vagas e cursos, taxas de evasão e de ocupação de vagas ociosas, mudanças nas diretrizes sociais quanto a inclusão e assistência, e posterior situação de pessoal e de infraestrutura. As informações oriundas dessas análises, indicam os efeitos e consequências das alterações identificadas e sugerem as seguintes conclusões.

Observou-se que houve aumento de vagas na Instituição, bem como do número de cursos, o que possibilitou a ampliação do acesso a um quantitativo maior de estudantes, com mais opções de escolha quanto à qualificação desejada. Foi identificado o aumento de possibilidades no turno noturno, o que foi um avanço para o alcance de pessoas que não dispunham de condições de estudo em outro horário.

Sobre as taxas de evasão e de ocupação de vagas ociosas, notou-se que os índices encontrados ainda requerem ações mais efetivas, com maior amplitude de alcance, uma vez que ainda são altos os números de estudantes evadidos e os de vagas que não puderam ser preenchidas. Apesar dos esforços da Universidade no intuito de diminuir tais índices, faz-se ainda necessária a ampliação de discussões e formulação de políticas com resultados mais eficazes, pois é uma busca constante da administração pública a aplicabilidade eficiente de seus recursos.

Identificou-se mudanças significativas nas diretrizes sociais da Universidade, visando a uma maior inclusão social. O Programa UFGInclui, específico para parcelas da população que não conseguiam acesso à educação superior pública, trouxe, como decorrência, a possibilidade de ingresso a quem era excluído. Constatou-se, ainda, uma ampliação das ações de assistência estudantil, que ampliaram, em consequência, as condições de permanência de estudantes na graduação.

Verificou-se que a situação de pessoal vivencia duas situações: a de docentes, que, pela forma como foram estabelecidas as regras de contratação pelo governo federal, apresentou números condizentes com a necessidade; e a de técnico-administrativos, a qual não foi contemplada com regras específicas para a ampliação e foi desamparada pelas limitações de recursos orçamentários destinados para a expansão. A consequência disso é que o número de técnico-administrativos não acompanhou, e não acompanha ainda hoje, as necessidades da Instituição, agora bem maior com o crescimento vivenciado. Seria necessária a liberação de mais cargos técnico-administrativos pelo governo central para dar suporte às atividades das instituições federais de ensino, na proporção da demanda existente.

A infraestrutura da Universidade pôde ser amplamente contemplada, como foi observado. A atual situação quanto à construção de prédios e realização de reformas de

estruturas antigas é notável, tendo sido identificado que a Instituição praticamente dobrou de tamanho. Como decorrência disso, notou-se um suporte estrutural adequado ao desenvolvimento das atividades institucionais acadêmicas e administrativas. Observou-se também que as imediações onde a UFG se localiza sofreram impactos, impulsionando o comércio local, frente ao crescimento da movimentação em torno da Instituição.

Ao discorrer sobre os limites da pesquisa, registra-se que uma das estratégias utilizadas para o levantamento dos dados foi dirigir-se aos órgãos da Universidade relacionados às informações buscadas, bem como realizar pesquisas nas páginas virtuais da Universidade e em bancos estatísticos do INEP/MEC. Assim, foram feitos contatos e visitas à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), ao Centro de Gestão Acadêmica (CGA), à Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária (PROCOM), à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos (PRODIRH) e ao Centro de Gestão do Espaço Físico (CEGEF).

Uma das primeiras opções realizadas foi a de trabalhar com os dados relativos a vagas e cursos oriundos da PROGRAD e não extraí-los da base do INEP/MEC. Essa escolha foi realizada para se evitar qualquer possível inconsistência porventura havida na alimentação do sistema do MEC, seja devido ao período em que teriam sido inseridos os dados, nem sempre coincidente com o período da coleta feita pelo sistema, seja devido a possíveis diferentes interpretações, quando da escolha dos campos a serem preenchidos. No caso dos cursos, uma normativa publicada em 2010 alterou a forma de cadastro de bacharelado e de licenciatura, que alterou a definição de cursos e habilitações. Assim, considerando-se ainda que este trabalho consiste em um estudo de caso, as fontes preferíveis foram as da PROGRAD.

Quanto aos dados sobre evasão, a fonte disponível foi o trabalho desenvolvido pela comissão designada para realizar estudos sobre esse assunto na UFG, em 2014. Foram levantados pela comissão os índices de evasão relativos aos anos de 2011, 2012 e 2013. Ressalte-se que não foram localizados dados de evasão de anos anteriores, referentes a 2008 a 2010, que pudessem cobrir o período total do Reuni, como tem-se buscado no desenvolvimento desta pesquisa. A dificuldade encontrada na obtenção de dados repousa no fato de que houve a migração dos dados acadêmicos da UFG, de um sistema próprio para outro que foi adquirido para integrar as informações e procedimentos institucionais, tanto acadêmicas quanto administrativas. Com a migração, o sistema passou a ser administrado pelo órgão de tecnologia da informação da universidade, o Centro de Recursos Computacionais (CERCOMP), responsável pela extração de dados que passaram a integrar o novo sistema, mediante a solicitação do órgão correspondente, no caso a PROGRAD. Ocorre que a extração pode gerar problemas de interpretação de dados, ou mesmo erros, pois retorna resultados conforme o filtro

que é aplicado, segundo o entendimento dado a determinado assunto, então, se um pequeno detalhe é esquecido ou acrescentado em uma busca, o sistema gera relatórios diferentes. Daí, a dificuldade encontrada pela comissão para a elaboração de cálculos sobre a evasão dos anos anteriores, uma vez que entendeu-se fragilizada a confiabilidade dos dados. A PROGRAD, conforme foi comentado em visita ao local, planeja ainda retomar esse assunto futuramente.

Limitação semelhante foi encontrada quanto aos dados sobre vagas ociosas e sua ocupação, já que se tratam de dados acadêmicos, antes trabalhados em sistemas locais, migrados posteriormente para o novo sistema. Dessa forma, optou-se por utilizar os dados de pesquisa realizada por servidoras docentes e técnico-administrativas da PROGRAD e CGA, que tiveram acesso e obtiveram as informações necessárias para o levantamento, quando da realização de seu estudo.

Conforme já dito, foram utilizados os índices denominados *Taxa de sucesso* e *Relação Aluno Tempo Integral/Professor Equivalente*, cujos conceitos são utilizados pelo TCU e obtidos nos Relatórios de Gestão da UFG, para se reportar aos índices de TCG e de RAP, dada a semelhança existente no conceito de ambos esses índices e uma vez que não foi possível localizá-los na Universidade.

Voltando-se para o Plano de Reestruturação e Expansão da UFG 2008-2012, percebe-se que o alcance da maioria dos resultados esperados, elencados no planejamento, contribuiu para que mais estudantes pudessem ingressar na Universidade e concluir seus cursos, muitos desses alunos oriundos de um estrato da sociedade para o qual não era possível ingressar em uma Universidade Pública, o que aponta para o atingimento do objetivo do Programa Reuni de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior. Ressalva se faz quanto aos índices de TCG e RAP determinados pelo decreto como meta global, ambiciosos para a realidade nacional, que não foram alcançados, na média.

Assim, consoante a fase da avaliação do ciclo de políticas públicas, ao investigar a eficácia, a eficiência e a efetividade social do programa na UFG, segundo a concepção de Jannuzzi (2017), entende-se que no geral ele cumpriu seu objetivo, por meio de uma satisfatória aplicação dos recursos recebidos, possibilitando o alcance de metas estabelecidas e promovendo benefícios à sociedade. Cabe como sugestão, nesse aspecto, que uma avaliação formal da experiência da UFG com o Reuni seja realizada, a fim de que possam ser documentalmente registrados os resultados alcançados, os ajustes realizados e as decisões tomadas acerca das propostas de reestruturação e expansão, tomando-se como ponto de partida o plano elaborado pela Universidade e fazendo uma análise com respeito ao que foi atingido.

Percebeu-se o empenho da instituição estudada para que muitos números fossem ampliados, como o número de matrículas e de cursos de graduação e de pós-graduação. Todavia, apesar disso, reportando-se agora ao PNE (2001-2010), a meta ousada de se atingir trinta por cento (30%) dos jovens entre 18 e 24 anos na educação superior não foi atingida, sendo que, mesmo se tivesse sido dobrado o número das vagas criadas e as condições trazidas pelo programa de expansão, esse índice não teria sido alcançado, tamanho é o déficit nessa área. É fundamental que haja a consciência de que contínuos investimentos orçamentários, de pessoal, em equipamentos, laboratórios, infraestrutura, manutenção, entre outros, são cruciais para a ampliação da educação superior com qualidade na formação dos estudantes e em outras atividades inerentes à função das universidades, como a pesquisa e a extensão. É preciso que a educação superior seja tratada com ações efetivas, integrantes de uma política de Estado, com visão de longo prazo. Caso contrário, os números relativos a esse nível de ensino no Brasil continuarão a ser um dos menores na América Latina e no mundo.

Toda ação que intenciona uma mudança em nível nacional, com metas desafiadoras para ampliar o número de jovens cursando uma graduação, necessita de investimento e continuidade. Para que houvesse uma mudança numericamente impactante, capaz de fazer crescer a porcentagem de estudantes nesse nível de ensino, bem como os índices gerais da educação superior, e fazer do objetivo de sua democratização uma realidade, muitos outros programas semelhantes ao Reuni precisariam ser formulados, implementados e mantidos pelo governo federal. Nesse aspecto, a democratização na educação superior ainda não é uma realidade no país.

Destaca-se que as posteriores restrições orçamentárias oriundas das medidas do governo central, depois do Reuni<sup>17</sup>, caracterizam-se como grandes desafios para os gestores das Universidades em nosso país, na busca da manutenção da educação superior pública, gratuita e de qualidade. O programa deixou a herança de um maior quantitativo de estudantes, também de servidores docentes e técnico-administrativos, mais prédios e, portanto, novos gastos e maiores despesas com a sustentação dessa nova realidade. A redução no orçamento das IFES torna-se assunto de constante preocupação e provoca a necessidade de novas discussões e estudos acerca do financiamento da educação superior.

---

<sup>17</sup> Embora o recorte temporal desta pesquisa reporte-se ao período de 2007 a 2013 na maioria das análises, contemplando um ano antes e um após o período do Reuni (2008-2012), considerando-se que a Universidade continuou a crescer, com os frutos do programa, as mudanças governamentais posteriores relativas ao orçamento relacionam-se diretamente ao andamento, bom ou não, das Instituições Federais.

Atenta-se, quanto a esse aspecto, para o fato de que o setor público, em que as Universidades Federais se inserem, é limitado na sua atividade de planejamento, uma vez que depende do repasse orçamentário federal para as suas ações e atua o tempo todo na imprevisibilidade, ou seja, não se sabe ao certo como será o orçamento do ano seguinte. O Programa Reuni, desse ponto de vista, possibilitou um planejamento a médio prazo, durante o período de sua vigência, por permitir que se trabalhasse com valores projetados e com isso trouxe mais movimentação à Universidade – que antes estava numa posição mais conformista com as dificuldades, mais parada –, trouxe novo ânimo e expectativas de novas possibilidades.

Ao considerar as observações de Tenório e Andrade (2009), quando afirmam que a avaliação tem a possibilidade de contribuir para o aperfeiçoamento de programas, para transformações e definições de políticas e pode ainda servir como instrumento de tomadas de decisão de políticas públicas e sociais, identifica-se que o Reuni, pelos resultados obtidos, contribui para que outros projetos possam ser desenvolvidos no futuro, a partir das principais experiências satisfatórias por ele proporcionadas.

É sabido que estudos e discussões sobre a educação vêm sendo realizados nas instâncias correspondentes, e neles está inserida a educação superior, os quais estão reunidos no PNE vigente (2014-2024), normativa que aponta os rumos educacionais para o país no período de dez anos.

O PNE tende a ser o instrumento basilar para os futuros projetos que envolvam a educação superior, os quais são muito esperados pelas instituições de ensino e pela sociedade, a fim de que conquistas semelhantes às advindas do Reuni, que contribuíram para ampliar os índices de acesso e permanência, possam ser novamente alcançadas, por meio de políticas públicas que venham a ser definidas, com características também inovadoras, tendo como alvo o crescimento da educação superior pública, visando ao desenvolvimento do país.

A ampliação da educação superior é uma necessidade ainda forte, que demanda a atenção dos governantes, uma vez que, mesmo com o crescimento alcançado com a expansão advinda do Reuni, a educação superior ainda é essencialmente privada, o que aponta para um contexto ainda pior, caso a expansão não houvesse ocorrido. Segundo as Sinopses Estatísticas da Educação Superior 2016<sup>18</sup> – INEP/MEC, 28,5% das matrículas em cursos de graduação presenciais no Brasil eram em instituições públicas, enquanto que 71,5% concentravam-se em instituições privadas. Para se atingir o índice sugerido pelo PNE, de que seja assegurado que,

---

<sup>18</sup> Última edição disponível até a conclusão deste estudo.

até 2024, pelo menos quarenta por cento (40%) das novas matrículas da educação superior ocorra em instituições públicas<sup>19</sup>, muito ainda precisa ser feito.

Nesse ponto, há que se ressaltar que qualquer planejamento futuro irá depender de uma nova decisão governamental que seja favorável à educação superior pública, já que a imprescindível continuidade na disponibilização de recursos orçamentários necessários para a manutenção das instituições federais de ensino superior encontra-se prejudicada pelas diretrizes definidas pela Emenda Constitucional n.º 95/2016, que institui o Novo Regime Fiscal, o qual limita os recursos do Poder Executivo por vinte exercícios financeiros, ou seja até o ano de 2036.

Nesse contexto, a atual ausência de perspectivas claras em benefício da educação superior por parte do governo federal é um motivador para que mais discussões sejam abertas, mais resultados sejam encontrados em futuras pesquisas, que podem, por exemplo, levantar os índices apresentados pelas Universidades Federais, em âmbito nacional, nos anos que se sucederam ao Reuni, a fim de que análises adicionais sejam utilizadas como instrumentos argumentadores e novas propostas sejam elaboradas para a defesa do sistema de universidades federais e do desenvolvimento da educação superior pública, uma vez que o desenvolvimento de um País tem estreita relação com o fortalecimento de sua educação superior.

Entende-se que trabalhos futuros poderão dar continuidade a investigações acerca da avaliação de políticas públicas educacionais, em especial voltadas para a educação superior, contemplando como exemplo áreas administrativas e acadêmicas das instituições de ensino superior no pós-Reuni, com vistas a contribuir para iluminar novos caminhos para a gestão pública por parte dos tomadores de decisão.

---

<sup>19</sup> A Meta 12 do PNE (2014-2024) traz a seguinte redação: “elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público”.

## 6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. et al. Democratização do acesso e do sucesso no ensino superior: uma reflexão a partir das realidades de Portugal e do Brasil. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 17, n. 3, p. 899–920, 2012.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências sociais e naturais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2002.

AMARAL, N. C. **A vinculação expansão-avaliação-financiamento na educação superior brasileira pós-constituição de 1988**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.

ANDIFES. **Relatório de acompanhamento do Programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais (REUNI)**. Brasília, 2010.

ARANHA, A. V. S.; PENA, C. S.; RIBEIRO, S. H. R. Programas de inclusão na UFMG: o efeito do bônus e do Reuni nos quatro primeiros anos de vigência – um estudo sobre acesso e permanência. **Educação em Revista**, v. 28, n. 4, p. 317–345, 2012.

ARAÚJO, C. B. DE; SANTOS, L. M. M. DOS. O REUNI na opinião dos gestores de uma universidade pública. **Revista Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 3, p. 642–651, 2014.

ASSIS, L. M. DE; OLIVEIRA, J. F. DE. A avaliação da educação superior no contexto das reformas e políticas educacionais. **Linhas Críticas (Brasília, DF)**, v. 19, n. 38, p. 51–69, 2013.

BARBOSA, M. L. DE O. Destinos, escolhas e a democratização do ensino superior. **Política & Sociedade**, v. 14, n. 31, p. 256–283, 2015.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora 70, 1977.

BARREYRO, G. B.; ROTHEN, J. C. Para uma história da avaliação da educação superior brasileira: análise dos documentos do PARU, CNRES, GERES e PAIUB. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 13, n. 1, p. 131–152, 2008.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. 11<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BORGES, M. C.; AQUINO, O. F. Educação superior no Brasil e as políticas de expansão de vagas do Reuni: avanços e controvérsias. **Educação: Teoria e Prática**, v. 22, n. 39, p. 117–138, 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Reuni - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Diretrizes Gerais PDE**, 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano**. Brasília, 2009. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=2069](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=2069)>.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Análise sobre a expansão das Universidades Federais 2003 a 2012**. Brasília, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília-DF, 1988.

BRASIL. **Decreto n.º 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, 2007.

BRITO, M. I. DE L. **Implementação do Reuni na UnB (2008 – 2011): limites na ampliação de vagas e redução da evasão**. 2013. 251 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

CABRAL, A. C. DE A. et al. Reestruturação e expansão do ensino superior público: o programa Reuni na Universidade Federal do Ceará sob a visão dos alunos. **Revista do Serviço Público**, v. 62, n. 3, p. 297–319, 2011.

CALDERÓN, A. I.; BORGES, R. M. Avaliação Educacional: uma abordagem à luz das revistas científicas brasileiras. **Revista Iberoamericana de Evaluación Educativa**, v. 6, n. 1, p. 167–183, 2013.

CASTRO, A. C. DE S. **Os trabalhadores técnico-administrativos em educação da Universidade Federal de Goiás: trabalho, profissionalização e gestão da educação superior**. 2017. 366 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

CENEVIVA, R.; FARAH, M. F. S. Avaliação , informação e responsabilização no setor público. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 4, p. 993–1016, 2012.

CHAVES, V. L. J.; AMARAL, N. C. Política de financiamento da educação superior – análise dos Planos Nacionais de Educação pós-constituição/1988. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 8, n. 1, p. 43–55, 2014.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em Administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DIAS SOBRINHO, J. Processo de Bolonha. **Educação Temática Digital**, v. 9, p. 107–132, 2007.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao Sinaes. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 15, n. 1, p. 195–224, 2010a.

DIAS SOBRINHO, J. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educação & Sociedade**, v. 31, n. 113, p. 1223–1245, 2010b.

DOURADO, L. F. Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões estruturais e conjunturais de uma política. **Educação & Sociedade**, v. 31, n. 112, p. 677–705, 2010.

DOURADO, L. F.; CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J. F. DE. Políticas públicas e reforma da educação superior no Brasil: impasses e perspectivas. **Pró-posições**, v. 15, n. 3, p. 91–115, 2004.

FARIA, C. A. P. DE. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 59, p. 98–169, 2005.

FERREIRA, S.; OLIVEIRA, J. F. DE. As reformas da educação superior no Brasil e na União Europeia e os novos papéis das universidades públicas. **Nuances: estudos sobre educação**, v. 17, n. 18, p. 50–67, 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

GODOI, C. K.; MATTOS, P. L. C. L. DE. Entrevista qualitativa: instrumento de pesquisa e evento dialógico. In: **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 301–323.

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20–29, 1995.

GUIMARÃES, A. M.; MONSUETO, S. E. **Determinantes da evasão nos cursos de graduação da FACE/UFG**: Série de Textos para Discussão do Curso de Ciências Econômicas. Goiânia, 2017.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Studying public policy: policy cycle & policy subsystems**. 3rd. ed. Ontario: Oxford, 2011.

IVO, A. A.; HYPOLITO, Á. M. **O Plano de Desenvolvimento da Educação**: uma análise no contexto escolar. 32ª Reunião Anual da Anped, 2009.

JANNUZZI, P. DE M. **Monitoramento e avaliação de programas sociais**: uma introdução aos conceitos e técnicas. Campinas, SP: Alínea, 2016.

JANNUZZI, P. DE M. **Indicadores sociais no Brasil**. 6. ed. Campinas, SP: Alínea, 2017.

LÉDA, D. B.; MANCEBO, D. REUNI: heteronomia e precarização da universidade e do

trabalho docente. **Educação & Realidade**, v. 34, n. 1, p. 49–64, 2009.

LIMA, E. E.; MACHADO, L. R. DE S. Reuni e expansão universitária na UFMG de 2008 a 2012. **Educação & Realidade**, v. 41, n. 2, p. 383–406, 2016.

LIMA, L. L.; D'ASCENZI, L. Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 48, p. 101–110, 2013.

LIMA, P. G. Políticas de educação superior no Brasil na primeira década do século XXI: alguns cenários e leituras. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 18, n. 1, p. 85–105, 2013.

MANCEBO, D.; VALE, A. A. DO; MARTINS, T. B. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 60, p. 31–50, 2015.

MEDEIROS, M. DE L. et al. Administração e políticas públicas em educação: uma revisão sistemática da produção do EnANPAD e EnAPG de 1997 a 2009. **Revista de Ciências da Administração**, v. 13, n. 30, p. 61–87, 2011.

MELCHIOR, J. C. DE A. O financiamento da educação no Brasil: algumas questões atuais. **Em Aberto**, v. 2, n. 14, 1983.

NEIROTTI, N. Evaluation in Latin America: Paradigms and Practices. In: KUSHNER, S.; ROTONDO, E. (orgs.). **Evaluation voices from Latin America**. New Directions for Evaluation, n. 134, p. 7–16, 2012.

NEVES, C. E. B.; RAIZER, L.; FACHINETTO, R. F. Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira. **Sociologias**, n. 17, p. 124–157, 2007.

OLIVEIRA, A. J. DE et al. Programa Reuni nas instituições de ensino superior federal [IFES] brasileiras: um estudo da eficiência operacional por meio da análise envoltória de dados [DEA] no período de 2006 a 2012. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 13, n. 3, p. 1179–1210, 2014.

POLIDORI, M. M. et al. Políticas de Avaliação da Educação Superior Brasileira. **Educação & Realidade**, v. 36, n. 1, p. 253–278, 2011.

PRESTES, E. M. DA T.; JEZINE, E.; SCOCUGLIA, A. C. Democratização do Ensino Superior Brasileiro: o caso da Universidade Federal da Paraíba. **Revista Lusófona de Educação**, v. 21, p. 199–218, 2012.

RÁMIREZ, G. A. Ensino superior no mundo. In: COLOMBO, S. S.; RODRIGUES, G. M. (Orgs.). **Desafios da gestão universitária contemporânea [recurso eletrônico]**. Porto Alegre: Artmed, 2011. p. 23–42.

RAMOS, M. P.; SCHABBACH, L. M. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 5, p. 1271–1294, 2012.

RISTOFF, D. Educação Superior no Brasil – 10 anos pós-LDB: da expansão à democratização. In: BITTAR, M.; OLIVEIRA, J. F. DE; MOROSINI, M. (orgs.). **Educação superior no Brasil: 10 anos pós-LDB**. Brasília: INEP, 2008. p. 39–50.

RISTOFF, D. Vinte e um anos de educação superior - expansão e democratização. **Cadernos do GEA**, n. 3, p. 56, 2013.

ROSA, C. DE M. Limites da democratização da educação superior: entraves na permanência e a evasão na Universidade Federal de Goiás. **Póiesis Pedagógica**, v. 12, n. 1, p. 240–257, 2014.

RUA, M. DAS G. **Políticas Públicas**. Brasília: CAPES: UAB, 2009.

SANTOS, P. S. M. B. DOS. **Guia prático da política educacional no Brasil: ações, planos, programas e impactos**. 2. ed. rev. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SAVIANI, D. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100–Especial, p. 1231–1255, 2007.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, modelos de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SECCHI, L. **Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções**. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2016.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M. DE; EVANGELISTA, O. **Política Educacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, v. 8, n. 16, p. 20–45, 2006.

SOUZA, L. G. DE. Avaliação de políticas educacionais: contexto e conceitos em busca da avaliação pública. In: LORDÊLO, J. A. C.; DAZZANI, M. V. (orgs.). **Avaliação educacional: desatando e reatando nós**. Salvador: EDUFBA, 2009.

SOUZA, T. S. **Estudo sobre a evasão em cursos de graduação presenciais na Universidade Federal de Goiás - UFG**. 2017. 214 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Organizacional) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2017.

SZYMANSKI, H.; ALMEIDA, L. R. DE; BRANDINI, R. C. A. R. **A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva**. Série Pesquisa em Educação, n. 4. Brasília: Liber Livro, 2004.

TENÓRIO, R. M.; ANDRADE, M. A. B. A avaliação da educação superior no Brasil: desafios e perspectivas. In: LORDÊLO, J. A. C.; DAZZANI, M. V. (orgs.). **Avaliação educacional: desatando e reatando nós**. Salvador: EDUFBA, 2009.

TONEGUTTI, C. A.; MARTINEZ, M. **A Universidade Nova, o Reuni e a queda da Universidade Pública**. [s.l: s.n.]. Disponível em:  
<[http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2008-1/Educacao-MII/Texto 9.pdf](http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2008-1/Educacao-MII/Texto%209.pdf)>.

TREVISAN, A. P.; BELLEN, H. M. VAN. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 3, p. 529–550, 2008.

UFG. **REUNI - Plano de reestruturação e expansão da Universidade Federal de Goiás 2008 - 2012**. Goiânia: Cegraf/UFG, 2007.

UFG. **UFG: 2006 - 2013**. Goiânia: Cegraf/UFG, 2013.

VELOSO, V. DA R. S. et al. **Ocupação de Vagas Disponíveis nos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Goiás de 2006 a 2013**: Congresso Iberoamericano em Investigação Qualitativa-CIAIQ. Badajoz, 2014.

VERGARA, S. C. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

## APÊNDICE

### APÊNDICE A – Roteiro de entrevista

#### Perfil do entrevistado

Membro da comunidade acadêmica que vivenciou, na gestão, a implementação do Reuni na UFG e seus resultados.

Considerando que analisar os resultados do Reuni na UFG, enquanto um programa oriundo de uma política pública educacional, é o objeto desta pesquisa, entende-se necessário levantar informações que possibilitem a compreensão e a avaliação dos resultados. Dessa forma, pretende-se perguntar aos entrevistados sua opinião sobre:

1. Adesão. Como se desenvolveu o processo de análise e decisão sobre a adesão da UFG ao Reuni? Quais os principais motivadores e as principais dificuldades para essa adesão?
2. Ampliação da oferta de educação superior. O que dificultou e o que contribuiu para a ampliação do acesso e da permanência na educação superior? Como essa ampliação impactou (e/ou mudou) as atividades da UFG, de modo geral?
3. Recursos Humanos. Como ocorreu o levantamento das necessidades quanto a novos servidores docentes e técnico-administrativos? Qual é a análise sobre o quantitativo de servidores durante e após o Reuni?
4. Monitoramento e avaliação. Como foi pensada a avaliação do Reuni? Houve um monitoramento local? Foi realizada uma avaliação ao término do programa na UFG?
5. Que análise pode ser feita sobre a experiência da UFG com o Reuni?
6. O Reuni foi finalizado e descontinuado. Visualizando-se o futuro, que sugestões poderiam ser levantadas sobre ações em prol da educação superior nos anos vindouros?

Obrigada!

## ANEXOS

## ANEXO A – Cursos que aumentaram vagas em turmas existentes a partir de 2009.

<b>Cidade</b>	<b>Curso</b>	<b>Nº de vagas aumentadas</b>
Catalão	Ciências da Computação – integral	05
Catalão	História – Bach. e Lic. - noturno	05
Catalão	Letras – Lic. -noturno	05
Catalão	Matemática – Lic. - noturno	05
Catalão	Engenharia Civil – integral	10
Catalão	Engenharia de Minas – integral	10
Catalão	Engenharia de Produção – integral	10
Catalão	Psicologia – integral	10
Goiânia	Medicina Veterinária – integral	02
Goiânia	Engenharia de Computação - noturno	04
Goiânia	Artes Visuais – Lic. – matutino	05
Goiânia	Artes Visuais/ Design de Interiores – Bach. matutino	05
Goiânia	Design de Moda – Bach. – noturno	05
Goiânia	Engenharia Civil – integral	06
Goiânia	Engenharia Elétrica – integral	08
Goiânia	Artes Visuais/ Artes Plásticas – Bach. matutino	10
Goiânia	Física – Lic. noturno	10
Goiânia	Física -Bach. – integral	10
Goiânia	Letras - matutino	10
Goiânia	Matemática – Lic. noturno	10
Goiânia	Publicidade e Propaganda – vespertino	15
Goiânia	Relações Públicas – matutino	15
Goiânia	Agronomia – integral	20
Goiânia	Biblioteconomia – matutino	20
Goiânia	Engenharia de Alimentos – integral	20
Goiânia	Farmácia – integral (2010)	20
Goiânia	Geografia – matutino	20
Goiânia	Biomedicina – integral (2010)	30
Goiânia	Nutrição – integral	32
Goiânia	Ciências Contábeis – noturno	50
Goiânia	Administração – noturno	70
Jataí	Matemática – Lic. – noturno	05

<b>Cidade</b>	<b>Curso</b>	<b>Nº de vagas aumentadas</b>
Jataí	Psicologia – Bach. - integral	05
Jataí	Química – Lic. – noturno	05
Jataí	Ciências Biológicas – Bach. – integral	10
Jataí	Medicina Veterinária – Bach. – integral	10
Jataí	Ciências da Computação – Bach. - integral	20
	Total	512
	(Total noturno)	(174)

Fonte: PROGRAD/UFG; Edital Centro de Seleção/UFG – 2010.

## ANEXO B – Cursos que criaram novas turmas de oferta a partir de 2009.

<b>Cidade</b>	<b>Curso – grau – turno</b>	<b>Total de vagas</b>
Catalão	Geografia – Bach. – integral	30
Goiânia	Ciências da Computação – Bach. – integral	40
Goiânia	Ciências Econômicas – Bach. – matutino (2010)	40
Goiânia	Engenharia de Computação – Bach. – matutino	40
Goiânia	Física – Lic. – vespertino	40
Goiânia	Química – Lic. – noturno	40
Goiânia	Filosofia – Bach. – noturno	50
Goiânia	Música – Lic. (habilitações em Ensino do Canto, Educação Musical e Ensino do Instrumento) – noturno	50
Jataí	Pedagogia – Lic. – matutino	40
	Total	370
	(Total noturno)	(140)

Fonte: PROGRAD/UFG; Edital Centro de Seleção/UFG – 2009.

## ANEXO C – Índice de evasão nos cursos da UFG nos anos de 2011 a 2013.

Cursos	Regional/ Unidade Acadêmica	Habilitação	Grau Acadêmico	Turno	2013	2012	2011
Administração	Catalão		B	N	4,62%	11,40%	3,93%
Administração	Goiás		B	M	18,75%		
Administração	FACE		B	N	1,01%	1,83%	8,53%
Agronomia	Jataí		B	I	0,68%	3,72%	1,63%
Agronomia	EA		B	I	3,96%	9,04%	5,28%
Arquitetura e Urbanismo	FAV		B	I	2,78%	2,34%	4,76%
Artes Cênicas	EMAC	Interpretação Teatral	B	V	10,40%	1,90%	10,25%
Artes Cênicas	EMAC		L	V	11,14%	4,11%	11,40%
Artes Visuais	FAV		L	M	10,68%	2,88%	3,03%
Artes Visuais	FAV		B	M	23,77%	10,78%	3,51%
Biblioteconomia	FIC		B	M	6,36%	6,25%	1,40%
Biomedicina	Jataí		B	I	3,57%	1,63%	4,07%
Biomedicina	ICB		B	I	5,62%	6,45%	3,64%
Biotecnologia	IPTSP		B	I	0,95%	2,33%	5,00%
Ciências Ambientais	IESA		B	I	7,89%	0,00%	7,37%
Ciências Biológicas	Catalão		L	I	4,82%	13,33%	4,20%
Ciências Biológicas	Catalão		B	I	5,06%	0,00%	2,04%
Ciências Biológicas	Jataí		B	I	23,08%	5,63%	0,00%
Ciências Biológicas	Jataí		L	I	9,52%	17,78%	13,95%
Ciências Biológicas	ICB		B	I	5,80%	9,22%	10,56%
Ciências Biológicas	ICB		L	I/N	6,27%	9,16%	3,95%
Ciências Contábeis	FACE		B	N/M	2,10%	2,92%	4,30%
Ciências da Computação	Catalão		B	I	6,72%	16,36%	10,91%
Ciências da Computação	Jataí		B	I	14,15%	13,27%	28,57%
Ciências da Computação	INF		B	I	15,09%	5,72%	12,07%
Ciências Econômicas	FACE		B	M/N	9,21%	2,86%	5,39%
Ciências Sociais	Catalão		B	M	8,85%	33,18%	
Ciências Sociais	Catalão		L	M	8,78%	33,56%	
Ciências Sociais	Catalão		B e L	M	10,81%	20,25%	2,90%
Ciências Sociais	FCS	Políticas Públicas	B	N	8,62%	9,04%	0,00%
Ciências Sociais	FCS		B	M	18,32%	28,82%	14,56%
Ciências Sociais	FCS		L	M	12,82%	0,85%	8,91%
Comunicação Social	FIC	Jornalismo	B	M	5,78%	2,23%	12,82%

<b>Cursos</b>	<b>Regional/ Unidade Acadêmica</b>	<b>Habilitação</b>	<b>Grau Acadêmico</b>	<b>Turno</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Comunicação Social	FIC	Publicidade e Propaganda	B	V	4,02%	2,16%	7,78%
Comunicação Social	FIC	Relações Públicas	B	M	2,69%	6,01%	5,03%
Dança	FEF		L	M	6,45%	8,33%	
Design de Ambientes	FAV		B	M	4,81%	12,20%	
Design de Moda	FAV		B	N	2,40%	8,47%	6,72%
Design Gráfico	FAV		B	V	5,63%	6,08%	
Direção de Arte	EMAC		B	N	7,14%	8,00%	26,09%
Direito	Goiás		B	N	0,00%	22,53%	7,67%
Direito	Jataí		B	N	5,71%	8,73%	1,17%
Direito	FD		B	M/N	0,56%	3,02%	0,74%
Ecologia e Análise Ambiental	ICB		B	I	2,42%	15,50%	0,00%
Educação Física	Catalão		L	M	5,96%	8,78%	0,73%
Educação Física	Jataí		L	M	5,13%	9,46%	20,00%
Educação Física	Jataí		B	N	0,92%	2,17%	19,70%
Educação Física	FEF		L	M/V	7,52%	3,53%	18,97%
Educação Física	FEF		B	V	6,16%	3,76%	6,84%
Educação Intercultural	FL		L	I	17,62%	13,73%	28,22%
Enfermagem	Catalão		B	I	0,00%	8,89%	0,00%
Enfermagem	Jataí		B	I	4,17%	6,56%	0,93%
Enfermagem	FEN		B	I	4,21%	1,43%	5,58%
Engenharia Ambiental e Sanitária	EEC		B	I	7,14%	5,85%	4,48%
Engenharia Civil	Catalão		B	I	2,68%	7,98%	1,11%
Engenharia Civil	EEC		B	I	0,70%	2,53%	2,78%
Engenharia de Alimentos	EA		B	I	5,06%	13,25%	1,83%
Engenharia de Computação	EMC		B	M/N	5,23%	8,13%	17,49%
Engenharia de Minas	Catalão		B	I	7,88%	5,91%	2,09%
Engenharia de Produção	Catalão		B	I	4,07%	4,85%	4,79%
Engenharia de Software	INF		B	N	4,50%	4,69%	4,42%
Engenharia Elétrica	EMC		B	I	6,11%	3,42%	6,82%
Engenharia Física	IF		B	I	0,00%		
Engenharia Florestal	Jataí		B	I	5,03%	9,26%	2,33%

<b>Cursos</b>	<b>Regional/ Unidade Acadêmica</b>	<b>Habilitação</b>	<b>Grau Acadêmico</b>	<b>Turno</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Engenharia Florestal	EA		B	I	9,77%	3,95%	2,46%
Engenharia Mecânica	EMC		B	I	7,51%	8,05%	5,08%
Engenharia Química	IQ		B	I	13,10%	17,28%	6,67%
Estatística	IME		B	N	15,07%	19,85%	8,20%
Farmácia	FF		B	I	0,84%	9,35%	4,93%
Filosofia	Goiás		L	N	17,86%	16,36%	22,00%
Filosofia	Goiás		B	N	8,33%		
Filosofia	FAFIL		L	M	8,97%	11,52%	16,05%
Filosofia	FAFIL		B	M/N	23,51%	8,62%	15,26%
Física	Catalão		L	N	12,20%	12,50%	1,79%
Física	Jataí		L	N	16,67%	20,69%	16,22%
Física	IF		B	I	13,24%	29,89%	9,41%
Física	IF		L	I/V/N	15,87%	19,00%	9,62%
Física Médica	IF		B	I	8,00%		
Fisioterapia*	Jataí		B	I	0,00%	14,14%	10,13%
Geografia**	Catalão		B	N	9,86%	0,00%	18,52%
Geografia	Catalão		L	N	5,62%	21,50%	6,60%
Geografia	Jataí		L	N	15,00%	7,62%	21,43%
Geografia	Jataí	Análise Ambiental	B	N	25,47%	15,80%	36,57%
Geografia	IESA		L	M/N	8,63%	11,22%	4,88%
Geografia***	IESA		B	M	5,36%	12,71%	15,07%
Gestão da Informação	FIC		B	M	0,00%		
História	Catalão		L	N	4,35%		
História	Catalão		B	N	4,35%		
História	Catalão		B/L	N	31,82%	22,47%	22,09%
História	Jataí		L	N	36,36%	25,68%	25,30%
História	FH		B	N	17,96%	11,32%	7,74%
História	FH		L	M	8,33%	9,50%	9,04%
Letras	Catalão		L	M	13,74%	25,13%	3,61%
Letras	Jataí		L	N	31,17%	47,42%	41,23%
Letras - Libras	FL		L	N	0,79%	0,75%	5,36%
Letras: Espanhol	FL		L	M	7,27%	3,39%	
Letras: Estudos Literários	FL		B	V	9,38%	29,41%	
Letras: Francês	FL		L	M	16,13%	3,45%	
Letras: Inglês	FL		L	M	4,76%	14,61%	
Letras: Linguística	FL		B	V	17,24%	10,71%	
Letras: Português	FL		L	M/V	10,00%	10,87%	

<b>Cursos</b>	<b>Regional/ Unidade Acadêmica</b>	<b>Habilitação</b>	<b>Grau Acadêmico</b>	<b>Turno</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Letras	FL				9,59%	11,41%	15,51%
Matemática	Catalão		L	N	10,78%	10,20%	2,27%
Matemática	Jataí		L	N	17,95%	24,00%	23,40%
Matemática	IME		B	V	9,61%	7,66%	16,19%
Matemática	IME		L	V/N	18,17%	10,82%	12,52%
Matemática Industrial	Catalão		B	M	38,71%	41,41%	8,91%
Medicina	FM		B	I	1,26%	0,71%	0,89%
Medicina Veterinária	Jataí		B	I	3,35%	8,52%	1,48%
Medicina Veterinária	EVZ		B	I	2,46%	2,48%	3,52%
Museologia	FCS		B	N	13,58%	1,72%	8,11%
Música	EMAC		B	I	2,99%	12,68%	5,97%
Música	EMAC		L	I/N	3,08%	7,04%	14,83%
Musicoterapia	EMAC		B	I	5,26%	12,82%	10,20%
Nutrição	FANUT		B	I	0,67%	5,95%	1,23%
Odontologia	FO		B	I	0,80%	1,95%	0,80%
Pedagogia	Catalão	Ed. Infantil e Anos Iniciais do Ens. Fund.	L	N	6,95%	14,29%	10,98%
Pedagogia	Jataí	Ed. Infantil e Anos Iniciais do Ens. Fund.	L	M/N	6,48%	6,99%	7,73%
Pedagogia	FE	Ed. Infantil e Anos Iniciais do Ens. Fund.	L	M/N	3,37%	6,50%	2,08%
Psicologia	Catalão		B/B e L	I	2,91%	4,37%	4,81%
Psicologia	Jataí		B	I	3,53%	5,29%	4,24%
Psicologia	FE		B/B e L	I	1,26%	5,06%	10,92%
Química	Catalão		L	N	9,35%		
Química	Catalão		B	N	21,61%		
Química	Catalão		B e L	N	17,81%	18,67%	23,61%
Química	Jataí		L	N	0,00%	34,78%	19,64%
Química	Jataí		B	I	27,27%		
Química	IQ		B	I	5,38%	8,99%	4,18%
Química	IQ		L	I/N	9,08%	14,81%	26,51%
Relações Internacionais	FCS		B	M	2,63%		
Serviço Social	Goiás		B	N	0,00%	5,13%	3,55%
Sistemas de Informação	INF		B	N	4,88%	7,27%	5,53%
Zootecnia	Jataí		B	I	8,77%	9,48%	11,50%

<b>Cursos</b>	<b>Regional/ Unidade Acadêmica</b>	<b>Habilitação</b>	<b>Grau Acadêmico</b>	<b>Turno</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Zootecnia	EVZ		B	I	1,27%	4,17%	6,14%
134					<b>8,62%</b>	<b>10,52%</b>	<b>9,10%</b>

Fonte: Comissão para levantamento e estudos sobre ingresso, evasão, retenção e reprovação de estudantes de graduação na UFG/PROGRAD, obtido em fev./2018.

## ANEXO D – Relação das obras com recursos advindos do Reuni.

<b>Obras</b>	<b>Área (m2)</b>
Construção do Edifício Casa de Estudante - Câmpus Samambaia	2.082,20
Construção do Centro de Aulas Baru - Câmpus Samambaia	2.494,00
Construção do Edifício Centro de Aulas Caraíba - Câmpus Samambaia	1.662,44
Construção do Edifício Centro de Aulas Veterinária - Câmpus Samambaia	831,22
Construção do Edifício Centro de Aulas Agronomia - Câmpus Samambaia	1.662,44
Construção do Edifício Instituto de Informática - Câmpus Samambaia	3.164,61
Construção do Edifício Instituto de Matemática e Estatística - Câmpus Samambaia	3.016,61
Construção do Edifício Faculdade de Letras II - Câmpus Samambaia	3.060,32
Construção do Edifício Auditório da Escola de Veterinária - Câmpus Samambaia	380,00
Construção de Passarelas Cobertas - Câmpus Samambaia	4.144,00
Construção do Edifício Faculdade de Educação Física - Câmpus Samambaia	1.821,72
Construção do Edifício Instituto de Estudos Socioambientais - Câmpus Samambaia	3.081,49
Construção do Galpão de Marcenaria/Serralheria CEGEF - Câmpus Samambaia	1.586,00
Construção do Edifício Faculdade de Artes Visuais - Câmpus Samambaia	4.400,73
Construção do Galpão Oficina da Escola de Veterinária - Câmpus Samambaia	311,00
Construção do Sistema de Água e Esgoto - Câmpus Samambaia	6.011,00
Construção do Edifício Laboratório de Análises Clínicas e Ensino em Saúde-LACES/ICB - Câmpus Samambaia	410,00
Construção do Edifício Herbário - Câmpus Samambaia	280,00
Construção/Ampliação do Edifício Cercomp - Câmpus Samambaia	418,00
Construção do Edifício de Humanidades - Câmpus Samambaia	2.866,03
Construção do Galpão de Máquinas Escola de Veterinária - Câmpus Samambaia	280,00
Construção do Edifício Laboratórios Integrados de Comunicação e Informação-LABICOM - Câmpus Samambaia	941,70
Construção do Edifício Engenharia Florestal da Escola de Agronomia - Câmpus Samambaia	732,00
Construção do Edifício Centro de Convivência Quadra do Reuni/UFG - Câmpus Samambaia	1.350,00
Construção do Edifício Centro de Aulas Práticas e Ecologia/ICB - Câmpus Samambaia	2.167,87
Construção do Edifício Anatomia Animal ICB - Câmpus Samambaia	1.306,00
Construção do Edifício Engenharia Rural - Câmpus Samambaia	1.086,00
Construção do Edifício Engenharia Mecânica - Câmpus Samambaia	2.322,31
Reforma e Ampliação dos Edifícios Instituto de Física - Câmpus Samambaia	6.691,00
Reforma do Edifício Instituto de Química II - Câmpus Samambaia	2.458,00
Reforma/Adaptação do Edifício EMAC - Câmpus Samambaia	4.576,00
Reforma do Teatro da EMAC - Câmpus Samambaia	591,00
Construção do Edifício Laboratório de Artes Cênicas da EMAC - Câmpus Samambaia	761,35
Construção do Edifício Centro de Aulas D - Praça Universitária - Câmpus Colemar Natal e Silva	15.459,42
Construção/Ampliação do Edifício Faculdade de Nutrição - Câmpus Colemar Natal e Silva	955,20
Construção do Edifício Centro de Aulas Engenharias - Câmpus Colemar Natal e Silva	3.466,00
Construção do Edifício Faculdade de Farmácia - Câmpus Colemar Natal e Silva	4.465,00
Construção do Galpão Curso de Engenharia Mecânica - Câmpus Colemar Natal e Silva	397,27
Construção do Edifício Bloco de Aulas - Câmpus Catalão	3.230,00
Construção do Edifício curso de Engenharias - Câmpus Catalão	2.586,80
Construção do Edifício Multifuncional - Câmpus Catalão	3.358,16

<b>Obras</b>	<b>Área (m2)</b>
Construção do Edifício Administração - Câmpus Catalão	1.238,00
Construção do Edifício Anatomia - Câmpus Catalão	1.500,00
Construção do Edifício do Laboratório de Anatomia/Biologia do Câmpus Catalão	1.500,00
Construção do Edifício Bloco de Aulas - Câmpus Jataí	2.026,96
Construção dos Laboratórios de Saúde e Exatas do Câmpus Jataí	1.329,00
Construção do Edifício Centro de Ciências Humanas - Câmpus Jataí	900,84
Construção do Edifício Engenharia Florestal - Câmpus Jataí	732,00
Construção do Edifício Gabinete de professores - Câmpus Jataí	1.400,60
Construção do Pavimento Superior do Edifício Gabinete de professores - Câmpus Jataí	700,31
Construção do Edifício curso de Direito - Câmpus Jataí	695,00
Construção do Edifício Biomedicina - Câmpus Jataí	957,50
Construção do Edifício Fisioterapia - Câmpus Jataí	853,50
Construção do Edifício Biblioteca do Câmpus Jatobá - Jataí	2.560,00
Construção do Edifício Centro de Aulas -Câmpus Cidade de Goiás	764,42
Construção e Adaptação do Sistema Viário - Câmpus Samambaia	*
Construção/Ampliação da Rede elétrica Quadra do Reuni - Câmpus Samambaia	*
Construção das Subestações das Unidades IME, FEN/FANUT e ampliação da rede de média tensão - Câmpus Samambaia	*
Urbanização, Paisagismo e Estacionamento das Quadras do Reuni - Câmpus Samambaia	*
Construção/Ampliação das Galerias de Água Fluviais - Câmpus Samambaia	*
Construção da Subestação e Medição Edifícios Qd.62 - Câmpus Colemar Natal e Silva	*
<b>Total em metros</b>	<b>120.023,02</b>

Fonte: CEGEF/UFG, obtido em março/2018.

\* São intervenções em áreas externas, portanto não são consideradas áreas construídas.

ANEXO E – Parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa da UFG.



## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: avaliação de seus resultados na perspectiva do desenvolvimento de políticas públicas para a educação superior.

**Pesquisador:** EDRIENE CRISTINE DA SILVA SANTOS SALES

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 82444217.5.0000.5083

**Instituição Proponente:** Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 2.515.471

#### **Apresentação do Projeto:**

O protocolo refere-se a uma pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Administração da UFG, sob a orientação do Prof. Sérgio Henrique Barroca Costa.

#### **Objetivo da Pesquisa:**

O objetivo do estudo será avaliar os resultados do programa governamental REUNI, como política pública educacional, tomando como base a UFG.

#### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

A proponente aponta o risco de possibilidade de desconforto emocional e/ou de possíveis riscos psicossociais (ex.: constrangimento, intimidação, angústia, insatisfação, irritação, mal-estar etc.) para os participantes das entrevistas. Para minimizar esses riscos, ela lhes dá garantias de sigilo e anonimato, assim como de se recusar a participar ou retirar o seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma.

Ela considera que a pesquisa pode trazer benefícios acadêmicos e sociais decorrentes, pois buscará contribuir com uma análise da política pública educacional Reuni, seja para a identificação de propostas, a partir dos resultados analisados, que possam ser desenvolvidas regionalmente ou mesmo que possam colaborar para o desenvolvimento de políticas para a educação superior pública brasileira.

**Endereço:** Prédio da Reitoria Térreo Cx. Postal 131

**Bairro:** Campus Samambaia

**CEP:** 74.001-970

**UF:** GO

**Município:** GOIANIA

**Telefone:** (62)3521-1215

**Fax:** (62)3521-1163

**E-mail:** cep.prpi.ufg@gmail.com



Continuação do Parecer: 2.515.471

### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A pesquisa será realizada por meio de análise de documentação produzida pelas unidades acadêmicas, órgãos e Conselhos Superiores da UFG, bem como por meio de entrevistas de gestores da instituição, além de relatórios, séries estatísticas e dados oriundos de bancos de organismos governamentais, que permitam uma análise do contexto pré e pós REUNI na UFG. As entrevistas deverão ser gravadas em áudio e posteriormente transcritas. A proponente compromete-se a manter o sigilo da identidade dos entrevistados. Nas Informações Básicas do Projeto, ela afirma que pretende convidar cerca de 50 pessoas para conceder entrevista e que considera razoável, para o andamento do estudo, contar com um número mínimo entre 10 e 15 participantes, embora na sequência diga que o número de participantes previsto é de apenas 5. Entretanto, na Folha de Rosto o número de participantes mencionado é 15. No Cronograma, por fim, o número de 5 participantes é reafirmado. As entrevistas estão planejadas para ocorrer em março de 2018.

### **Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Foram apresentados os seguintes documentos:

- Folha de Rosto
- Projeto Detalhado
- Informações Básicas do Projeto
- Cronograma
- Termo de compromisso dos pesquisadores
- TCLE

O roteiro das entrevistas está contido em um apêndice do Projeto Detalhado.

A documentação atende aos requisitos do CEP.

### **Recomendações:**

No trecho do TCLE onde se diz “por meio de entrevistas a gestores da instituição”, sugiro substituir por “por meio de entrevistas feitas com gestores da instituição”, já que as entrevistas não serão concedidas a esses gestores, e sim realizadas com eles para obter informações e opiniões.

Recomenda-se reescrever o item 1.11, retirando-se trecho que vai de “Quando a pesquisa envolver” até “em pesquisas futuras”. Em vez dele, é suficiente informar ao participante que, de acordo com a legislação, a pesquisadora manterá os dados coletados em arquivo (físico ou digital), sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de cinco anos após o término da

**Endereço:** Prédio da Reitoria Térreo Cx. Postal 131

**Bairro:** Campus Samambaia

**CEP:** 74.001-970

**UF:** GO

**Município:** GOIANIA

**Telefone:** (62)3521-1215

**Fax:** (62)3521-1163

**E-mail:** cep.prpi.ufg@gmail.com



Continuação do Parecer: 2.515.471

pesquisa. Na sequência ficam os boxes nos quais os participantes devem escolher autorizar ou não o armazenamento de dados para pesquisas futuras.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Tendo em vista a documentação apresentada, sou de parecer favorável à aprovação do protocolo de pesquisa.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa/CEP-UFG considera o presente protocolo APROVADO, o mesmo foi considerado em acordo com os princípios éticos vigentes. Reiteramos a importância deste Parecer Consubstanciado, e lembramos que o(a) pesquisador(a) responsável deverá encaminhar ao CEP-UFG o Relatório Final baseado na conclusão do estudo e na incidência de publicações decorrentes deste, de acordo com o disposto na Resolução CNS n. 466/12 e Resolução CNS n. 510/16. O prazo para entrega do Relatório é de até 30 dias após o encerramento da pesquisa, previsto para Abril/2018.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1022531.pdf	16/01/2018 17:39:54		Aceito
Outros	Projeto_Comite_Etica_cronograma_alterado_observacoes.pdf	16/01/2018 17:38:51	EDRIENE CRISTINE DA SILVA SANTOS SALES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_.pdf	21/11/2017 16:36:08	EDRIENE CRISTINE DA SILVA SANTOS SALES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Humanas_Edriene.doc	21/11/2017 16:34:57	EDRIENE CRISTINE DA SILVA SANTOS SALES	Aceito
Outros	Termo_compromissoassinado.pdf	21/11/2017 16:26:06	EDRIENE CRISTINE DA SILVA SANTOS SALES	Aceito
Folha de Rosto	Folha_rosto_assinada_plataforma_brasil.pdf	21/11/2017 16:20:38	EDRIENE CRISTINE DA SILVA SANTOS SALES	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Endereço:** Prédio da Reitoria Térreo Cx. Postal 131

**Bairro:** Campus Samambaia

**CEP:** 74.001-970

**UF:** GO

**Município:** GOIANIA

**Telefone:** (62)3521-1215

**Fax:** (62)3521-1163

**E-mail:** cep.prpi.ufg@gmail.com



UFG - UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE GOIÁS



Continuação do Parecer: 2.515.471

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

GOIANIA, 27 de Fevereiro de 2018

---

**Assinado por:**  
**Geisa Mozzer**  
**(Coordenador)**

**Endereço:** Prédio da Reitoria Térreo Cx. Postal 131

**Bairro:** Campus Samambaia

**CEP:** 74.001-970

**UF:** GO

**Município:** GOIANIA

**Telefone:** (62)3521-1215

**Fax:** (62)3521-1163

**E-mail:** cep.prpi.ufg@gmail.com